DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASILIA, segunda-feira, 30 de janeiro de 1978 — ANO II - Nº 21

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO

DECRETO Nº. 4.068 DE 26 DE janeiro DE 1978

Aprova o Projeto do Sistema de Preservação e Rècuperação da Informação pela Microfilmagem e dá outras providências.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovado, na forma do anexo único que acompanha este Decreto, o Projeto do Sistema de Preservação e Recuperação da Informação pela Microfilmagem-SPRIM, a ser implantado no Arquivo Central, da Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Art. 2º - O Secretário de Administração baixará ato estabelecendo os procedimentos indispensáveis à execução deste Decreto.

Art. 3º - O presente Decreto integra o Livro IV da Consolidação das Normas de Organização Administrativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 5º, do Decreto nº 1891, de 21 de dezembro de 1971.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 30 de janeiro de 1978
90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

OBJETIVO

O objetivo deste PROJETO é a implantação definitiva do SISTEMA DE PRESERVAÇÃO e RECUPERAÇÃO da INFORMAÇÃO pela MICROFILMAGEM (SPRIM), que foi orientado para aplicação nos processos arquivados a partir de 1960 do Arquivo Central da Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

As diretrizes do sistema foram definidas após vários contatos, reuniões, discussões entre o pessoal diretamente interessado e técnicos da Digital. Durante as mesmas foram analisados os mínimos detalhes, que envolviam soluções para problemas passados, e estabelecendo normas para procedimentos futuros, a fim de assegurar ao Projeto a consistência necessária para uma longa vida.

Com o início da microfilmagem, propriamente dita, sentir-se-á que, aos poucos, irão desaparecendo as necessidades de grandes espaços para guarda de papéis e a preocupação de que um sinistro destrua tão importante fonte de informação. Assim os benefícios com os ganhos de espaço, segurança, e rapidez na busca da informação, poderão ser perfeitamente aferidos.

Foi utilizada uma linguagem bastante simples a fim de evitar que este Projeto fique somente circunscrito a uns poucos iniciados em microfilmagem. Para um efeito bastante didático dividiu-se o presente Projeto em sete partes, descritivas e expositivas, ou sejam:

1. Fluxogramas
   Análise gráfica de todos os procedimentos envolvidos desde a existência de um processo arquivado até sua reconstituição em cópias de papel tiradas dos fotogramas.

2. Preparação de Documentação
   Cuidados e normas de tratamento de documentação a ser microfilmada visando uma posterior recuperação rápida e eficiente.

3. Preservação da Informação
   Aspectos ligados, tecnicamente, a produção e processamento dos rolos de microfilmes, tanto os originais como os de manuseio.

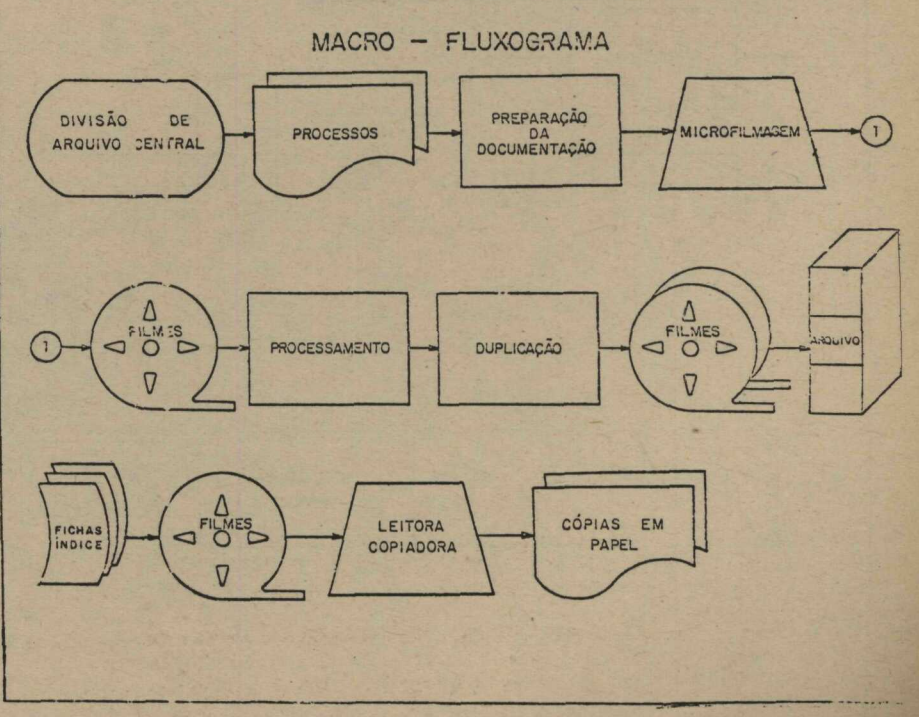
4. Recuperação da Informação
   Descrição das várias possibilidades de consulta do sistema.

5. Manutenção do Sistema
   Considerações sobre alternativas de emissão das fichas de indexação.

6. Modelos
   Formulários que serão utilizados para o atendimento dos diversos serviços descritos neste Projeto.

7. Testes
   Apresentação dos vários testes executados para a determinação das normas e procedimentos tecnicos do sistema.

MACRO – FLUXOGRAMA



MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 6º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

- As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.
- Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.
- As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março de cada ano.
- Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.
- Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

REMESSA DE VALORES

- A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento por cheque visado a favor do Governo do Distrito Federal, acompanhada de esclarecimentos quanto a sua aplicação.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL
do Distrito Federal

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal
Editado pela Divisão de Divulgação da SEA

EXPEDIENTE

DIRETOR
ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 6º Andar

Telefones: Direto: 225.7803 - PABX - 225.6830 Ramal 312

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Anual	Cr$ 400,00
Semestral	Cr$ 200,00

FUNCIONÁRIOS

Anual	Cr$ 300,00
Semestral	Cr$ 150,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido de Cr$ 325,00 anuais.

MATÉRIA PAGA

Por centimetro de coluna.

Órgãos Governamentais	Cr$ 6,40
Particulares	Cr$ 10,00

NUMERO AVULSO

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
- O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DA MATÉRIA

-Os originais, para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados em um só lado do papel, tamanho ofício, em espaço dois sem rasuras nem emendas.

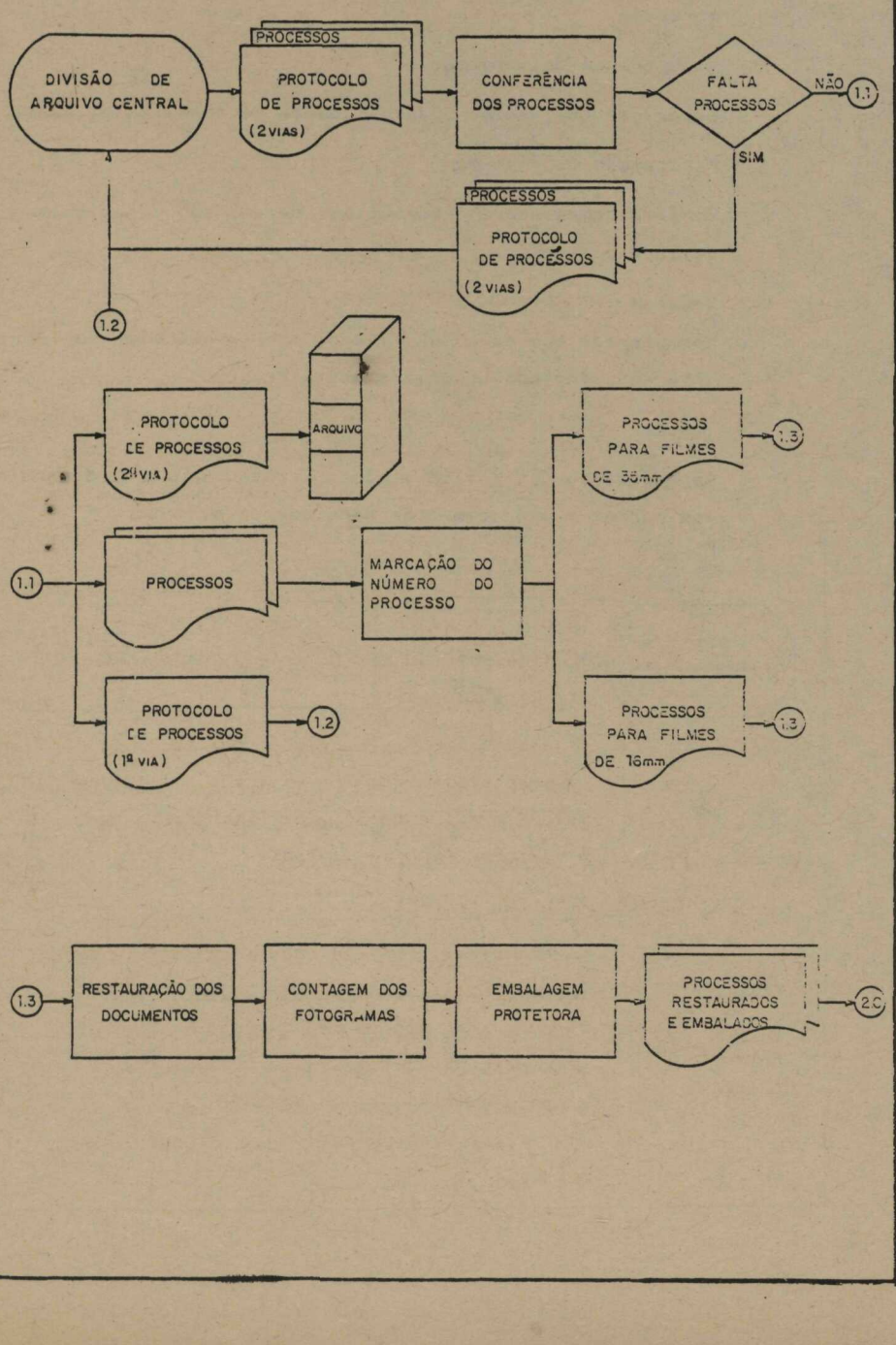
Texto datilografado, em tinta preta, em original e 1 (uma) só via, admitindo-se em caráter excepcional, cópia xerográfica, com impressão nitida em cor preta e garantida sua indelebilidade.

Quadros, tabelas, balanços, balancetes, demonstrativos, e outras matérias que, pela sua natureza, tenham que ser reproduzidas em fotofilme, deverão ser encaminhadas ao "Diário Oficial" em original de boa qualidade, na forma prevista acima.

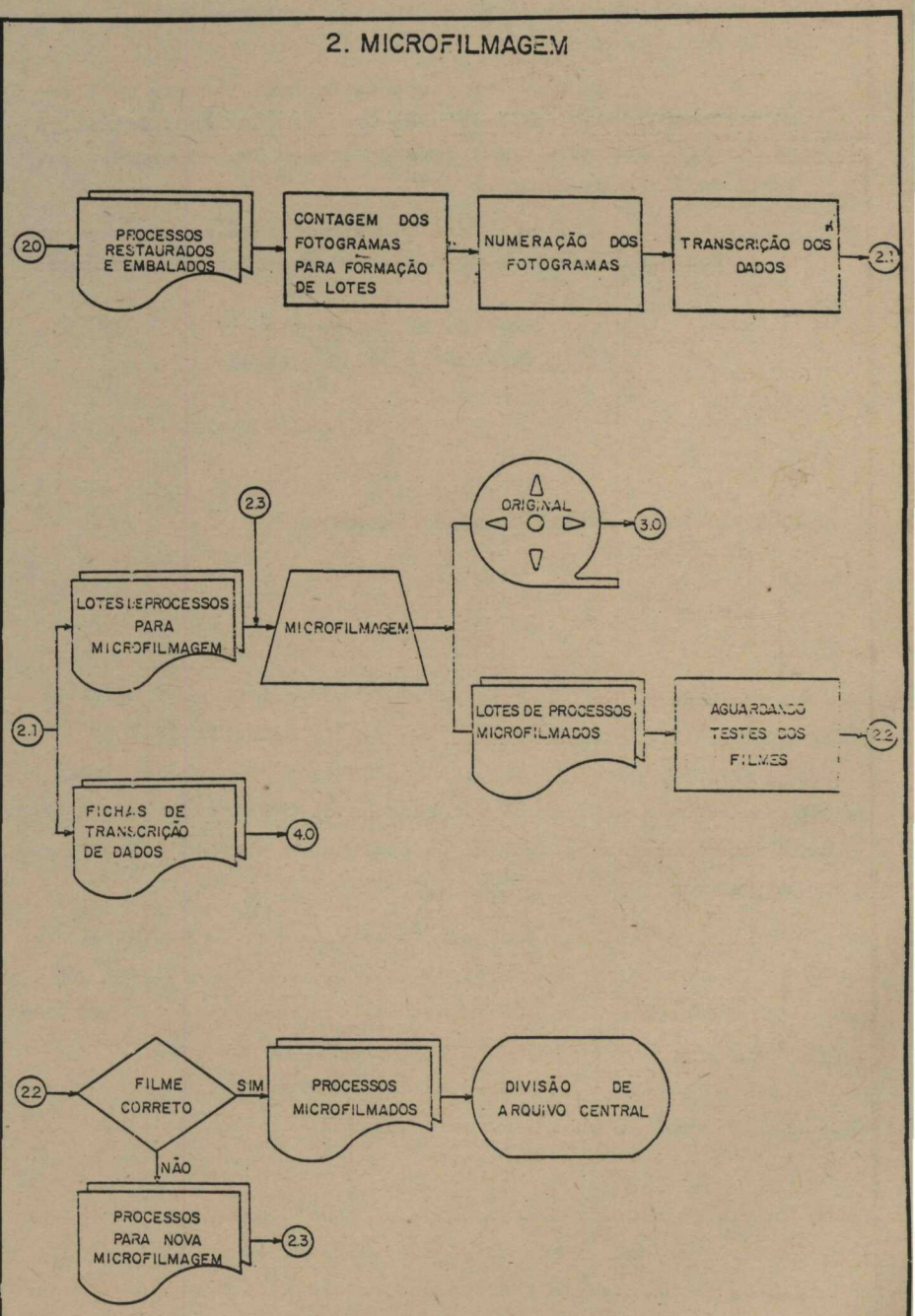
Os contratos, convênios, e termos de transação deverão conter em seu texto, cláusula expressa determinando a responsabilidade do custeio de sua publicação no "Diário Oficial", cujo pagamento será sempre antecipado, no caso de pessoa física, órgão ou entidade estranha ao Complexo Administrativo do Distrito Federal.

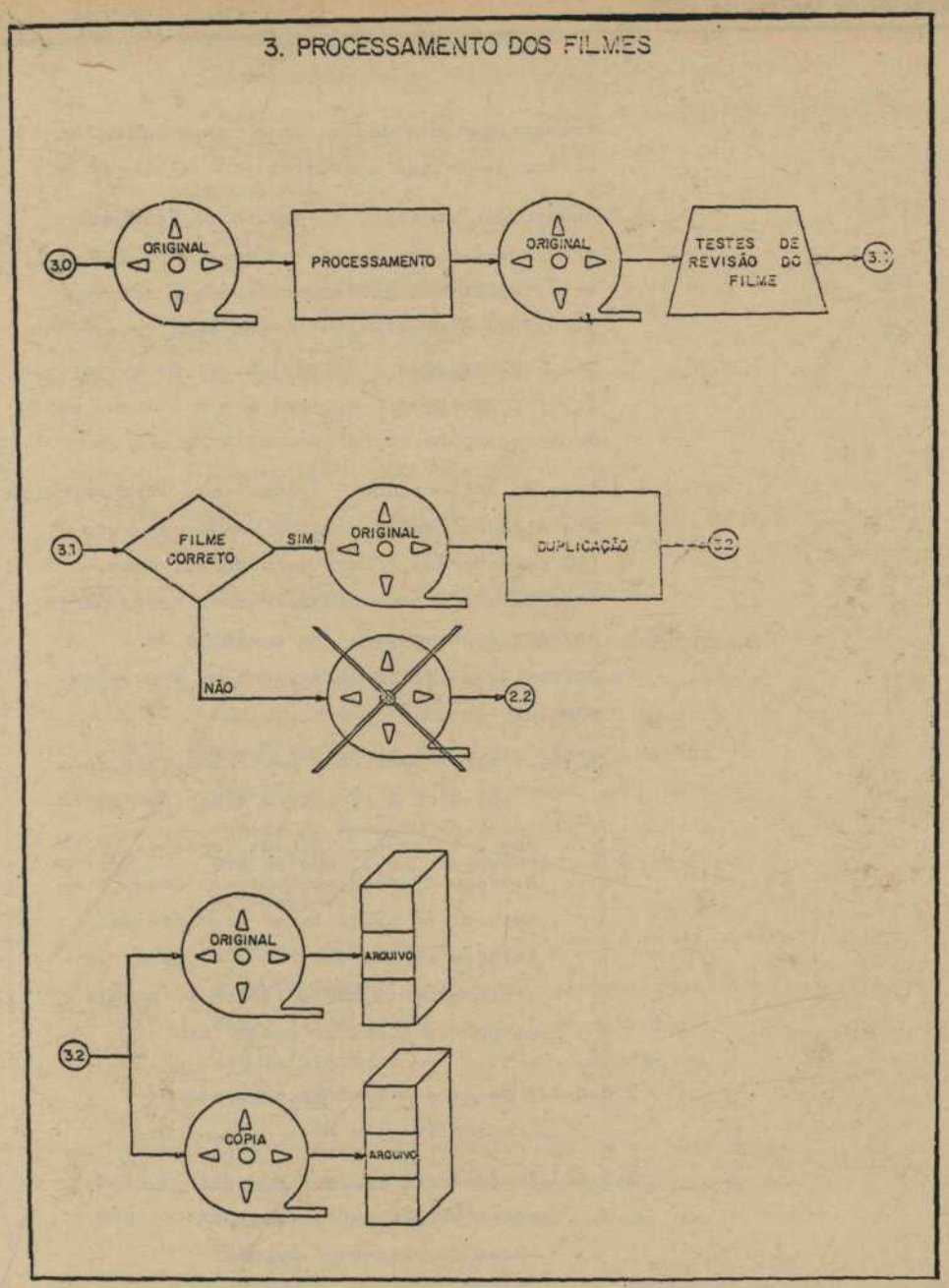
-(Decreto nº 3.282 de 15.06.76 - "DO" de 16.06.76) e Portaria Nº 199/SEA (Publicada no "DO" Nº 06 de 24/06/76).

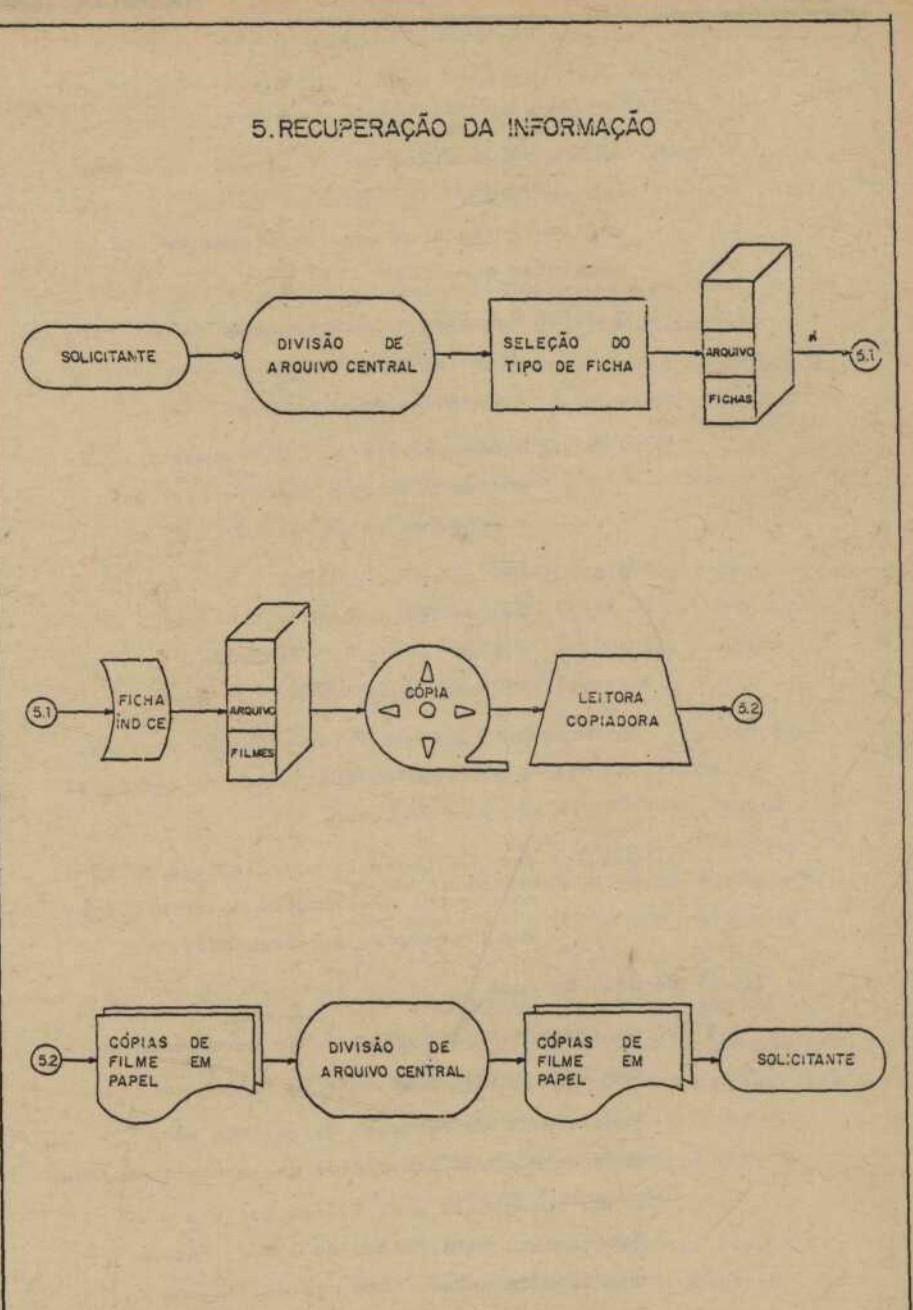
1. PREPARAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

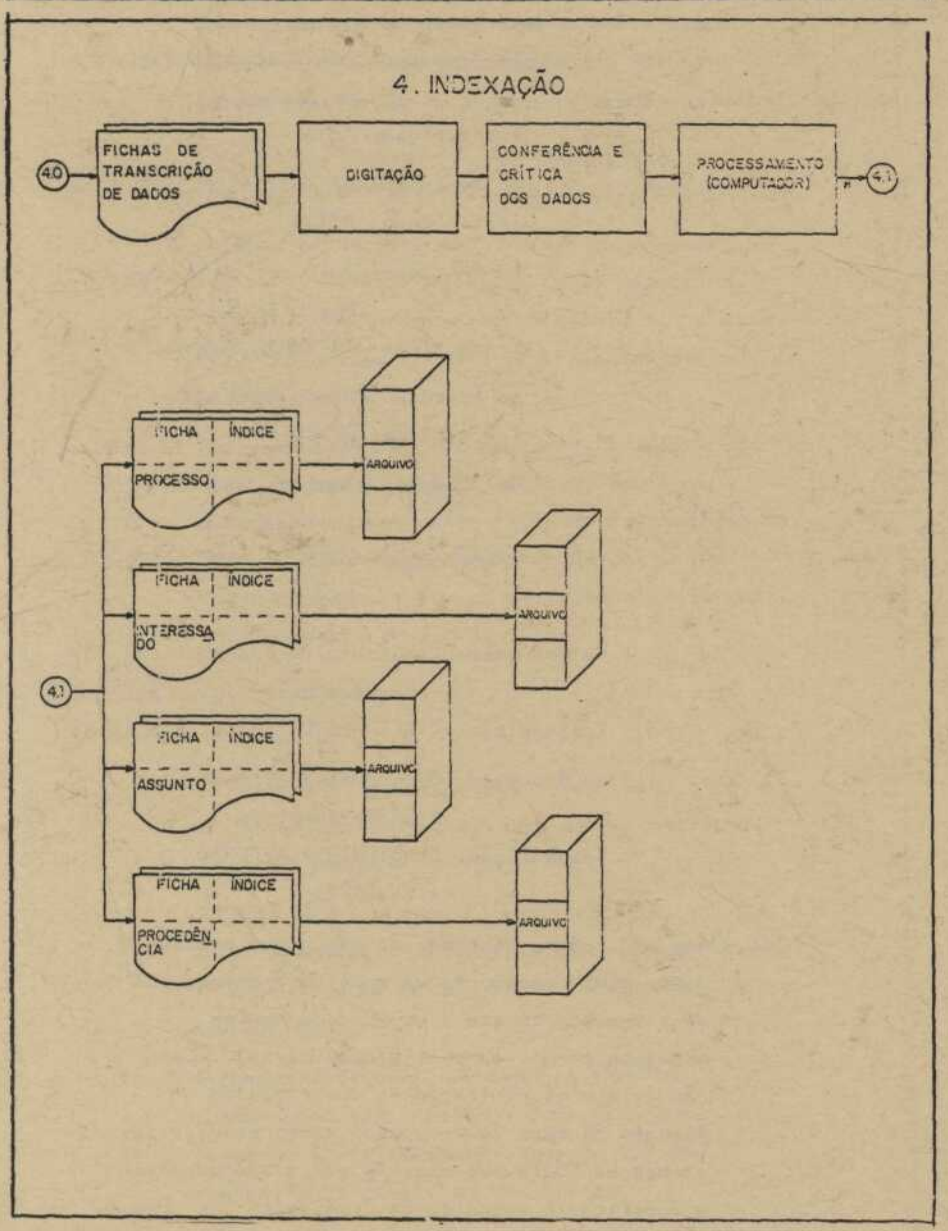


2. MICROFILMAGEM









2. PREPARAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 Importância

2.1.1 O êxito de um Sistema de Microfilmagem está direta e principalmente vinculado à qualidade da preparação da documentação.

Por este motivo, as normas de tratamento da documentação somente foram estabelecidas após várias reuniões com a Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa.

2.2 L o c a l

2.2.1 Os serviços de Preparação da Documentação serão executados dentro das dependências da Divisão de Arquivo Central, em sala exclusiva para tal finalidade.

2.2.2 A execução destes serviços será feita por pessoal previamente selecionado e treinado pela Digital e terá supervisão direta da Divisão de Arquivo Central.

2.3 Recebimento dos Processos

2.3.1 Os Processos, após seleção prévia feita pela Comissão de Eliminação de Documentos, serão relacionados datilograficamente em duas vias e em formulário apropriado (vide modelo I), sendo a segunda via encaminhada para a Microfilmagem (Digital), como protocolo de recebimento.

2.4 Conferência dos Processos

2.4.1 Após o recebimento dos Processos será feita uma conferência do material contra a relação datilográfica e em seguida efetuados os seguintes serviços;

2.4.1.1 Marcação do número principal do Processo, utilizando-se lápis hidrográfico de cor exclusiva dos conferentes.

2.4.1.2 Separação física dos Processos que contém plantas ou fotografias, para microfilmagem em filmes de 35 mm.

2.4.1.3 Retiradas de grampos e restauração de documentos, quando o seu estado estiver precário, causando dificuldade na leitura do texto.

2.4.1.4 Contagem dos fotogramas por Processo e anotação da quantidade no rodapé da capa do Processo.

2.4.1.5 Acondicionamento especial dos lotes de documentos propiciando maior proteção aos Processos já restaurados.

2.5 Preparação do lote

2.5.1 Considera-se lote um conjunto de documentos que dará origem a um rolo de filme.

Para efeito de formação de um lote será considerada uma quantidade de, aproximadamente, 2.500 fotogramas para filmes de 16mm e 600 fotogramas para filmes de 35mm. Nestas quantidades estão incluídas as Imagens de Abertura e Encerramento, bem como os "Flashes" indicadores de início de um Processo.

2.5.2 Através de uma máquina de somar, com bobina de papel, serão acumuladas as quantidades de fotogramas assinaladas no rodapé da capa do Processo, conforme procedimento descrito no item 2.4.1.4. Quando o somatório dos fotogramas atingir as quantidades citadas no item 2.5.1 será considerado formado o lote.

2.5.3 Após a formação de um lote, todos os documentos, inclusive os "Flashes" e Imagens, serão numerados com um carimbo numerador. A numeração iniciar-se-á em 0 0 0 1 e confirmará a soma prévia feita conforme item 2.5.2. Esta numeração será colocada no rodapé inferior direito dos documentos. Quando esta parte não puder ser carimbada, o número deverá ser colocado o mais próximo possível do local reservado para este fim, sem causar prejuizo para a leitura do texto.

Esta numeração tem importância vital para o Sistema, pois é a base da Indexação para a recuperação eficiente da informação.

2.6 Transcrição de Dados

2.6.1 Após cumpridas todas as etapas já descritas, o Rolo de Filme receberá um número identificador.

2.6.2 Neste ponto, os dados que serão impressos nas Fichas Índice estarão em condições de serem transcritos. Para esta transcrição serão utilizados formulários especiais (Modelo II) já gabaritados para receber as informações básicas. Para efeito de padronização na transcrição dos dados, serão observadas as normas descritas a seguir;

2.6.3 Número do Processo. O Número do Processo, previamente assinalado conforme item 2.4.1.1, será transcrito juntamente com o ano a que se refere a numeração. O ano será transcrito com 3 algarismos (centena) a fim de evitar futuras confusões, uma vez que o Sistema está projetado para operar por mais de cem anos.

2.6.4 Nome do Interessado. Transcrito, integralmente até a capacidade máxima do campo previsto (30 caracteres). Será considerado como Interessado o nome que aparecer, nesta parte, na capa do Processo. Para efeito de padronização serão observadas as seguintes normas;

2.6.4.1 Nas Repartições Governamentais será utilizada somente a sigla de acordo com a Relação de Siglas fornecida pela Divisão de Arquivo Central. Quando a Repartição não constar da referida Relação será transcrito o nome integralmente, observando-se, porém, as normas contidas neste item.

2.6.4.2 A palavra Companhia será sempre transcrita como Cia.

2.6.4.3 As palavras de, da, do, das, dos, e e, serão sempre suprimidas; exceto nos nomes de pessoas físicas.

2.6.4.4 Exemplos da normas acima:

No Processo: Administração Regional de Sobradinho
Transcrição: AR V

No Processo: Departamento de Turismo
Transcrição: DETUR

No Processo: Tribunal de Contas do Distrito Federal
Transcrição: TRIBUNAL CONTAS D F

No Processo: Banco do Brasil
Transcrição: BANCO BRASIL

No Processo: Joaquim José da Silva Xavier Filho
Transcrição: JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER F

No Processo: Companhia de Transportes Internacional
Transcrição: CIA TRANSPORTES INTERNACIONAL

No Processo: Construtora Affonso Albuquerque Ltda
Transcrição: CONSTRUTORA AFFONSO ALBUQUERQ

2.6.5 Assunto. Será considerado Assunto o conteúdo deste campo constante da capa do Processo que será transcrito até a capacidade máxima prevista para o campo (30 caracteres). Como não existe padronização na descrição do Assunto na capa do Processo, serão transcritas apenas as "palavras chave", que visam permitir e facilitar a consulta de Processos microfilmados, no caso de desconhecer-se o Número do Processo.

A fim de evitar grandes grupamentos de palavras sem maior significação, tais como; Pagamento, Aquisição, Concessão, etc., estas palavras serão transcritas após a palavra principal.

Exemplos;

No Processo: Aquisição de veículos para...
Transcrição: VEÍCULOS AQUISIÇÃO

No Processo: Pagamento de Horas Extras para o servidor ....

Transcrição: HORAS EXTRAS PAGAMENTO

No Processo: Pagamento da Fatura nº 345.330/76 emitida ...
Transcrição: FATURA PAGAMENTO

Apesar dos cuidados e normas adotadas para a padronização do Assunto, devido a sua enorme variedade e a falta de uma codificação, bem como a ausência de regras rígidas na sua descrição na capa do Processo, as Fichas Índice de Assunto deverão sofrer, após a sua emissão, uma revisão na classificação alfabética.

Esta revisão será feita pela Divisão de Arquivo Central que, com base em longa experiência, re-agrupará, manualmente, alguns assuntos de natureza idêntica ou correlata.

2.6.6 Procedência. Só será transcrita a Procedência quando a mesma vier previamente sublinhada em vermelho, conforme critério adotado pela Divisão de Arquivo Central.

Opcionalmente, constará também neste campo o Número do Processo ou o Número do Ofício gerado pelo Órgão de Origem (Procedência).

Para cada Procedência assinalada será transcrita a sigla correspondente, conforme relação fornecida pela Divisão de Arquivo Central. Caso a Procedência não conste na relação, será transcrito integralmente o nome do Órgão, observando-se os critérios definidos no item 2.6.4.

2.6.7 Processos anexos. Os processos anexos a um outro processo deverão, também, ter seus numeros transcritos na Ficha de Transcrição de Dados, em local apropriado para isso. Deve observar-se para a aludida transcrição o que está disposto em 2.6.3.

3. PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO

3.1 Microfilmagem

3.1.1 A Preservação da Informação será feita através da Microfilmagem, observadas as exigências legais vigentes.

Estamos considerando na implantação do sistema a Lei 5.433 de 8 de maio de 1968 e o Decreto-Lei nº 64.398 de 24 de abril de 1969 que regulamenta o assunto.

3.1.2 Através desta técnica torna-se possível a conservação das informações por longo período de tempo (teoricamente, acima de 300 anos). sem perda de qualidade dos filmes.

Evidentemente, a durabilidade dos filmes está em função direta das condições ambientais de seu armazenamento e dos cuidados com o seu manuseio. Sobre este assunto o item 4.3 fornece maiores detalhes.

3.2 Equipamentos

3.2.1 Na microfilmagem dos documentos serão utilizadas somente microfilmadoras tipo "planetárias". Para os filmes de 16mm serão usadas máquinas de fabricação "Bell & Howell", modelo"Filemaster", e para filmes de 35mm, será empregado equipamento de fabricação "Kodak", modelo M R D 2.

3.2.2 A escolha de microfilmadoras planetárias foi feita após a análise minuciosa da documentação, considerando-se variação de formato, estado de conservação e gramatura de papel.

3.2.2.1 As microfilmadoras tipo "Planetárias" produzem uma melhor qualidade fotográfica. As microfilmadoras do tipo "rotativas", embora apresentem uma maior produtividade, geram fotogramas com qualidade inferior em relação as microfilmadoras "planetárias".

3.2.2.2 As microfilmadoras "planetárias" permitem a microfilmagem de documentos em qualquer estado de conservação, sem incorrer em riscos de danificar ou dilacerar a documentação, o que não ocorre com as "rotativas".

3.2.2.3 Embora de custo operacional bem maior que as microfilmadoras "rotativas", as razões acima expostas justificam a escolha de equipamento "planetário", principalmente se considerarmos a natureza e importância dos documentos a serem microfilmados (Processos).

.3 R e d u ç ã o

3.3.1 Para os filmes de 16 mm, foi estabelecida a redução de 29 x, pelas seguintes razões;

3.3.1.1 Permite microfilmar em um fotograma, sem fracionamento, documentos de até 31,5 x 43,5 cm.

3.3.1.2 A Leitora Copiadora a ser utilizada (vide item 4.2) aceita lentes de 29 x de magnificação, o que permite a obtenção de cópias em papel do tamanho do documento original, conforme solicitação da Divisão do Arquivo Central.

3.3.2 Para os filmes de 35 mm foi estabelecida a redução de 19 x, pelas seguintes razões;

3.3.2.1 Permite microfilmar em um fotograma, sem fracionamento, documentos de ate 59 x 84 cm.

3.3.2.2 A Leitora Copiadora a ser utilizada (vide item 4.2) aceita lentes de 19 x de magnificação, o que possibilita a obtenção de cópias de papel que, montadas, dariam uma copia do tamanho original, conforme solicitação da Divisão de Arquivo Central.

encaminhado para a revisão das operações de microfilmagem.

3.8.2 A revisão será feita acompanhando-se a sequência numérica dos fotogramas, colocada através de um carimbo numerador, conforme item 2.5.3.

3.8.3 Caso não haja problemas de operação o filme será encaminhado para a duplicação.

3.9 Duplicação

3.9.1 A duplicação dos filmes originais de câmara será feita em filmes "Diazo". Como este filme permite a duplicação de "negativo para negativo" o Sistema fica uniformizado pois todos os filmes utilizados serão negativos.

3.9.2 Os filmes "Diazo" por não conterem substâncias orgânicas, não são tão exigentes quanto os filmes de "sais de prata" no que se refere às condições ambientais. Como o filme de manuseio será o filme duplicado, torna-se bastante atraente a utilização de filmes "Diazo".

3.9.3 Para efeito de aprovação deste tipo de filme foram efetuados vários testes com cópia em papel na Leitora Copiadora.

4. RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

4.1 Fichas Índice

4.1.1 A recuperação da informação microfilmada será feita através de consultas às Fichas Índices. Para cada Processo microfilmado serão emitidas até 4 Fichas Índice (modelo V!).

Todas as Fichas possuem os mesmos dados informativos diferenciando-se uma das outras apenas pela indicaçao de sua ordenação.

4.1.2 As Fichas Índice serão utilizadas para localizar o Processo microfilmado. A pesquisa poderá ser feita pelas seguintes opções:
- Número do Processo
- Nome do Interessado
- Assunto
- Procedência

4.1.3 A pesquisa de um Processo será feita, na grande maioria das vezes pelo Número do Processo. As demais alternativas visam facilitar a localização de um Processo, no caso de desconhecimento do seu número.

4.1.4 Qualquer uma das Fichas indica o Número do Rolo do Filme em que se encontra o Processo Microfilmado. Para dar rapidez, facilidade e precisão na pesquisa do Processo dentro do Rolo de Filme, todas as Fichas possuem uma indicação dos numeros do primeiro e último fotograma de cada Processo. Estes números encontram-se no rodapé inferior direito de cada fotograma, conforme procedimento descrito no item 2.5.3.

4.1.5 Como a microfilmagem dos Processos poderá ser feita aleatoriamente, toda e qualquer pesquisa de Processo deverá ser feita através das

3.4 F i l m e s

3.4.1 Serão utilizados filmes em rolo de 100 pés (30,5m) de comprimento, dentro das características exigidas pelo Decreto 64.398.

3.4.2 Os filmes originais de câmara serão do tipo A H U de fabricação "Kodak" ou de outro fabricante, desde que atendam as exigencias do Decreto acima citado.

3.5 O p e r a ç ã o

3.5.1 Os serviços de operação de Microfilmagem serão executados dentro das dependencias da Divisão de Arquivo Central, em sala preparada para este fim, com voltagem e refrigeração adequadas. Os serviços serão feitos por pessoal selecionado e treinado pela Digital. Posteriormente, poderá ser treinado pessoal da própria Divisão de Arquivo Central para estas atividades.

3.6 Normas de Operação

3.6.1 Todo Processo que possua plantas com dimensões superiores a 31,5 x 43,5 cm ou fotografias, será microfilmado totalmente em 35mm. Os demais Processos serão microfilmados em filmes de 16mm.

3.6.2 A fim de padronizar procedimentos e evitar decisões por parte dos operadores, todo documento constante do Processo será microfilmado separadamente, gerando um fotograma.

3.6.3 O verso dos documentos, sempre que contiver anotações, será microfilmado, gerando também um fotograma.

3.6.4 Os documentos serão microfilmados, sempre que possível com o cabeçalho voltado para a esquerda do operador (Comic Mode).

3.6.5 O primeiro fotograma de cada rolo de filme será o Cartão Teste de Resolução (Microcopy Resolution Test Chart). Este cartão será microfilmado no início, no meio (aproximadamente) e no fim de cada rolo.

3.6.6 O segundo fotograma de cada rolo de filme será a Imagem de Abertura (modelo III), prevista no Decreto 64.398.

3.6.7 Precedendo cada Processo será microfilmado por duas vezes consecutivas um "Flash" (modelo V). Este "Flash" além de indicar o início de um Processo microfilmado, poderá, eventualmente auxiliar a pesquisa visual no rolo de filme.

3.6.8 O penúltimo fotograma de cada rolo de filme (o último será o Cartão Teste de Resolução) será a Imagem de Encerramento (modelo IV) prevista no Decreto 64.398.

3.7 Processamento de Filmes

3.7.1 O processamento dos filmes será feito inicialmente no Rio de Janeiro, até a instalação de um laboratório da Digital em Brasília.

3.7.2 Serão observadas as exigências contidas no Decreto 64.398, no que se refere ao controle de qualidade do filme produzido.

3.8 R e v i s ã o

3.8.1 Após o processamento do filme serão feitos os testes de densidade. Caso o filme esteja dentro dos limites permissíveis, o mesmo será

Fichas e nunca atraves do arquivo físico dos rolos de filmes.

4.2 Cópias em Papel:

4.2.1 As cópias em papel serão obtidas através de uma Leitora Copiadora, modelo Motormatic MPG-TH, de fabricação "Kodak", que terá capacidade de ler e copiar filmes de 16 e 35 mm.

4.2.1.1 As cópias em papel terão dimensões de 28 cm de largura por até 35,5 cm de comprimento.

4.2.2 A Leitora Copiadora será instalada com duas lentes de magnificação de 29 e 19 x, para leitura e cópia de filmes de 16 e 35 mm, respectivamente.

4.2.3 A Leitora Copiadora será instalada nas dependências da Divisão de Arquivo Central, em ambiente refrigerado, de acordo com as recomendações do fabricante.

4.3 Armazenamento dos Filmes:

4.3.1 Os filmes, tanto os originais como cópias, deverão ser armazenados em arquivos especiais, fabricados para este fim. Tais arquivos possuem compartimento de "silicagel" e higrometro para controle de umidade do ar. Existem também modelos que possuem desumidificador elétrico, eliminando, desta forma, o uso de "silicagel". Entretanto, devido a baixa umidade do ar em Brasília, acreditamos que o arquivo com "silicagel" seja o mais indicado.

4.3.1.1 Os filmes deverão ser mantidos sob as seguintes condições ambientais, durante 24 horas por dia:

Temperatura entre 18 º e 22 º.

Umidade relativa entre 32 % e 40 %.

4.3.2 Os arquivos contendo os filmes originais deverão ficar em local distante dos arquivos dos filmes de manuseio, devendo-se evitar seu arquivamento no mesmo imóvel. Com isso pretende-se dar maior segurança na preservação dos filmes, evitando-se no caso de catastrofes, a possibilidade de destruir, simultaneamente, os filmes originais e cópias.

4.3.3 Estamos aconselhando a compra de seis unidades deste arquivos, sendo três para guarda dos filmes originais e três para os filmes de manuseio (cópias).

4.3.4 Os filmes serão acondicionados em carretéis de plastico ventilados, onde serão fixadas etiquetas com a sigla GOF.

4.3.5 Os rolos de filme serão guardados nas próprias caixas de papelão fabricadas pela Kodak. Estas caixas sofrem um tratamento químico especial que aumenta a proteção contra a umidade e fungos.

5. MANUTENÇÃO DO SISTEMA

5.1 Processamento de Dados

5.1.1 Foi utilizado um Computador Eletrônico na emissão das Fichas Índice devido ao grande volume de Processos a ser microfilmado, acumulado durante um período de 16 anos.

5.1.2 Como sub-produto dos trabalhos do computador, as Fichas Índice poderão ser emitidas já fisicamente ordenadas, dentro de um critério lógico numérico ou alfabético.

5.1.3 O uso do Computador poderá ser também considerado vantajoso no caso de uma re-emissão total ou parcial das Fichas Índices, no caso de perda total ou parcial do fichário, ou mesmo em caso de recomposição das Fichas devido ao desgaste pelo uso.

5.2 Fichas Datilográficas

5.2.1 Se não fosse o grande volume de Processos arquivados as Fichas Índice poderiam ser datilografadas ou até mesmo preenchidas manualmente.

5.2.2 Desta forma não há dependência de um Computador para a manutenção do Sistema ora implantado. Todas as normas e procedimentos deste trabalho são aplicados integralmente tanto para as Fichas emitidas por Computador quanto para as Fichas emitidas datilográfica ou manualmente.

DIVISÃO DE ARQUIVO CENTRAL-CSDOA-SEA
SEÇÃO DE SELEÇÃO E PREPARO-DAC

DATA:	QUANT.:	Ass.do Selecionador
Nº DO PROC.	A S S U N T O	

MODELO I

Recebí os processos acima citados
Brasília, / /1976

FICHA
DE TRANSCRIÇÃO DE DADOS

ROLO | 16mm 35mm DATA

PROCESSO	ANO	INICIAL	FINAL	CÓD	ANEXO 1
INTERESSADO					
ASSUNTO					
PROCEDÊNCIA					

MODELO II

Imagem de Encerramento

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
C S D C A

término da microfilmagem em 1º / 10 / 1976

Ordem da colocação dos documentos contidos nêste filme:

Os processos estão microfilmados em sequencia crescente, dentro de cada ano. Como todos os documentos estão numerados em ordem crescente e consecutiva, poderá, eventualmente, haver Processos microfilmados fora de sequencia.

A recuperação far-se-á através de Fichas Índice individuais para cada Processo, contendo o número do fotograma inicial e final, que determina a localização física de um Processo dentro do rolo de filme.

Têrmo de Encerramento e Autenticação

Atesto que a microfilmagem da documentação constante dêste filme foi executada obedecidas as normas técnicas exigidas pelo Dec. nº 64.398 de 24 de abril de 1969, que asseguram a fiel reprodução daquele documentos na sua integridade, inclusive para efeito de prova em juizo ou fora dêle.

responsável pela microfilmagem

MODELO IV

DIGITAL ESTUDOS E PROCESSAMENTOS LTDA.

FIM

a sequência da documentação contida neste filme tem continuidade no de

nº 0002

Imagem de Abertura

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
C S D C A

início da microfilmagem em 1º / 10 / 1976

Filme

codificação	número
CSDCA	0001

Microfilmagem realizada pela DIGITAL - Estudos e Processamentos LTDA. - CGC 33.830.191/0001
FRRI - 347.475.00

Reg. no Ministério da Justiça 193

Têrmo

A documentação constante dêste filme foi submetida a prévia preparação e organizada sob orientação do detentor da mesma, sendo a microfilmagem realizada com observância das normas técnicas exigidas para a fiel reprodução em todos os detalhes.

responsável direto pela documentação

DIGITAL ESTUDOS E PROCESSAMENTOS LTDA.

responsável pela microfilmagem

Resumo do filme

Processos arquivados sob a responsabilidade da Divisão de Arquivo Central da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Observação: Todos os Processos contidos neste rolo encontram-se listados em relação propria.

MODELO III

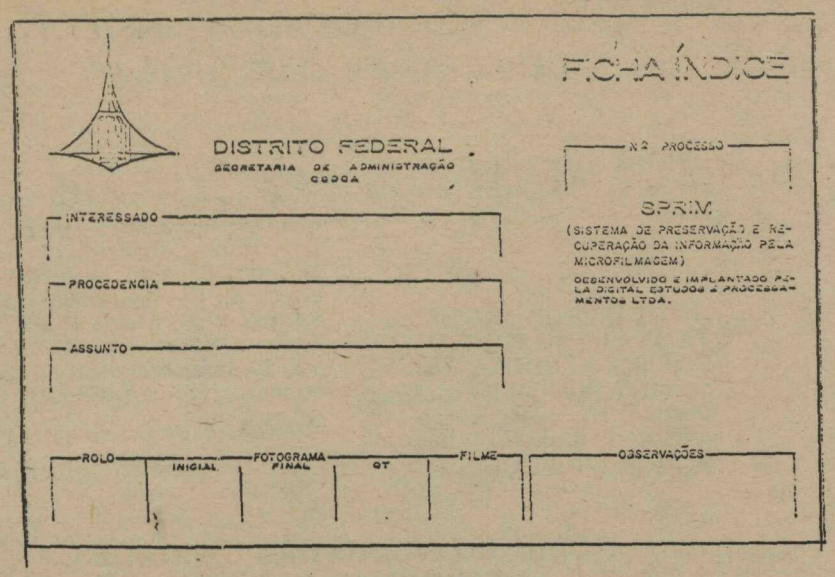
a documentação constante dêste filme é continuação da microfilmada no de

nº rolo inicial

[redacted]

MODELO V

MODELO VI



6. TESTES

6.1 Importância

6.1.1 Foram efetuados varios testes do Sistema a fim de comprovar a sua funcionalidade e validade dos diversos critérios e decisões tomadas. Estes testes revestem-se da grande importância pois certos procedimentos, uma vez adotados, tem caracter praticamente irreversível.

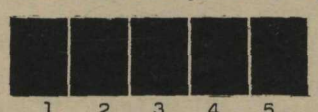
6.2 Teste de Funcionalidade

6.2.1 Foram microfilmados 30 Processos, gerando cerca de 1.000 fotogramas, obtendo-se um Modelo do Sistema, a fim de testar todas as suas alternativas e facilidades de consultas. Os resultados foram altamente satisfatórios e para o Modelo apresentado o tempo médio de localização de um Processo foi de 15 segundos.
Este tempo foi medido a partir da colocação do rolo do microfilme na Leitora. Este teste, devido ao seu volume não foi anexado ao Projeto, sendo entregue diretamente a Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa.

6.3 Teste de Resolução (16mm)

6.3.1 O Cartão Teste de Resolução foi microfilmado, juntamente, com um documento extraido de um Processo, cinco vezes consecutivas, variando apenas a velocidade de abertura do obturador da planetária "File Master". As velocidades utilizadas foram 7, 8, 9, 10 e 11, para os fotogramas 1, 2, 3, 4 e 5, respectivamente.

O fotograma nº 3 foi ampliado 80 vezes, em microscópio, e o menor grupo legível foi 4.5. Multiplicando-se este numero (4.5) pela redução usada (29 x) o resultado foi de 130 linhas por milimetro de resolução.
Um microfilme é considerado aceitável quando o numero de linhas por milimetro é superior a 90. No teste feito o índice de resolução é 44% superior ao índice mínimo permitido.

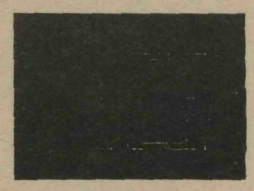

1 2 3 4 5

6.3.2 Os fotogramas abaixo contém o Cartão Teste de Resolução (6) e um documento extraido de um processo (7), microfilmados isoladamente com redução 29x e com velocidade do obturador 9.

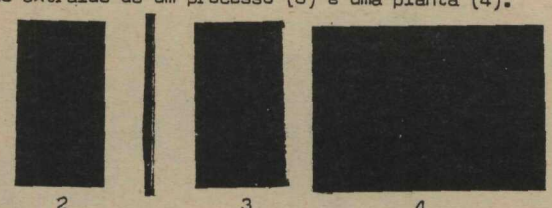

6 7

6.4 Teste de Resolução (35mm)

6.4.1 O Cartão Teste de Resoluçao foi microfilmado juntamente com uma planta (vide fotograma abaixo). O referido cartão foi ampliado em microscópio 80 vezes e o menor grupo legível foi 5.6.
Multiplicando-se este numero (5.6) pela redução utilizada (19 x) obtem-se o resultado de 106 linhas por milimetro de resolução.
Um microfilme é considerado aceitável quando o numero de linhas por milimetro é superior a 90. No teste feito o índice de resolução é 18% superior ao índice mínimo exigido.


1

6.4.2 Os fotogramas abaixo contém o Cartão Teste de Resolução (2), um documento extraido de um processo (3) e uma planta (4).


2 3 4

6.5 Teste de Densidade (16mm)

6.5.1 Ainda com base na tira de filme anexa ao item 6.3 foram testados as densidades dos fotogramas. Nestes testes foi utilizado um densitometro digital, modelo "Digimatic" de fabricação "Bekey-Ascor".
A área utilizada na medição foi uma parte em branco do documento microfilmado nos fotogramas, e os resultados foram os seguintes;

Fotograma	Velocidade	Indice
1	7	1,26
2	8	1,11
3	9	0,97
4	10	0,86
5	11	0,53

Com base nos resultados acima, foi determinado que a velocidade obturador a ser utilizada na planetária "File Master" será 9 (nove). Para estes testes foram utilizados filmes A H U, de fabricaçao KODAK.

6.5.2 O segmento do filme abaixo contém todas variações de exposição (densidade) possiveis na microfilmadora "File Master".

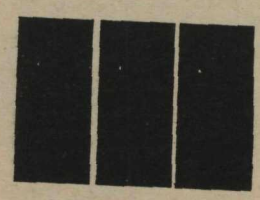


6.6 Teste de Densidade (35mm)

6.6.1 Os fotogramas abaixo foram examinados por um densitometro digital "DIGIMATIC" de fabricação "Bakey-Ascor" e apresentaram os seguintes resultados;

Fotograma	Medidor de Exposição	Indice
1	- 2.5	0,91
2	0.0	1,15
3	+ 2.5	1,29

6.6.2 Em vista dos resultados acima estamos indicando a intensidade de luz, medida pelo Medidor de Exposição (Exposure Meter) em -1.0 o que dará densidade bem proxima a 1.0.


1 2 3

6.7. Teste de Cópias em Papel

6.7.1 As cópias em papel que se seguem foram obtidas a partir de filme DIAZO (vide segmentos abaixo).

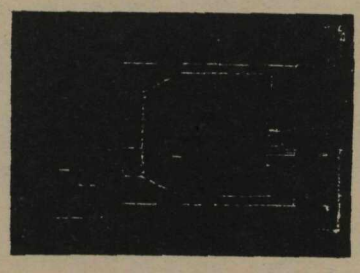
- Cartão Teste Resolução (35mm)



Documento (35mm)



- Planta (35mm)



- Cartão Teste Resolução (16mm)



- Documento (16 mm)



GABINETE CIVIL

ÓRGÃOS VINCULADOS AO GABINETE CIVIL

DEPARTAMENTO DE TURISMO

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 03/78 24 DE JANEIRO DE 1978.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 1745, artigo 18, capítulo I, título III e inciso V de 12 de julho de 1.971,

RESOLVE:

Autorizar o servidor UIRA MATOS MINEIRO, Diretor da Divisão de Administração, deste Departamento, a viajar à cidade do Rio de Janeiro-RJ, a serviço no período de 25 a 28 do corrente, para tratar de assuntos de interesse deste Departamento, junto a EMBRATUR.

Brasília, 24 de janeiro de 1.978.

CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor.

ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS - A.U.D.

Atos do Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002 DE 16 DE JANEIRO DE 1978

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo inciso II do Artigo 2º do Decreto nº 2519 de 28 de dezembro de 1.973, combinado com o inciso II do Artigo 8º do Regimento desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 2520, da mesma data,

RESOLVE:

Designar o servidor, CÉZAR DOMINGOS MARQUES, Auxiliar Técnico de Administração I, símbolo EP/14, matrícula 025/AUD, para responder pelo Serviço de Administração Geral, a partir de 01 de fevereiro do corrente ano, por ocasião de férias do seu titular.

Brasília - DF, 16 de janeiro de 1978.

TAQUEGI KORESSAWA
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003 DE 16 DE JANEIRO DE 1978

O Superintendente da Administração das Unidades Desportivas do Distrito Federal, no uso da competência que lhe é atribuída pelo inciso II do Artigo 2º do Decreto nº 2519 de 28 de dezembro de 1973, combinado com o inciso II do Artigo 8º do Regimento desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 2520, da mesma data,

RESOLVE:

Designar o servidor, WILSON JOSÉ DE AZEVEDO, Auxiliar Técnico de Administração II, matrícula 009/AUD, para responder pelo Encarregado de Fiscalização Geral, a partir de 01 de fevereiro do corrente ano, por ocasião de férias do seu titular.

Brasília-DF., 16 de janeiro de 1978.

TAQUEGI KORESSAWA
Superintendente

SECRETARIA DO GOVERNO

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL
ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE-SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE JANEIRO DE 1978

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso da delegação de competência estabelecida no Inciso III do Artigo 1º do Decreto nº 2.755, de 25 de outubro de 1974,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos da alínea "a" do artigo 21 do Decreto 2.951, de 22.07.75, o servidor JOSÉ DE ASSIS SILVEIRA FILHO, Eletricista, Nível 08, Matrícula 10.690, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Administração de Sedes, Símbolo FC-10, desta Administração, no período de 08.02.78 a 09.03.78, por motivo de férias do titular.

Núcleo Bandeirante, 23 de janeiro de 1978.

JOÃO DUARTE MOREIRA
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE JANEIRO DE 1978

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso da delegação de competência estabelecida no Inciso III do Artigo 1º do Decreto nº 2.755 de 25 de outubro de 1974,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos da alínea "b" do Artigo 21 do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975, o servidor GEDALIAS NEVES DA COSTA, Assistente Técnico, Símbolo FC-03, matrícula nº 18.645, para substituir o Diretor da Divisão de Administração Geral, Símbolo FC-03, no período de 01 de fevereiro a 02 de março do corrente ano, por motivo do titular encontrar-se substituindo o Administrador naquele período.

Núcleo Bandeirante, 23 de janeiro de 1978

JOÃO DUARTE MOREIRA
Administrador

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

Atos do Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE JANEIRO DE 1978..

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o Item IV, Artigo 21, do Regimento da Administração Regional do Gama, aprovado pelo Decreto nº 2.284, de 12.06.73, e tendo em vista o disposto no Inciso I, Artigo 12 do Decreto nº 4.015, de 29.12.77,

RESOLVE:

DESIGNAR o Engenheiro Civil TADEU IZIDRO PATROCINIO DE MORAES, Diretor da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, para Executor e Supervisor Técnico do Contrato celebrado entre o Distrito Federal, através da Administração Regional do Gama e a Firma Construtora MACARIO-Comércio e Indústria Ltda, objetivando a execução dos serviços de construção de 01 (hum) Bloco de Vestiário, Ampliação do Auditório, Adaptação da Biblioteca e Laboratório e Recuperação Geral do Centro Educacional Nº 01 do Gama.

GAMA-DF., 20 de janeiro de 1.978.

LEOSMAR LITRAN DOS SANTOS
Administrador Regional do Gama
Substituto

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

Atos do Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE JANEIRO DE 1978

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições legais e tendo em vista o que dispõe as Normas de Execução Orçamentária e Financeira e com base no Decreto nº 4.015 de 29 de dezembro de 1977,

RESOLVE:

1. Destacar às Divisões de Cadastro Financeiro e Programação e Controle da Secretaria de Administração e Região Administrativa III — Taguatinga, para movimentação no 1º Trimestre os valores dos quadros anexos.

2. Fica a Seção de Orçamento e Finanças desta Unidade Orçamentária, autorizada a movimentar os valores constantes do quadro anexo.

Taguatinga-DF, 17 de janeiro de 1978

VITAL DE MORAES ANDRADE

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE JANEIRO DE 1978

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - DAG/RA-III

PROJETO / ATIVIDADE / ELEMENTO	VALOR:	TOTAL:
RA-2.016 - Manutenção das Atividades da Administração Regional de Taguatinga:		
- 3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros:	40.500,00	
- 3.1.4.0 - Encargos Diversos:	4.000,00	44.500,00
RA-2.017 - Manutenção das Atividades da Ceilândia:		
- 3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros:	18.200,00	
- 3.1.4.0 - Encargos Diversos:	4.000,00	22.200,00
RA-2.070 - Patrulha Motomecanizada de Taguatinga:		
- 3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros:	100.000,00	100.000,00
RA-1.025 - Construção de Parques de Serviços Administrativos de Taguatinga:		
- 4.1.1.0 - Obras Públicas:	600.000,00	600.000,00
RA-2.071 - Conservação de Edifícios e Logradouros Públicos de Taguatinga:		
- 4.1.1.0 - Obras Públicas:	100.000,00	100.000,00
RA-2.097 - Conservação de Edif. e Logradouros Púb. e Áreas urb. da Ceilândia:		
- 4.1.1.0 - Obras Públicas:	25.000,00	25.000,00
RA-1.027 - Construção de Parques Recreativos e Desportivos da Ceilândia:		
- 4.1.1.0 - Obras Públicas:	1.300.000,00	1.300.000,00
RA-1.029 - Urbanização da Região Administrativa de Taguatinga:		
- 4.1.1.0 - Obras Públicas	1.765.000,00	1.765.000,00
RA-2.072 - Conservação de Áreas Urbanizadas de Taguatinga:		
- 4.1.1.0 - Obras Públicas:	50.000,00	50.000,00

PROJETO / ATIVIDADE / ELEMENTO	VALOR:	TOTAL:
RA-1.030 - Ampliação do Sistema de Iluminação Pública de Taguatinga:		
- 4.1.1.0 - Obras Públicas:	1.254.300,00	1.254.300,00
RA-1.031 - Ampliação do Sistema de Iluminação Pública da Ceilândia:		
- 4.1.1.0 - Obras Públicas:	1.310.000,00	1.310.000,00
RA-2.018 - Custeio do Sistema de Iluminação Pública de Taguatinga:		
- 3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros:	375.000,00	375.000,00
RA-1.032 - Ampliação e Recuperação de Vias Públicas de Taguatinga - ACEI:		
- 4.1.1.0 - Obras Públicas:	350.000,00	350.000,00
TOTAL:	7.296.000,00	7.296.000,00

(SETE MILHÕES DUZENTOS E NOVENTA E SEIS MIL CRUZEIROS)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE - CSM/SEA

PROJETO / ATIVIDADE / ELEMENTO	VALOR:	TOTAL:
RA-2.016 - Manutenção das Atividades da Administração Regional de Taguatinga:		
- 3.1.2.0 - Material de Consumo:	8.000,00	8.000,00
RA-2.017 - Manutenção das Atividades da Ceilândia:		
- 3.1.2.0 - Material de Consumo:	6.000,00	
- 4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações:	160.000,00	
- 4.1.4.0 - Material Permanente:	100.000,00	266.000,00
RA-2.070 - Patrulha Motomecanizada de Taguatinga:		
- 4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações:	1.430.000,00	1.430.000,00
TOTAL:	1.704.000,00	1.704.000,00

(HUM MILHÃO SETECENTOS E QUATRO MIL CRUZEIROS)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO - CSP - SEA

PROJETO / ATIVIDADE / ELEMENTO	V A L O R:	T O T A L:
RA-2.016 - Manutenção das Atividades da Administração Regional de Taguatinga:		
- Pessoal e Encargos Sociais:	5.000.000,00	5.000.000,00
T O T A L:	5.000.000,00	5.000.000,00

(CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS)

GDF - SEG - RA - III - DAG

ANÉSIO SOARES DE MORAES
Chefe da Seção de Orçamento e Finanças

Administração Regional de Taguatinga
José Dias Gonçalves
DIRETOR DA DAG

ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO

Atos do Administrador

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01 DE 20 DE JANEIRO DE 1978

O ADMINISTRADOR DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 7º, do Capítulo II, das Normas para Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977,

RESOLVE:

I — DESTACAR, na forma dos quadros anexos. às Divisões de Programação e Controle CSM e de Cadastro Financeiro CSP da Secretaria de Administração os valores correspondentes aos elementos de despesas a serem empenhados, no 1º Trimestre, por esses Órgãos, conforme Decreto nº 4.015 de 29 de dezembro de 1977.

II — Fica a Seção Financeira desta Unidade Orçamentária autorizada a movimentar os demais valores correspondentes aos elementos de despesas constantes dos quadros anexos.

Brasília-DF, 20 de janeiro de 1978

Prof. SIZELMO SOUZA SILVEIRA
Administrador do SRIA
Substituto

D.O. — GDF

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº 01 DE 20 DE JANEIRO DE 1978

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL, INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : SEÇÃO FINANCEIRA / ASRIA

CÓDIGO	PROJETO E/OU ATIVIDADE - ELEMENTO	V A L O R
RA 2.025	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASRIA	
	3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros	30.000,00
RA 1.015	CONSTRUÇÃO DA SEDE DA ASRIA	
	4.1.1.0 - Obras Públicas	690.000,00
RA 2.083	CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO SRIA	
	4.1.1.0 - Obras Públicas	40.000,00
RA 2.084	CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS DO SRIA	
	4.1.1.0 - Obras Públicas	300.000,00
RA 1.063	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO SRIA	
	4.1.1.0 - Obras Públicas	840.000,00
RA 2.026	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO SRIA	
	3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros	230.000,00
	T O T A L.....	2.130.000,00

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº 01 DE 20 DE JANEIRO DE 1.978

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL, INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO/CSP/SEA

CÓDIGO	PROJETO E/OU ATIVIDADE - ELEMENTO	V A L O R
RA 2.025	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASRIA	
	3.1.1.0 - Pessoal e Encargos Sociais	2.000.000,00
	T O T A L.....	2.000.000,00

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº01 DE 20 DE JANEIRO DE 1.978.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL, INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE/CSM/SEA

CÓDIGO	PROJETO E/OU ATIVIDADE - ELEMENTO	VALOR
RA 2.025	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASRIA	
	3.1.2.0 - Mate rial de Consumo	20.000,00
	4.1.4.0 - Material Permanente	5.000,00
RA 2.082	PATRULHA MOTOMECANIZADA DO SRIA	
	4.1.3.0 - Equipamentos e Instalaçoes	345.000,00
	TOTAL.....	370.000,00

OTAVIANO ATTÉS DA FONSÊCA
Chefe da Seção Financeira

FRANCISCO DE OLIVEIRA FARIAS
Diretor da D.A.G.

SIZELMO SOUZA SILVEIRA
Administrador do SRIA
Substituto

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 25 DE JANEIRO DE 1978

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos da alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975, TEREZINHA DA COSTA SANTOS, Agente de Portaria, TP-602.1, matrícula nº 16.900, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir a Chefe da Seção de Controle de Recebimento e Distribuição, Símbolo FC-07, da Coordenação do Sistema de Material desta Secretaria, no período de 09.02. a 10.03.78 por motivo de férias.

Brasília, 25 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 25 DE JANEIRO DE 1978

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, JOSÉ DE ARIMATHEA RABELLO, Diretor da Divisão de Manutenção, da Coordenação do Sistema de Transportes Internos, desta Secretaria, executor do contrato (cláusula oitava), celebrado entre o Distrito Federal e a firma ASTEL LTDA, em 12 de janeiro de 1978, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 15, de 20 de janeiro de 1978.

Brasília, 25 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

Secretário de Administração

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 120.738/77
INTERESSADO: RAUL GUALBERTO FERNANDES - Mat. 30.661-SEP
ASSUNTO: PROCESSO ESPECIAL

APROVO o parecer de fls. 25/28, que concluiu pela caracterização do acidente em serviço de que tratam os presentes autos.

Encaminhe-se à Coordenação do Sistema de Pessoal para as providências necessárias.

Brasília, 24 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 017.771/76
INTERESSADA: VERÔNICA MOREIRA SOARES - viúva do ex-servidor PEDRO DA SILVA SOARES - Mat. 17.500-SVO
ASSUNTO: PROCESSO ESPECIAL

APROVO o parecer de fls. 55/58, que concluiu pela não caracterização do acidente em serviço de que tratam os presentes autos.

Encaminhe-se à Coordenação do Sistema de Pessoal para as providências necessárias.

Brasília, 24 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SEÇÃO DO PESSOAL

Atos do Chefe

ORDEM DE SERVIÇO

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do (a) Ordem de serviço de 28/12/77-DRMP:

RESOLVE:

LOTAR ITALA CONDE DUARTE. CARGO Agente Administrativo Classe "A", NÍVEL SA—401.2., Matrícula nº 05.072., do QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL na (o) Coordenação do Sistema de Pessoal desta Secretaria.
Distrito Federal, 09/01/78

JEREMIAS LEITE DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal — DAG—SEA

ORDEM DE SERVIÇO

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do (a) Ordem de serviço 28.12.77-DRMP.

RESOLVE:

LOTAR MARIA DO SOCORRO BLDE FREITAS, CARGO Agente Administrativo — Classe "A", NÍVEL Código — SA—401.2, Matrícula nº 03.302, do QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL na (o) Coordenação do Sistema de Pessoal, desta Secretaria.

Distrito Federal, 10.0178

JEREMIAS LEITE DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal—-DAG—SEA

ORDEM DE SERVIÇO

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do (a) Ordem de Serviço de 28/12/77-DRMP

RESOLVF:

LOTAR: SEBASTIANA BRAGANÇA DE OLIVEIRA. CARGO: Agente Administrativo-Classe A. Nível SA 401.2, matrícula nº 03.551, do QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL na (o) Coord. do Sistema de Documentação e Com. Administrativa desta Secretaria.
Distrito Federal, 10/01/78.

JEREMIAS LEITE DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal—-DAG—SEA

ORDEM DE SERVIÇO

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do (a) Ordem de Serviço de 28/12/77-DRMP

RESOLVE:

LOTAR JOSEFA FRANCISCA S. DE LIMA . CARGO

SA—401.2., Matrícula nº 05.125., do QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL na (o) Coord. do Sistema de Doc. e Comunicação Administrativa., desta Secretaria.

Distrito Federal, 10/01/78

JEREMIAS LEITE DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal—DAG—SEA

ORDEM DE SERVIÇO

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do ORDEM DE SERVIÇO-DRMP-SEA /28.12.77

RESOLVE:

LOTAR MARIA SELMA F.DE FREITAS ARAUJO, Cargo: Agente Administrativo Classe "A", Nível: Código—SA—401.2, Matrícula nº 03.298, do QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL na (o) Coordenação do Sistema de Pessoal, desta Secretaria.

Distrito Federal, 10.01.77

JEREMIAS LEITE DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal—DAG—SEA

ORDEM DE SERVIÇO

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do (a) Ordem de Serviço da DRMP/SEA. de 28/12/77.

RESOLVE:

LOTAR HAYDEE GOMIDE DE AGUIAR, Cargo: Agente Administrativo— Classe "A", Nível SA—401.2, Matrícula nº 04.995, do QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL na (o) Coordenação do sistema de Pessoal, desta Secretaria.

Distrito Federal, 10/01/78.

JEREMIAS LEITE DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal—DAG—SEA

ordem de serviço

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta

RESOLVE:

REMOVER CARLOS BENJUINO CESAR; Cargo: Auxiliar de Vendas, Nível: 05, Matrícula nº 14.182, do QUADRO SUPLEMENTAR DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, do (a) COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL, para COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO E COM. ADMINISTRATIVA, desta Secretaria.

Distrito Federal, 11 de janeiro de 1978

JEREMIAS LEITE DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal—DAG—SEA

ORDEM DE SERVICO

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Sscretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do OI nº 08/78-SEA/12.01.78.

RESOLVE:

REMOVER SALVADOR CARVALHO, cargo: Agente de Portaria - Classe "A", nível: Código TP-602.1, matrícula nº 02.914, do QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, da Divisão de Administração Geral, para o Gabinete - SEA, desta Secretaria.

Distrito Federal, 12.01.78

JEREMIAS LEITE DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal - DAG-SEA

ORDEM DE SERVIÇO

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta da Ordem de Serviço - DRMP/SEA/28.12.77,

RESOLVE:

LOTAR NORMA OLIVEIRA ROCHA, cargo: Agente Administrativo - Classe "A", nível: SA-401.2, matrícula nº 07.626, do QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, na Coordenação do Sistema de Pessoal, desta Secretaria.

Distrito Federal, 16.01.78

JEREMIAS LEITE DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal - DAG-SEA

ORDEM DE SERVIÇO

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" nº 428, de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o ue consta da Ordem de Serviço de 28/12/77-DRMP, Coordenação do Sistema de Pessoal, para (o) Gabinete — SEA, desta Secretaria.

Distrito Federal, 12.01.78

JEREMIAS LEITE DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal—DAG—SEA

ORDEM DE SERVIÇO

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" nº 428, de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta da Ordem de Serviço - DRMP/SEA/28.12.77,

RESOLVE:

LOTAR GISELA CATANEO DE S. CASTRO, cargo: Agente Administrativo - Classe "A", nível: Cód. SA-401.2, matrícula nº 04.984, do QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL na Coordenação do Sistema de Pessoal, desta Secretaria.

Distrito Federal, 16.01.78

JEREMIAS LEITE DA SILVA
Chefe da Seção de Pesoal - DAG-SEA

DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO

SEÇÃO DE PROCESSAMENTO DE VANTAGENS

Atos do Chefe

Nome: JOSÉ GUEDES DE BRITO
Cargo: TRABALHADOR - NIVEL 01
Assunto: EX. OFFICIO
Mat. 00.495
Lot. SEC
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º. anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX. OFFICIO", prrogação de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 09/01/78, até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 § Único e 97, da LEI 1711, de 28 de outubro de 1952.

Nome: GERALDO ANTONIO DIAS
Cargo: AGENTE DE SERV. DE ENGENHARIA - CLASSE "B"
Assunto: EX. OFFICIO
Mat. 12.991
Lot. RA-II
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975 CONCEDO "EX-OFFICIO' prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 14/01/78, até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 § Único e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

Nome: BENEDITO DA COSTA FERREIRA
Cargo: ARTÍFICE ESPECIALIZADO - CÓDIGO ART-504.3
Assunto: Ex. OFFICIO
Mat. 16.456
Lot. SVO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX.OFFICIO", prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 14/01/78, até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 § Único e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952
Brasília, 18 de janeiro de 1978
ALONSO FERREIRA DA SILVA Seção de Processamento de Vantagens - DCFI - CSF
Chefe: ARTUR SALVIANO FILHO — Direitor Deivisão de Cadastro Financeiro
CSP-SEA-GDF

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL

ATOS DO COORDENADOR

RELAÇÃO DAS FIRMAS CUJAS INSCRIÇÕES FORAM CANCELADAS NO REGISTRO CADASTRAL DE HABILITAÇÃO DE FIRMAS DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL-SEA, POR DESPACHO DO COORDENADOR DO SISTEMA DE MATERIAL

REGISTRO Nº	FIRMAS
021	Burroughs Eletrônica Ltda.
125	Lutz Ferrando Ótica e Instrumental Científico S.A.
135	A Original Ind. e Com. de Placas e Carimbos Ltda.
141	Brapel-Brasília Automóveis, Peças Ltda.
183	Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A.
196	Pravaz-Recordati, Laboratórios S.A.
353	Sael - Indústrias Reunidas Ltda.
533	H. Strattner & Cia. Ltda.
535	Metal-Arte Indústrias Reunidas S.A.
578	Móveis Cimo S.A.
659	Crespin Material Cirúrgico e Hospitalar Ltda.
788	Indústria de Ataduras Gessadas Cristal Ltda.
1027	Onibla S.A. - Indústria e Comércio de Papel
1114	Vidroeste Ltda.
1231	Goiásdroga Ltda.
1263	José Ribamar Neiva & Cia. Ltda.
1343	Somaré - Sociedade de Manutenção e Reformas Ltda.
1359	Sanoli - Indústria e Comércio de Alimentação Ltda.
1430	Artes Gráficas de Precisão S.A. - Agapress
1449	Sistema - Materiais e Equipamentos Ltda.
1489	Cirúrgica Alvarenga Limitada.
1499	Editora Alterosa S.A.
1513	Laboratórios Beechan Ltda.
1542	Posto Brasal Ltda.
1570	Rodoviário Caçula S.A.
1571	Luna Comércio de Papéis Ltda.
1742	Thomas de La Rue S.A. - Indústrias Gráficas
1838	Karimba - Carimbos Indústria e Comércio Ltda.
1843	Construções Metálicas Santo André Ltda.
1844	Brasipla Embalagens Ltda.
1846	Triângulo Distribuidora de Artigos Higiênicos Ltda.
1847	Edgard G. Ribeiro & Filhos Ltda.
1848	Jacy Braga de Matos
1851	Arcal S.A. - Indústria do Vestuário e Agropecuária
1852	Irmel - Gráfica e Papelaria Ltda.
1855	Poliedro - Artes Industriais Ltda.

Brasília.06 de janeiro de 1978

MARIA DE LOURDES CORDEIRO DE CASTILHO - Chefe do SRCHF/CSM/SEA-DF

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇAO – N° 03/78-CD

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 22, Inciso VI, do Estatutos da Entidade, aprovado pelo Decreto n° 3.290, de 25 de junho de 1976, e tendo em vista o que consta do processo n° 434859/77 - FEDF,

RESOLVE:

"ad referendum" do Conselho Diretor:

Autorizar o afastamento dos Professores de Ensino de 1° e 2° Graus, contratados da Fundação Educacional do Distrito Federal, relacionados nos Anexos I e II desta Resolução, sem prejuízo dos seus salários, para que possam frequentar o curso de treinamento de professores nas disciplinas específicas de Habilitações Básicas, nas áreas de Construção Civil e Eletrônica, a realizar - se na Pontifícia UNIVERSIDADE CATOLICA DO RIO DE JANEIRO -RJ, no período de 01 de dezembro de 1977 a 11 de março de 1978, comprometendo - se os mesmos aprestarem os seus serviços a esta Fundação, pelo período mínimo de 02 (dois) anos, a contar do término do curso.

O não cumprimento da prestação dos serviços acima mencionados, implicará nas sanções previstas no artigo 9° do Decreto "N" n° 542, de 17 de novembo de 1966.

Brasília – DF, 10 de janeiro de 1978.

EMERSON JOSE DE ALMEIDA SANTOS

Presidente do Conselho Diretor da Fundação Educacional
Substituto -

ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 03/78-CD

ORDEM	CONSTRUÇÃO CIVIL NOME	INSCRIÇÃO
01	ABIACY NUNES FRADIQUE	92.225
02	ALAIRDE AYRES DE SOUSA	99.531
03	ANTONIO FRANCISCO SOBRINHO	96.000
04	CARLOS ALBERTO CARDOSO FELIPE	98.531
05	DAGMAR ROBERTO DOS REIS	97.042
06	DULCE COÊLHO	98.277
07	JAIRO DE SOUZA JUNIOR	98.249
08	MARIA DE FÁTIMA MENDONÇA	98.568
09	MARIA DO SOCORRO SALOMÃO	84.098
10	NEUSA TOFANI DE MACEDO ROCHA	85.850
11	OLIVEIROS PEDRO CUSTÓDIO	90.992
12	RAIMUNDO NONATO PIRES DOS REIS E. JÚNIOR	95.801
13	REGINA MARCINKO	84.336
14	ROBERTO GONÇALVES JORGE	97.713
15	ROLDÃO SALES DE LIMA	99.645
16	SAMUEL PEREIRA DA SILVA	96.046
17	SEBASTIÃO SCHIBERT RODRIGUES	98.150
18	VIOLETA YAMAGUCHI	92.339
19	WALDEMAR GOMES TEIXEIRA	95.786

ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 03/78-CD

ORDEM	ELETRÔNICA NOME	INSCRIÇÃO
01	ARMANDO BIAGINI	95.899
02	DORALICE CASARO SPADOTO	97.118
03	JOÃO LUIZ MACHINI	99.592
04	ADEMIR MARQUES DURAN	99.465
05	JOSÉ RIBAMAR RIBEIRO	95.785
06	LUIZ CARLOS GADELHA DE SOUZA	72.381
07	IEDA NARCISO DURÃES	85.874
08	JOSÉ EDUARDO PRATES	97.841
09	RENATO MAURER TYRKA	84.344
10	SILVIA LUCIA DA SILVEIRA	91.230
11	MARIA APARECIDA DA SILVA	99.464
12	ELÍSIO MÁRCIO DE OLIVEIRA	95.910

DIRETORIA EXECUTIVA

Atos do Diretor

INSTRUÇÃO N° 01 DE 23 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR-EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto da Entidade,

RESOLVE:

1. Revogar a Instrução n° 03, de 28 de fevereiro de 1977.
2. Delegar competência ao Diretor do Departamento Geral de Administração, observadas as disposições legais e regulamentares e ouvidos os órgãos competentes, para praticar os seguintes atos:

a) aplicar pena disciplinar a servidores, inclusive a de suspensão acima de 05 (cinco) dias;
b) autorizar a realização de despesas relacionadas com custas e sentenças judiciárias;
c) ordenar despesas à conta de convênios firmados com órgãos e entidades integrantes do Serviço Público Federal.

3. O exercício de competência delegada através da Instrução n° 01, de 3 de janeiro de 1977, dependerá, previamente, do cumprimento da recomendação contida no Of. n° 15/78-GAG, de 4 de janeiro de 1978.
4. As decisões tomadas em decorrência da delegação a que se refere o item anterior deverão obrigatoriamente mencionar a fundamentação legal em que se basearam.
5. O Diretor do Departamento Geral de Administração deverá, mensalmente, dar conhecimento à Diretoria Executiva dos atos praticados em decorrência da presente Instrução.
6. E vedada a subdelegação das atribuições ora delegadas.
7. Esta Instrução entrará em vigor nesta data.

Brasília, DF, 23 de janeiro de 1978

EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS
Diretor-Executivo da Fundação Educacional
do Distrito Federal

INSTRUÇAO DE 23 DE JANEIRO DE 1978.

O DIRETOR-EXECUTIVO DA FUNDAÇAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os Estatutos da Entidade e tendo em vista o que consta do processo n° 425078/78-FEDF,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Instrução de 07 de março de 1.977, que designou LIDIA PIRES FREITAS, Assistente do Complexo Escolar «A» Núcleo Bandeirante, do DGP/FEDF, símbolo EC-09, para substituir em seus impedimentos eventuais, o Diretor do Complexo Escolar «A» Núcleo Bandeirante, do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal, a partir de 2 de janeiro de 1.978.

Brasília-DF, 23 de janeiro de 1.978.

EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS
Diretor-Executivo da Fundação Educacional

INSTRUÇAO DE 23 DE JANEIRO DE 1978.

O DIRETOR-EXECUTIVO DA FUNDAÇAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os Estatutos da Entidade e tendo em vista o que consta do processo n° 425346/78-FEDF,

RESOLVE:

Designar RITA ELIZABETH CARNEIRO DE SOUZA GUEDES, inscrição n° 70.407, sem vínculo com a Fundação Educacional do Distrito Federal, para exercer o emprego em comissão, símbolo EC-09, de Sub-Gerente de Apoio do convênio FEDF/COAGRI/MEC.

Brasília-DF., 23 de janeiro de 1978.

EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS
Diretor-Executivo da Fundação Educacional

INSTRUÇAO DE 23 DE JANEIRO DE 1978.

O DIRETOR-EXECUTIVO DA FUNDAÇAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os Estatutos da Entidade e tendo em vista o que consta do processo n° 425078/78-FEDF,

RESOLVE:

Designar EUGENIA ANGHEBEN, WEBER, Agente Setorial de Apoio Pedagógico do Complexo Escolar «A» - Núcleo Bandeirante do DGP/FEDF, símbolo EC-09, inscrição n° 85.837, para substituir o Diretor do Complexo Escolar «A» - Núcleo Bandeirante, do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal, símbolo EC-04, no período de 02.01.78 a 31.01.78.

Brasília-DF., 23 de janeiro de 1.978.

EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS
Diretor-Executivo da Fundação Educacional

INSTRUÇAO DE 24 DE JANEIRO DE 1978.

O DIRETOR-EXECUTIVO DA FUNDAÇAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os Estatutos da Entidade e tendo em vista o que consta do processo n° 425634/78 - FEDF,

RESOLVE:

Designar DULCIRENE VEIL DA COSTA RABELO, Assistente da Direção de Pessoal, símbolo EC-05, para substituir o Diretor de Pessoal do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal, símbolo EC-02, no período de 01 a 20.02.78.

Brasília-DF, 24 de janeiro de 1.978.

EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS
Diretor-Executivo da Fundação Educacional

SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PROCESSO N°: 030606/77-GDF
FOLHAS N°:
Senhor Diretor:

Através do presente, a Companhia Brasileira de Projetos Industriais - COBRAPE, solicita pagamento da Fatura n° BM-313 e da nota de débito n° BM-76/01 - nos valores de Cr$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) e Cr$ 1.573,54 (um mil, quinhentos e setenta e três cruzeiros e cinquenta e quatro centavos) respectivamente, referente a confecção de uma (1) maquete do modelo da Fundação Educacional medindo 0,80 x 1,60 m, conforme nota fiscal n° 0231.

Após verificarmos que a despesa não foi empenhada no decorrer do exercício financeiro de 1976 e, tendo em vista o constante do Decreto n° 62.115, de 15 de janeiro de 1968, propomos que a dívida em questão seja reconhecida pelo Exm°. Sr. Secretário de Educação e Cultura, nos termos do parágrafo III, do Artigo 1° do Decreto acima citado e abaixo transcrito.

DECRETO N° 62.115, DE 15 DE JANEIRO DE 1968

Art. 1° - Poderão ser pagas por dotação para despesas de exercícios anteriores, constantes dos quadros discriminativos de despesas das unidades orçamentárias, as dívidas de exercícios encerrados devidamente reconhecidas pela autoridade competente.

P. Único - As dívidas de que trata este artigo compreendem as seguintes categorias:

I .....
II .....
III - Compromissos reconhecidos pela autoridade competente, ainda que não tenha sido prevista a dotação orçamentária própria ou não tenha esta deixado saldo no exercício respectivo, mas que pudessem ser atendidas em face da legislação vigente.

Informamos que o reconhecimento da dívida por parte do Exm°. Sr. Secretário de Educação e Cultura, deverá ser na ordem de Cr$ 41.573,54 (quarenta e um mil, quinhentos e setenta e três cruzeiros e cinquenta e quatro centavos).

Diante do exposto, esclarecemos que após o reconhecimento da dívida e posterior publicação no DISTRITO FEDERAL, o mesmo deverá retornar a esta Divisão, para posteriormente ser encaminhado ao Departamento da Despesas da Secretaria de Finanças, para que seja liquidada a dívida.

Brasília, 07 de novembro de 1977

ELI BERNARDO DE CARVALHO RIOS
Seção de Orçamento e Finanças
DAG - SEC - Chefe

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Atos do Superintendente

INSTRUÇÃO DE 05 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18 dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do Memorando nº 381/77,

RESOLVE:

ATRIBUIR a partir de 26.12.77, a Gratificação de Representação de Gabinete, no valor mensal de Cr$ 608,00 (seiscentos e oito cruzeiros), ao servidor ARLINDO JESUINO CALIXTO, matrícula nº 57.233, Agente de Portaria TP 601.2 — Ref. 07, nos termos da Resolução nº 089/76-CA.

Brasília, 05 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 05 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa e, tendo em vista o constante do processo Nº 657.462/77,

RESOLVE:

ATRIBUIR ao servidor IANDIR VIEIRA DA SILVA, matrícula Nº 56.055, Motorista TP-602.3 Ref. 12, a Gratificação de Representação de Gabinete, no valor mensal de Cr$ 608,00 (seiscentos e oito cruzeiros), em substituição ao servidor DIVINO MARTINS DA SILVA, matrícula Nº 23.460, Motorista TP-602.3 Ref. 12, durante as suas férias regulamentares, no período de 01 a 30.12.77.

Brasília, 05 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 06 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 657.256/77,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor GETÚLIO RODOR, matrícula nº 56.976, Engenheiro NS 407.E — Ref. 54, para exercer a Fiscalização das Obras nºs:

— 3838 — Edifício Sede da Procuradoria Geral do Governo do Distrito Federal;

—3841-Edifício Sede da Secretaria de Agricultura e Produção do Governo do Distrito Federal.

Brasília, 06 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 06 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 657.256/77,

RESOLVE:

DESIGNAR a partir de 01.08.77, o servidor OSMAR CAETANO DE FREITAS, matrícula nº 51.617, Engenheiro NS 407.E — Ref. 54, para exercer a Fiscalização da Obra nº 3.843 — Parque Recreativo Rogério Pithon Farias.

Brasília, 06 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 06 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 657.640/77,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora REGINA BRAGA, matrícula nº 50.611, Agente Administrativo SA 501.2 — Ref. 24, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC-07, de Chefe de Seção de Processamento de Compras, da Divisão do Patrimônio, do Departamento Administrativo, da Diretoria Administrativa, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 05.01 a 03.02.78.

Brasília, 06 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 06 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 657.256/77,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor AILTON MORAES DE CARVALHO, matrícula nº 56.111, Engenheiro NS 407.E — Ref. 54, para exercer a Fiscalização da Obra nº 1.311 — Fundação da TV Rádio Nacional de Brasília.

Brasília, 06 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 06 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 657.257/77,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor MAURO BARBOZA, matrícula nº 56.361, Arquiteto NS 402.E — Ref. 54, para exercer a Fiscalização das Obras do Centro Interpretação e Sede da Administração do I.B.D.F. (Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal).

Brasília, 06 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 09 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 658.073/77,

RESOLVE:

Designar o servidor SANDOVAL VELOZO ANDRADE, matrícula nº 56.566, Agente Administrativo S/A-501 Ref. 24, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC-09, de Encarregado do Cadastro do Pessoal, da Seção de Cadastro, da Divisão de Pessoal, do Departamento Administrativo, da Diretoria Administrativa em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 09.01 a 07.02.78.

Brasília, 09 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 10 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 658.074/77,

RESOLVE:

I — TRANSFERIR a partir de 04.01.78, nos termos do item 04 da Instrução nº 419, de 15.03.74, a lotação da servidora LIDIANA TAVARES, matrícula nº 56.600, Datilógrafo SA 501.2 - Ref. 16, da Comissão Permanente de Licitação de Material, da Diretoria Administrativa, para o Gabinete da referida Diretoria.

II — ATRIBUIR a partir da mesma data, à referida servidora a Gratificação de Representação de Gabinete, no valor mensal de Cr$ 608,00 (seiscentos e oito cruzeiros), nos termos da Resolução nº 089/76-CA.

Brasília, 10 de janeiro de 1978

Engº. MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor-Superintendente

INSTRUÇAO DE 17 DE JANEIRO DE 1978.

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

DESIGNAR a partir de 04.01.78, o servidor JOSÉ SARAIVA MAGALHÃES, matrícula nº 51.526, Agente de Portaria TP 601.2 - Ref. 08, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC-09, de Despachante Judiciário, do Serviço Jurídico, da Superintendência.

Brasília, 17 de janeiro de 1.978.

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

DIRETORIA

ATA DA MILÉSIMA TRIGENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, realizada em caráter extraordinário.

Aos doze dias do mês de janeiro de mil novecentos e setenta e oito, na sala de reuniões, na sede da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, realizou-se extraordinariamente, a 1.314ª. Reunião, da DIRETORIA DA NOVACAP, sob a Presidência do Engenheiro MAURO DE ALENCAR FECURY, Diretor Superintendente da Companhia, com a presença dos Senhores Diretores ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ, PAULO JANOT BORGES e JOÃO MANCINI. Estiveram também presentes à reunião, o Senhor Consultor Jurídico Doutor DARIO DÉLIO CARDOSO e a Secretária que esta subscreve. Ausente com a falta devidamente justificada o Senhor Diretor de Edificações, Doutor emmanuel pedrosa filho. Na presente reunião foram relatados os seguintes processos:

01) — Nº 635:286/78 - Convênio a ser firmado entre a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL e a CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONARIOS DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a prestação de assistência médica e dentária de emergência pela BENECAP aos servidores da NOVACAP. DECISAO: « A Diretoria, com o voto do Relator, encaminha a matéria à decisão do Egrégio Conselho de Administração, opinando pela efetivação de convênio entre a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL e a CAIXA BENEFICIENTE DOS FUNCIONARIOS DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a prestação de assistência médica e dentária de emergência pela BENECAP aos servidores da NOVACAP, dando-se ao mesmo o valor estimado de Cr$ 1.140.273,29 (hum milhão, cento e quarenta mil, duzentos e setenta e três cruzeiros e vinte e nove centavos), e o prazo de execução de 12 (doze) meses, na forma da minuta de fls. 03 a 06. « Relator: Diretor Superintendente MAURO DE ALENCAR FECURY. 02) - Nº 636.246/77 - Termo de aditivo ao convênio celebrado em 10 de fevereiro de 1.977, entre a COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção de um prédio destinado a restaurante, composto de dois pavimentos superiores e dois subsolos e uma Praça Pública. DECISAO: « A Diretoria, com o voto do Relator, encaminha a matéria à decisão de termo de aditamento ao convênio firmado em 10 de fevereiro de 1.977, entre a COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção de um Prédio destinado a restaurante, composto de dois pavimentos superiores e dois subsolos e uma Praça Pública, visando suplementar o seu valor em mais Cr$ 1.351.653,16 (hum milhão, trezentos e cinquenta e hum mil, seiscentos e cinquenta e três cruzeiros e dezesseis centavos), e prorrogar o prazo de sua execução até 31 de março de 1.978, na forma da minuta de fls. 66 e 67. A Taxa de Admistração incidente sobre o convênio em questão é de 3%. « Relator: Diretor Superintendente MAURO DE ALENCAR FECURY. 03) - Nº 655.616/77-DEPARTAMENTO DE MANUTENÇAO — Aquisição de telhas, caibros, sarrafos e outros. DECISAO: « A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta do processo nº 655.616/77.

RESOLVE: Homologar o Convite nº 342/77, autorizando a aquisição dos materiais solicitados pelo Departamento de Manutenção « DA junto às firmas A CONSTRUTIVA – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., MAREISA S/A-COMÉRCIO E INDÚSTRIA e CASA DAS FECHADURAS E FERRAGENS LTDA., no valor global de Cr$4.487,20 (quatro mil, quatrocentos e oitenta e sete cruzeiros e vinte centavos). « Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 04) - Nº 657.404/77 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO – Aquisição de unidade selada capacidade 2 HP 220 volts. DECISÃO: « A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta do Processo nº 657.404/77, RESOLVE: Homologar o Convite nº 357/77, autorizando a aquisição dos materiais solicitados pelo DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO/DA junto à firma DISBREL-DISTRIBUIDORA DE BALANÇAS E REFRIGERAÇÃO LTDA., no valor total de Cr$13.200.00 (treze mil e duzentos cruzeiros). « Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ.

05) Nº 657.940/77-DEPARTEMENTO DE MANUTENÇÃO - Aquisição de pia de aço inoxidável, válvulas, tubos PVC e outros. DECISÃO; « A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta do Processo nº 657.940/77, resolve. homologar o Convite nº 358/77, autorizando a aquisição dos materiais solicitados pelo Departamento de Manutenção/DA junto às firmas CASA DAS FECHADURAS E FERRAGENS LTDA. e MAREISA S/A-COMÉRCIO E INDÚSTRIA, no valor de Cr$6.093,80 (seis mil, noventa e três cruzeiros e oitenta centavos), « Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ

06) – Nº 656.300/77 SERVIÇO DE TRANSPORTES/DEPA - Aquisição de macacos para Kombi, triângulos e outros. DECISÃO: « A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta do Processo nº 656.300/77, RESOLVE: Homologar o Convite nº 360/77, autorizando a aquisição dos materiais solicitados pelo Serviço de Transportes junto às firmas INDUSPINA-AUTO PEÇAS LTDA., brapel - BRASILIA AUTOMÓVEIS PEÇAS LTD. e ANHANGUERA PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA., no valor global de Cr$4.040,00 (quatro mil e quarente cruzeiros). « Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ.

07) – Nº 651.974/77 – DIVISÃO DO PATRIMÔNIO/DEPA/DA – Aquisição de thinner paulista 2800 em ambalagens de 1 litro. DECISÃO; « A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta do Processo nº 651.974/77, RESOLVE: Homologar o Convite nº 361/77, autorizando a aquisição dos materiais solicitados pela Divisão do Patrimônio/DEP/DA junto à firma CADIB DE BRASILIA-MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., no valor de Cr$8.673,00 (oito mil, seiscentos e setenta e três cruzeiros). « Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ.

08) – Nº 656.301/77 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO – Aquisição de tambores e sacos de surac. DECISÃO: « A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta do Processo nº 656.301/77. RESOLVE: Homologar o Convite nº 362/77, autorizando a aquisição dos materiais solicitados pelo Departamento de Manutenção/DA junto à firma DIVERSEY WILMINGTON S/A., no valor de Cr$7.377,92 (sete mil, trezentos e setenta e sete cruzeiros e noventa e dois centavos). « Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ.

09) – Nº 656.492/77 – Tomada de preços nº 148/77-CPL, realizada em 30 de dezembro de 1977, para fornecimento e plantio, pelo regime de empreitada por preço unitário de grama batatais em mudas, em áreas do Plano Piloto e Setores, em Brasília-DF. DECISÃO « A Diretoria, com o voto do Relator, opina pela homologação da Tomada de Preços nº 148/77-CPL, com a contratação da firma CACIL - Comércio e Indústria Ltda., que dentre as 04 (quatro) licitantes, propôs executar pelo preço unitário de Cr$23,80 (vinte e três cruzeiros e oitenta centavos) o metro quadrado, os serviços especificados. Ao contrato deverá ser atribuido o valor de Cr$1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros). podendo oscilar em 10% (dez por cento) para mais ou para menos, sem necessidade de aditivo contratual. O prazo para conclusão dos serviços fica fixado em 210 (duzentos e dez) dias, contados a partir da data da expedição da Ordem de Serviço. Submeta-se à apreciação do Egrégio Conselho de Administração. « Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES.

10) – Nº 645.809/77 Revogação da Tomada de Preços nº 096/77-CPL, por conveniência administrativa. DECISÃO: « A Diretoria, com o voto do Relator, opina pela revogação da Tomada de Preços nº 096/77-CPL, por conveniência administrativa ños termos do artigo 13 da Resolução nº 084/76. Submeta-se à apreciação do Egrégio Conselho de Administração. « Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES

11) – Nº 656.387/77 – DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES – Aditar o contrato nº 112/76, em valor para incluir no mesmo, serviços extras de cantoneiras de alumínio e cantoneiras grid conforme orçamento de fls. 01/02 no Edifício Sede do MINISTÉRIO DO INTERIOR em Brasília-DF. DECISÃO: « A Diretoria, com o voto do Relator, dispensa a licitação com amparo na letra « h» artigo 3º da Resolução nº 084/76-CA, e adjudica a firma SOARES LEONE S/A – CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA, a execução dos serviços extras constantes do orçamento elaborado pela fiscalização da NOVACAP, de fls.01/02 para a obra do Edifício Sede do MINISTÉRIO DO INTERIOR em Brasília-DF., pelo valor global de Cr$134.802,41 (cento e trinta e quatro mil, oitocentos e dois cruzeiros e quarenta e hum centavos), com o prazo de execução até o dia 31 de dezembro de 1977. « Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES.

12) – Nº 655.743/77 – TETO-INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA - Liberação de fatura e dispensa de multa pelo atraso ocorrido na conclusão do último faturamento do cronograma físico-financeiro, objeto do Contrato nº 123/77. DECISÃO; « A Diretoria com o voto do Relator, justifica o atraso de 12 (doze) dias na conclusão das obras, ficando em consequência a empreiteira isenta de pagamento de multa, devendo entretanto a Diretoria financeira ao efetuar o pagamento da fatura, proceder a glosa no valor de Cr$ 8.672,51 (oito mil, seiscentos e setenta e dois cruzeiros e cinquenta e hum centavos) correspondente a redução decorrente da troca de especificação, conforme consta do demonstrativo de fls. 39. « Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, NOEMIA FERNANDES CELLES, Secretária, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Diretores presentes e pelo Senhor Consultor Jurídico.

MAURO DE ALENCAR FECURY-Diretor Superintendente; ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ-Diretor Administrativo; PAULO JANOT BORGES-Diretor de Urbanização; JOÃO MANCINI-Diretor Financeiro; DARIO DELIO CARDOSO-Consultor Jurídico; NOEMIA FERNANDES CELLES-Secretária

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

CONSELHO RODOVIARIO

ATA da 73a. Reunião Extraordinária do Conselho Rodoviário do Distrito Federal, convocada pelo Sr. Presidente, de acordo com o disposto no Art. 4º, Alíneas "c" e "d" do Regimento Interno deste Conselho, aprovado pelo Decreto "N" Nº 533, de 19/10/66 e alterado pelo Decreto Nº 2.040, de 06/09/72, realizada aos trinta dias do mês de dezembro de mil novecentos e setenta e sete, no Edifício Sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, situado no Setor de Áreas Isoladas Norte - Bloco "C" - Brasília-DF. PRESIDÊNCIA: Presidiu a reunião o Dr. José Roberto Oliveira Vinhaes, Chefe do Gabinete da Secretaria de Viação e Obras, Substituto legal do Exmº Senhor Secretário de Viação e Obras, Engº José Reinaldo Carneiro Tavares, Presidente Nato deste Conselho. CONSELHEIROS PRESENTES: Arino Oton de Lima, Armando Pontes, Geraldo Rodrigues dos Santos, Jethro Bello Torres e Júlio Xavier Rangel, tendo como Secretário o servidor Elias de Oliveira Castro. ABERTURA DA SESSÃO: As dezessete horas e trinta minutos, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão, dando início aos trabalhos constantes da ORDEM DO DIA: 1) Processo Nº 416425/77 - Interessado: DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO DO DER – DF - Assunto: Aditamento ao Contrato Nº 29/77, celebrado entre o DER-DF e a CONSTEC Ltda. - Engenharia, Comércio - Indústria, para construção de uma ponte de concreto armado na EPCL, sobre o Córrego Vicente Pires, com prorrogação de prazo, elevação do valor e alteração da forma de pagamento da terceira etapa dos serviços. - RELATOR: Conselheiro Arino Oton de Lima. DECISÃO: O Conselho, nos termos do disposto no Art. II, Inciso XXVII, do Decreto Nº 3.077, de 03/12/75, acolhendo o parecer e voto do relator, decidiu, por unanimidade, aprovar o aditamento ao Contrato Nº 29/77, com as seguintes alterações, a favor da CONSTEC Ltda. - Engenharia, Comércio - Indústria: a) Prorrogação de prazo de 88 (oitenta e oito) dias, a partir de 27/11/77, sendo 42 (quarenta e dois) dias por motivo de paralisação e 46 (quarenta e seis) dias devido ao acréscimo de serviços e chuvas; b) Elevação do valor do contrato de Cr$5.498.538,64 (cinco milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, quinhentos e trinta e oito cruzeiros e sessenta e quatro centavos) para Cr$6.209.281,23 (seis milhões, duzentos e nove mil, duzentos e oitenta e um cruzeiros e vinte e três centavos), com um acréscimo, portanto, de Cr$710.742,59 (setecentos e dez mil, setecentos e quarenta e dois cruzeiros e cinquenta e nove centavos); c) Desdobramento da terceira etapa de pagamento em duas, sendo a primeira para os serviços concluídos dentro da terceira etapa e a segunda para as lajes de aproximação e acréscimo dos serviços. 2) Processo Nº 417358/77 - Interessado: SEÇÃO DE MATERIAL DO DER-DF - Assunto: Tomada de Preços Nº 41/77 - Fornecimento de pneus e câmaras de ar para veículos e máquinas. - RELATOR: Conselheiro Armando Pontes. DECISÃO: O Conselho, de acordo com o disposto no Art. II, Inciso XXV, do Decreto Nº 3.077, de 03/12/75, acolhendo o parecer e voto do relator, decidiu, por unanimidade, homologar o julgamento da Tomada de Preços Nº 41/77, no valor global de Cr$307.351,00 (trezentos e sete mil e trezentos e cinquenta e um cruzeiros), a favor das firmas: Pneus Brasil Ltda. - para os itens 01, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, no valor de Cr$194.814,00 (cento e noventa e quatro mil e oitocentos e quatorze cruzeiros); Maldi S/A - Indústria e Comércio - para os itens 02, 03, 04, 05, 06 e 15, no valor de Cr$ 87.687,00 (oitenta e sete mil e seiscentos e oitenta e sete cruzeiros); e Recapagem Royal Ltda. - para o item 22, no valor de Cr$24.850,00 (vinte e quatro mil e oitocentos e cinquenta cruzeiros) todas com prazo de entrega de 10 (dez) dias, e atendidas as demais condições estipuladas no presente processo. 3) Processo Nº 417748/77 - Interessado: SEÇÃO DE PATRIMÔNIO DO DER-DF - Assunto: Tomada de Preços Nº 38/77 - Fornecimento de 01 (uma) máquina copiadora de mesa. - RELATOR: Conselheiro Jethro Bello Torres. DECISÃO: O Conselho, de acordo com o disposto no Art. 11, Inciso XXV, do Decreto Nº 3.077, de 03/12/75, acolhendo o parecer e voto do relator, decidiu, por unanimidade, homologar o julgamento da Tomada de Preços Nº 38/77, a favor da Nashua do Brasil S/A, para fornecimento de 01 (uma) máquina copiadora de mesa, modelo 1.220, no valor de Cr$164.600,00 (cento e sessenta e quatro mil e seiscentos cruzeiros), com prazo de entrega de 02 (dois) dias e atendidas as demais condições estipuladas no presente processo. 4) Processo Nº 417949/77 - Interessado: FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL - Assunto: Convênio a ser celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para implantação de uma estrada que possibilite o escoamento da produção da Área de Jaiba para o Distrito Federal. - RELATOR: Conselheiro Armando Pontes. DECISÃO: O Conselho, de acordo com o disposto no Art. 11, Inciso XIII, do Decreto Nº 3.077, de 03/12/75, acatando o parecer e voto do relator, decidiu por unanimidade, aprovar a celebração do Convênio em referência, no valor de Cr$1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), conforme Termo de Convênio de fls. 02 a 05. ENCERRAMENTO: Às dezenove horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Elias de Oliveira Castro, lavrei a presente Ata, que será submetida à aprovação na próxima Reunião Ordinária, e, quando aprovada, assinada pelo Sr. Presidente, pelo Secretário e pelos Srs. Conselheiros presentes.

PRESIDENTE: JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA VINHAES; SECRETÁRIO: ELIAS DE OLIVEIRA CASTRO; CONSELHEIROS: ARINO OTON DE LIMA; ARMANDO PONTES; GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS; JETHRO BELLO TORRES; JULIO XAVIER RANGEL

DIRETORIA CONSULTIVA DO DER-DF

ATA DA 87a. REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA CONSULTIVA DO DER-DF

Aos trinta dias do mês de dezembro de mil novecentos e setenta e sete, no Edifício Sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, situado no Setor de Áreas Isoladas Norte - Bloco "C" - Brasília-DF, realizou-se a 87a. Reunião Ordinária da Diretoria Consultiva do DER-DF, sob a presidência do Engº Arino Oton de Lima, Diretor-Geral do DER-DF e com a presença dos seguintes membros: Élio Moulin, João Carlos Ribeiro de Paula Pinto, José Medeiros de Oliveira, José Rios Sócrates e Paulo Cardozo, tendo como Secretário o servidor Ernandes Leite de Siqueira. ABERTURA DA SESSÃO E LEITURA DA ATA: Às dez horas, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão e determinou que se procedesse a leitura da Ata da reunião anterior, que posta em discussão e votação, foi aprovada. ORDEM DO DIA: 1) Processo Nº 416425/77 - Interessado: DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO DO DER-DF - Assunto: Aditamento ao Contrato Nº 29/77, celebrado entre o DER-DF e a

CONSTEC LTDA - ENGENHARIA, COMERCIO - INDÚSTRIA, para construção de uma ponte de concreto armado na EPCL, sobre o Córrego Vicente Pires, com prorrogação de prazo, elevação do valor e alteração da forma de pagamento da 3a. etapa dos serviços. - RELATOR: Engº João Carlos Ribeiro de Paula Pinto. - A Diretoria Consultiva, em conformidade com o disposto no Art. 40, Inciso I, do Decreto Nº 3.078, de 03/12/75, acatando o voto do relator, manifesta-se pela concessão de prorrogação de prazo de 88 (oitenta e oito) dias, a partir de 27/11/77, sendo 42 (quarenta e dois) dias devido a paralisação e 46 (quarenta e seis) devido ao acréscimo de serviços e chuvas, bem como pela elevação do valor do Contrato em referência de Cr$5.498.538,64 (cinco milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, quinhentos e trinta e oito cruzeiros e sessenta e quatro centavos) para Cr$6.209.281,23 (seis milhões, duzentos e nove mil, duzentos e oitenta e um cruzeiros e vinte e três centavos), com um acréscimo, portanto, de Cr$710.742,59 (setecentos e dez mil, setecentos e quarenta e dois cruzeiros e cinquenta e nove centavos). Manifesta-se, ainda, pelo desdobramento da terceira etapa dos serviços em duas, sendo a primeira para pagamento dos serviços concluídos dentro da terceira etapa e a segunda para pagamento das lages de aproximação e acréscimo dos serviços. 2) Processo Nº 417358/77 - Interessado: SEÇÃO DE MATERIAL DO DER-DF - Assunto: Tomada de Preços Nº 41/77 - Fornecimento de pneus e câmaras de ar para veículos e máquinas. - RELATOR: Engº José Rios Sócrates. - A Diretoria Consultiva, nos termos do disposto no Art. 40, Inciso I, do Decreto Nº 3.078, de 03/12/75, acatando o voto do relator, manifesta-se pela homologação do julgamento da Tomada de Preços Nº 41/77, no valor global de Cr$ 307.351,00 (trezentos e sete mil e trezentos e cinquenta e um cruzeiros), a favor das firmas: Pneus Brasil Ltda. - para os itens 01, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, no valor de Cr$ 194.814,00 (cento e noventa e quatro mil e oitocentos e quatorze cruzeiros); Maldi S/A - Indústria e Comércio - para os itens 02, 03, 04, 05, 06, e 15, no valor de Cr$87.687,00 (oitenta e sete mil e seiscentos e oitenta e sete cruzeiros); e Recapagem Royal Ltda. - para o item 22, no valor ce Cr$24.850,00 (vinte e quatro mil e oitocentos e cinquenta cruzeiros), todas com prazo de entrega de 10 (dez) dias e atendidas as demais condições estipuladas no presente processo. 3) Processo Nº 417748/77 - Interessado: SEÇÃO DE PATRIMÔNIO DO DER—DF - Assunto: Tomada de Preços Nº 38/77 - Fornecimento de 01 (uma) máquina copiadora de mesa. - RELATOR: Engº José Medeiros de Oliveira. - A Diretoria Consultiva, em conformidade com o disposto no Art. 40, Inciso I, do Decreto Nº 3.078, de 03/12/75, acatando o voto do relator, manifesta-se pela homologação do julgamento da Tomada de Preços Nº 38/77, a favor da Nashua do Brasil S/A, para fornecimento de 1 (uma) máquina copiadora de mesa, no valor de Cr$164.600,00 (cento e sessenta e quatro mil e seiscentos cruzeiros), com prazo de entrega de 02 (dois) dias e atendidas as demais condições estipuladas no presente processo. 4) Processo Nº 417949/77 - Interessado: FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL - Assunto: Convênio a ser celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco-CODEVASF, a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para implantação de uma estrada que possibilite o escoamento da Area de Jaiba para o Distrito Federal. - RELATOR: Advogado Élio Moulin. - A Diretoria Consultiva, em conformidade com o disposto no Art. 40, Inciso I, do Decreto nº 3.078, de 03/12/75, acolhendo o voto do Relator, manifesta-se favoravelmente pela celebração do Convênio em epígrafe, no valor de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), conforme Termo de Convênio de fls.02 e 05. ENCERRAMENTO: Às doze horas, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu,, Ernandes Leite Siqueira, lavrei a presente Ata, que será submetida à aprovação na próxim Reunião Ordinária, e, quando aprovada, assinada pelo Sr. Presidente, pelo Secretário e pelos Srs. Membros presentes.

PRESIDENTE: ARINO OTON DE LIMA; SECRETARIO: ERNANDES LEITE DE SIQUEIRA; MEMBROS: ÉLIO MOULIN; JOSÉ RIOS SÓCRATES; JOÃO CARLOS RIBEIRO DE PAULA PINTO; PAULO CARDOZO; JOSÉ MEDEIROS DE OLIVEIRA; ARTHUR COELHO DE MELLO

COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sessão nº 327
Decisão nº 05
Processo nº 11.250/76
Referência : JOSE EDUARDO PIRES CAMPOS

DECISAO -

O Conselho , com o voto do relator e tendo em vista o que consta da presente processo , RESOLVE aprovar in Totum as sugestões contidas no Relatório do Ilustre Conselheiro FRANCISCO LEOCADIO ARAUJO PINTO , constantes de fls. 57/58.
Relator : Conselheiro FRANCISCO LEOCADIO ARAUJO PINTO

ARMANDO COLAVOLPE
Presidente

FRANCISCO LEOCADIO ARAUJO PINTO
Membro

DALMO PIMENTEL DOS SANTOS
Membro

FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA
Membro

DARIO DELIO CARDOSO
Membro

JULIO CESAR DE ROSE
Membro

Sessão nº 328
Decisão nº 09
Processo nº 07.785/76
Referência : ESSO BRASILEIRA DE PETROLEO S/A
Regularização de área

DECISAO

O Conselho , com o voto do relator e tendo em vista o que consta do presente processo , RESOLVE: a) excepcionar a venda do lote nº 05 Setor de Postos e Motéis — PARK-WAY à ESSO BRASILEIRA DE PETROLEO S/A, nas condições estabelecidas pela Diretoria Colegiada em sua sessão nº 326, datada , em 09.01.78 constantes da exposição do Sr. Diretor Comercial às fls. 70/71; b) fixar o preço mínimo de Cr$ 3,893.160.46 (três milhões, oitocentos e noventa e três mil , cento e sessenta cruzeiros e quarenta e seis centavos) ; e c) retornar os autos à Diretoria Colegiada para cumprimento dos demais itens da exposição acima referida.
Relator : Conselheiro JULIO CESAR DE ROSE

JOSE REINALDO CARNEIRO TAVARES
Presidente

FRANCISCO LEOCADIO ARAUJO PINTO
Membro

JULIO CESAR DE ROSE
Membro

DALMO PIMENTEL DOS SANTOS
Membro

DARIO DELIO CARDOSO
Membro

ARMANDO COLAVOLPE
Membro

Sessão nº 328
Decisão nº 14
Processo nº 699.659/77
Referência : SERVIÇO TECNICO — TERRACAP

DECISÃO

O Conselho com o voto do Relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE: a) revogar sua decisão proferida na sessão 324, datada em 21.12.77; e b) fixar o valor locativo de Cr$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) mensais, para o Apartamento 202-Bloco «F» - SQS .408-PLANO PILOTO.
RELATOR : Conselheiro DALMO PIMENTEL DOS SANTOS

JOSE REINALDO CARNEIRO TAVARES
Presidente

DALMO PIMENTEL DOS SANTOS
Membro

ARMANDO COLAVOLPE
Membro

FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA
Membro

JULIO CESAR DE ROSE
Membro

DARIO DELIO CARDOSO
Membro

FRANCISCO LEOCADIO ARAUJO PINTO
Membro

DIRETORIA

Sessão nº: 312
Decisão nº: 3.154
Processo nº: 697.199/77
Referência: TRANSPORTES 1001 S/A
Aquisição de área no STRC

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vistra do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do lote nº: 04 — Conj. "C" — Trecho 02 — STRC, a TRANSPORTES 1001 S/A, observados o preço de Cr$ 615.000,00 (seiscentos e quinze mil cruzeiros) já estabelecido pelo CONAD/TERRACAP em sua decisão de 14.07 77 (fls. 42/44) e as condições da Resolução nº 47/77—CONAD; b) fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, para se concretizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) determinar que a requerente desobstrua o terreno que ocupa, no prazo máximo e improrrogável de 540 (quinhentos e quarenta) dias, a contar da data da expedição da "Autorização de Ocupação a Título Precário" a ser fornecida por esta Companhia através das Divisão Jurídica, conforme estabelece o Art. 10 da Resolução nº 47/77—CONAD.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE

NID DUTRA D'AMORIM

JOÃO ALCIDES HOMAR

Sessão nº: 312
Decisão nº: 3.155
Processo nº: 697.197/77
Referência: TRANSPORTADORA PENA VERDE LTDA

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do lote nº 17 — Conj. "B" — Trecho 04 — STRC, a TRANSPORTADORA PENA VERDE LTDA observados o preço de Cr$ 368.000,00 (trezentos e sessenta e oito mil cruzeiros) já estabelecido pelo CONAD/TERRACAP em sua decisão de 14.07.77 (fls. 36/38) e as condições da Resolução nº 47/77 - CONAD; b) fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, para se concretizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) determinar que a requerente desobstrua o terreno que ocupa, no prazo máximo e improrrogável de 540 (quinhentos e quarenta) dias, a co contar da data da expedição da «Autorização de Ocupação a Título Precário» a ser fornecida por esta Companhia através da Divisão Jurídica, conforme estabelece o Art. 10 da Resolução nº 47/77—CONAD.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE

NID DUTRA D'AMORIM

JOAO ALCIDES HOMAR

Sessão nº: 312
Decisão nº: 3.157
Processo nº: 697.195/77
Referência: COCISAN — AGRO COMERCIAL CONSTRUÇÃO CIVIL E SANITÁRIA LTDA — Aquisição de área no STRC.

DECISAO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do lote nº 16 - Conj. "B" - Trecho 04 - STRC à COCISAN—AGRO COMERCIAL CONSTRUÇÃO CIVIL E SANITÁRIA LTDA observados o preço de Cr$ 368.000,00 (trezentos e sessenta e oito mil cruzeiros) já estabelecido pelo CONAD/TERRACAP em sua decisão de 14.07.77 (fls. 114/116) e as condições da Resolução nº 47/77—CONAD; b) fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, para se concretizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) determinar que a requerente desobstrua o terreno que ocupa, no prazo máximo e improrrogável de 540 (quinhentos e quarenta) dias, a contar da data da expedição da "Autorização de Ocupação a Título Precário" a ser fornecida por esta Companhia através da Divisão Jurídica, conforme estabelece o Art. 10 da Resolução nº 47/77 — CONAD.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE

NID DUTRA D'AMORIM

JOÃO ALCIDES HOMAR

Sessão nº: 323
Decisão nº: 3.299
Processo nº: 697.413/77
Referência: JOHANES VIX (OFICINA MECÂNICA BRASÍLIA)
Aquisição de área no SOF/SUL

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do lote 03 - Conj. "A" - Quadra 14 SOF/SUL, a firma JOHANES VIX, observados o preço fixado pelo CONAD/TERRACAP e mencionado no tópico 3 do relatório de fls. 31/33, com as condições estabelecidas na Resolução 54/77-CONAD: b) fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação para se formalizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito desta autorização: e c) determinar, que a firma requerente, encerre suas atividades no local ocupado atualmente no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da data da assinatura do contrato, conforme prevê o Art. 12 da Resolução nº 54/77-CONAD.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 322
Decisão nº: 3.305
Processo nº 697 449/77
Referência: DIRETORIA COMERCIAL-DICOM
E.M. nº 38/77-DIR/DICOM - EDITAL nº 18/77-IMÓVEIS.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE: a) proclamar vencedores os Licitantes abaixo relacionados:

ITEM	LICITANTE	PREÇO PROPOSTO Cr$
01	ANTONIO MELLO MARTINS	— 618.777,77
02	JOÃO BATISTA DE LIMA	— 453.002,00
03	JOÃO BATISTA DE LIMA	— 353.002,00
04	ANTONIO EVANGELISTA DA ROCHA	— 305.000,00
05	CARLOS ERNANI FERREIRA	— 405.550,00
06	DORA DA MATTA DE PALMA	— 180.000,00
07	DELMAR ANTONIO BANDEIRA MARCHETTI	— 361.000,00
08	CARLOS ALBERTO POJO DO REGO	— 285.000,00
09	LUIZ FERNANDO TAVARES	— 256.350,00
10	JOÃO GONÇALO SASSETTI PESSOA JORGE	— 285.000,00
11	MARIA ISABEL POJO DO REGO	— 235.000,00
12	MARIA ISABEL POJO DO REGO	— 270.000,00
13	AZAURI MAINARDES BEREZOWSKI	— 303.770,00
14	ALOISIO BARBOSA DOS SANTOS	— 351.000,00
15	VALDOIR MENEZES FERREIRA	— 325.000,00
16	VALDOIR MENEZES FERREIRA	— 325.000,00
18	EDUMAR — PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A	— 1.301.001,00
19	EDUMAR - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A	— 1.077.001,00
22	ANTÔNIO DE CARVALHO	— 420.300,00
23	ARMANDO PATRÍCIO	— 312.000,00
25	A.M. DANTAS	— 406.000,00
26	HANNA YOUSSEF MASSOUH	— 414.000,00
30	ADALGUACY DA SILVA MARTINS E JAIME FERNANDEZ COLL	— 386.500,00
32	EDIGAR NUNES PEREIRA	— 326.013,00
33	EDMOND BARACAT	— 12.233.000,00
34	ENCOL S/A — ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA	— 8.800.000,00
35	ENGENHARIA SABRA LTDA	— 2.217.707,07
36	MARIA CELINA LISBOA CORDEIRO	— 451.500,00
37	MARIA CELINA LISBOA CORDEIRO	— 416.650,00
38	PAULO BARBOZA PEREIRA	— 192.500,00
39	PAULO WATANABE	— 147.621,90
40	PAULO BARBOZA PEREIRA	— 176.500,00
42	JOSÉ CARVALHO DA CONCEIÇÃO	— 188.555,22
45	JOSÉ LUIZ FURTADO DE MENDONÇA	— 85.000,00
46	MICHEL GEMAYEL	— 85.000,00
47	MANOEL PRUDÊNCIO DA SILVA	— 85.660,00
48	TELMA MASCARENHAS MENDES	— 85.000,00
49	TELMA MASCARENHAS MENDES	— 85.000,00
50	ENY GOMES DE CARVALHO	55.610,00
51	MANOEL PRUDÊNCIO DA SILVA	— 75.657,00
52	ISRAEL FERNANDES FERREIRA	— 52.315,00
53	SEBASTIÃO MARTINS FERREIRA	— 60.200,00
54	HÉLIO MACHADO VIEIRA	— 61.920,00
55	ILTON FERREIRA MENDES	— 51.260,00
56	EDVALDO MARTINS DE ALCÂNTARA	— 52.460,00
57	PAULO WATANABE	— 57.999,90
58	GIL FÁBIO DE OLIVEIRA FREITAS	— 85.000,00
59	GIL FÁBIO DE OLIVEIRA FREITAS	— 85.000,00
60	JOSÉ LUIZ FURTADO DE MENDONÇA	— 85.000,00
61	SUBHI MOHD ABDUL AZIZ AWADA	— 156.351,00
63	ACITAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PREMOLDADOS DE CIMENTO LTDA	— 89.651,60
64	DEODATO MOREIRA DE SOUZA	— 66.485,00
65	JOSÉ VIEIRA MACHADO	— 105.050,00
66	DIOGENES GOMES NUNES	— 101.153,00
67	PREMENGE - PREMOLDADOS ENGENHARIA LTDA	— 372.100,00
68	MUHAMMED ABDEL JABER AHMAD MIDRE	— 201.000,00
69	ARNALDO CRUZ	— 133.300,00
70	ARNALDO CRUZ	— 121.000,00;

b) as condições de pagamento serão as constantes nas respectivas propostas dos licitantes vencedores; c) manter a decisão da Comissão de Licitação que desclassificou as propostas de fls. 642/693, tendo em vista os esclarecimentos prestados pela referida Comissão às fls. 694/699; d) seja aplicada a penalidade prevista no tópico 19, Capítulo V, do Edital, aos licitantes a seguir relacionados: JOÃO BATISTA LEMES (02 propostas), LOURIVAL CAIXETA, GLORINHA MOREIRA GONTIJO CAIXETA, BRASILINA MARIA DA SILVA, INÁCIO BRASÍLIA DA SILVA, PROPISO ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. (02 propostas), JOSÉ CARLOS GILBERT DEL REY ENGENHARIA LTDA (02 propostas) PAULO RAIMUNDO MINEIRO e MARCIAL PEREIRA DE OLIVEIRA (03 propostas); e) sejam incluídos em novas licitações os imóveis constituídos pelos itens: 17,20,21,24,27,28,29,31,41,43,44,62 e 71
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORI

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'MORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 321
Decisão nº: 3.306
Processo nº 03.919/76
Referência: SHIS — SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria à apreciação do egrégio Conselho de Administração propondo que se renove o Convênio celebrado entre a SHIS - Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda e a Companhia Imobiliária de Brasília — TERRACAP, pelo prazo de 14 (quatorze) meses a contar de 19 de dezembro de 1976, ato contínuo que se fixe o valor total e final do Convênio em Cr$ 8.488.605,82 (oito milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e cinco cruzeiros e oitenta e dois centavos) para o que faz-se necessário um último e definitivo aditamento no valor de Cr$ 391.748,96 (trezentos e noventa e um mil, setecentos e quarenta e oito cruzeiros e noventa e seis centavos).
Relator: Diretor ARMANDO COLAVOLPE
ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 320
Decisão nº: 3.315
Processo nº. 15.049/74
Referência: SEPLAN - SERVIÇOS DE ENGENHARIA PLANALTO LTDA
Aquisição de terreno.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) revogar a letra a da decisão nº 2.768, sessão nº 298, de 05.09.77 que autorizou a venda dos lotes nºs 3 e 4, do SGCV à firma SEPLAN - SERVIÇOS DE ENGENHARIA PLANALTO LTDA., com base na Resolução nº 13/74-CONAD, permanecendo inalteradas as demais letras; b) encaminhar ao egrégio Conselho de Administração sugerindo excepcionar a venda dos lotes nºs 03 e 04 do SGCV, ocupados precariamente pela firma SEPLAN - SERVIÇOS DE ENGENHARIA PLANALTO LTDA., mediante autorização dada pela Diretoria Colegiada da NOVACAP, com base no que prescreve o artigo 1º da Resolução nº 06/73-CONAD; e c) retornar a Diretoria Colegiada para adotar as providências complementares.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM
ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

SESSÃO Nº 325
DECISÃO Nº: 3.321
PROCESSO Nº: 06.425/75
REFERÊNCIA: IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES, INDUSTRIA E COMÉRCIO

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo RESOLVE: revogar em todos os seus termos a Decisão da Diretoria nº 2.752, Sessão nº 298 de 05.09.77 e encaminhar ao egrégio Conselho de Administração sugerindo: a) revogar a Decisão do Conselho nº 2.553, Sessão nº 307 de 24.10.77; b) excepcionar a venda dos lotes nºs 05 e 06 do SGCV, autorizados precariamente à firma IRFASA S/A — CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO pela Diretoria Colegiada da NOVACAP, tendo em vista o que preceitua o art. 1º da Resolução nº 06/73-CONAD; c) indeferir os pedidos de aquisição dos lotes 07 e 08 do SGCV, ocupados indevidamente pela IRFASA S/A — CONSTRUÇÕES, INDUSTRIA E COMÉRCIO, a revelia da TERRACAP, estando os mesmos sujeitos a regime de Licitação Pública, reintegrando-os na sua posse

Relator Diretor NID DUTRA D'AMORIM
ARMANDO COLAVOLPE; NID DUTRA D AMORIM; JOÃO ALCIDES HOMAR; EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 324
Decisão nº: 3.326
Processo nº: 699.854/7?
Referência: REDE TUPI DE TELEVISÃO

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE autorizar a despesa estipulada em Cr$120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros) à conta do Elemento de Despesa 3.1.3.0 - Serviços de Terceiros, Subelemento 07 - Divulgação e Publicidade, para divulgação de uma mensagem de 60 (sessenta segundos), em 34 horários pré-estabelecidos e perfeitamente identificados no Mapa de Programação da Rede Tupi de Televisão.
Relator: Diretor EDMAR DIAS MATOS
ARMANDO COLAVOLPE
EDMAR DIAS MATOS
JOÃO ALCIDES HOMAR
NID DUTRA D'AMORIM

Sessão nº: 324
Decisão nº: 3.331
Processo nº: 692.567/77
Referência: INSTITUTO DE CULTURA ÁRABE-BRASILEIRA
Aquisição de área situada no PLANO PILOTO

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do terreno nº 09 - Quadra 514 - SEP-NORTE, ao INSTITUTO DE CULTURA ÁRABE-BRASILEIRA - ICAB, observado o preço mínimo fixado pelo CONAD/TERRACAP, bem como as disposições da Resolução nº 06/73-CONAD e suas alterações; b) fixar o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, para formalizar o negócio, respeitado o período de validade do preço mínimo, sob pena de cancelamento tático desta autorização; e c) condicionar a con-

cretização do negócio, à complementação dos documentos a que se refere a Resolução nº 06/73-CONAD, conforme referência feita no tópico nº 04 do relatório do Senhor Diretor Comercial, constantes de fls. 47/48.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM
ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 324
Decisão nº: 3.334
Processo nº 694.682/77
Referência: S. MARTINEZ BAILO E CIA LTDA
DECISÃO
A Diretoria, com o voto do relator e à visita do contido no presente processo, RESOLVE cancelar a autorização concedida pela Diretoria da NOVACAP em sua 800ª sessão, de 03.01.72, fls. 09, bem como indeferir a solicitação de compra do lote formulada pela firma, colocando-se o imóvel em disponibilidade e arquivando-se o processo, tendo em vista os termos da procuração constante dos autos.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM
ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 324
Decisão nº: 3.335
Processo nº: 697.876/77
Referência: DIRETORIA COMERCIAL
E.M. nº 41/77-DICOM - EDITAL nº 19/77-IMÓVEIS
DECISÃO
A Diretoria, com o voto do relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE: a) proclamar vencedores, os Licitantes abaixo discriminados:
ITEM LICITANTE
02 - IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
03 - CONSTRUTORA OCIDENTAL LTDA e COENCISA CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA
04 - ENCOL S/A - ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA
PREÇO PROPOSTO
— Cr$ —
30.070.000,00
30.157.001,00
30.100.000,00
b) as condições de pagamento serão as constantes nas respectivas propostas dos licitantes vencedores; c) seja incluído em nova licitação o lote «A», Trecho «B» - SC/N, caracterizado no item nº 01, do Edital nº 19/77 - IMÓVEIS.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM
ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº 321
Decisão nº 3.338
Processo nº 699.068/77
Referência: GERÊNCIA DE ENGENHARIA E PROJETO (GEREP)
Construção de comércio local na SQN 205/6

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria ao egrégio Conselho de Administração, sugerindo aprovação da Minuta de Edital de Concorrência Pública, destinada à construção de lojas dos comércios locais das Quadras 205 e 206 - Norte, com as alterações sugeridas pelo Serviços Jurídico, constante de fls. 18.
Relator: Diretor JOÃO ALCIDES HOMAR
ARMANDO COLAVOLPE
JOÃO ALCIDES HOMAR
NID DUTRA D'AMORIM
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 324
Decisão nº: 3.339

Processo nº: 699.777/77
Referência: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria ao egrégio Conselho de Administração opinando pela aprovação da minuta do Termo de Convênio a ser celebrado com a NOVACAP, com interveniência do Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Viação e Obras, para execução de Urbanização no Parque de Recreação ROGÉRIO PITHON FARIAS, no valor de Cr$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros), constantes de fls. 19.

Relator: Diretor Superintendente ARMANDO COLAVOLPE
ARMANDO COLAVOLPE
EDMAR DIAS MATOS
JOÃO ALCIDES HOMAR
NID DUTRA D'AMORIM

Sessão nº: 324
Decisão nº: 3.342
Processo nº: 696.251/77
Referência: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) dispensar de licitação (Tomada de Preços) os serviços necessários a elaboração de anteprojeto de regularização de imóveis, no valor de Cr$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil cruzeiros), com base no item 4 combinado com o 30 da Resolução 14/CONAD; b) autorizar a contratação da IPLAN - Internacional Planus S/C, para prestação de serviços mencionados no valor de Cr$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil cruzeiros) a serem pagos, 70% na entrega dos trabalhos de "DEFINIÇÃO DE DOCUMENTOS FONTES", e "DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS FINAIS 15% por cento no dia 15 (quinze) de janeiro de 1978 e 15% em 28 (vinte e oito) de fevereiro de 1978, termino do contrato, levando as despesas à Conta da rubrica «Serviços de Terceiros,», Elementos 3.1.3.0, Sub-elemento 17, «Serviços Técnicos Especializados», cujo saldo apresenta um valor de Cr$ 2.248.853,12 (dois milhões, duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e três cruzeiros e doze centavos), do orçamento da Companhia.

Relator: Diteror ARMANDO COLAVOLPE

ARMANDO COLAVOLPE
Diretor Superintendente
NID DUTRA D'AMORIM
Diretor-Comercial
EDMAR DIAS MATOS
Diretor-Administrativo e Financeiro
JOÃO ALCIDES HOMAR
Diretor-Técnico

Sessão nº: 326
Decisão nº: 32
Processo nº: 697.825/77
Referência: ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO - TERRACAP

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE aprovar o relatório constante de fls. 769 à 775, homologando a Licitação por Tomada de Preço para compra de móveis necessários ao funcionamento da Empresa no seu edifício-sede e adjudicando-se o fornecimento dos materiais licitados às firmas relacionadas:

a) MAINLINE MÓVEIS S/A.
Itens: 01, 02, 03, 04, 08, 09 e 11/A no valor total de Cr$ 815.370,00 (oitocentos e quinze mil, trezentos e setenta cruzeiros);
b) COMPLEMENTO PLANEJAMENTO E DECORAÇÕES LTDA.
Itens: 05, 06 e 07 no valor total de Cr$ 32.671,00 (trinta e dois mil, seiscentos e setenta e um cruzeiros);
c) FERGO S/A - INDÚSTRIA MOBILIÁRIA.
Itens: 09, 10 e 11 no valor total de Cr$ 244.036,50 (duzentos e quarenta e quatro mil, trinta e seis cruzeiros e cincoenta centavos);
d) A DISTRIBUIDORA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES.
Item 14, no valor total de Cr$ 81.620,00 (oitenta e um mil, seiscentos e vinte cruzeiros);
e) COMARTE - COMERCIAL MARTE DE MÓVEIS LTDA.
Item 12, no valor total de Cr$ 125.950,00 (cento e vinte e cinco mil, novecentos e cincoenta cruzeiros);
f) ITALMA - INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO S/A.
Item 16, no valor total de Cr$ 451.256,00 (quatrocentos e cincoenta e um mil, duzentos e cincoenta e seis cruzeiros);
g) SEQUÓIA MÓVEIS LTDA.
Item 15, no valor total de Cr$ 177.300,00 (cento e setenta e sete mil e trezentos cruzeiros)
h) L'ATELIER MÓVEIS LTDA.
Itens: 13, 17 e 18 no valor total de Cr$ 424.127,60 (quatrocentos e vinte e quatro mil, cento e vinte e sete cruzeiros e sessenta centavos).
Relator: Diretor EDMAR DIAS MATOS
ARMANDO COLAVOLPE
EDMAR DIAS MATOS
JOÃO ALCIDES HOMAR

Sessão nº: 326
Decisão nº: 033
Processo nº: 10.430/76
Referência: ENCOL S/A - ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e a vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria ao Egrégio Conselho de Administração, sugerindo pelo acolhimento das sugestões contidas no relatório do Senhor Diretor Comercial às fls. 63.
Relator: Diretor ARMANDO COLAVOLPE

ARMANDO COLAVOLPE
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 326
Decisão nº: 034
Processo nº: 700.318/77
Referência: SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE BRASÍLIA.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria ao Egrégio Conselho de Administração, sugerindo o atendimento da revindicação do Senhor Presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Brasília.
Relator: Diretor ARMANDO COLAVOLPE

ARMANDO COLAVOLPE
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 326
Decisão nº: 35
Processo nº: 699.659/77
Referência: SERVIÇO TÉCNICO — TERRACAP

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria ao Egrégio Conselho de Administração, propondo o estabelecimento do valor locativo de Cr$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros), mensais, para o apartamento 202 — Bloco "F" SQS 408 — PLANO PILOTO, por se tratar de imóvel não funcional.

Relator: Diretor ARMANDO COLAVOLPE

ARMANDO COLAVOLPE

JOÃO ALCIDES HOMAR

EDMAR DIAS MATOS

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Atos do Presidente

INSTRUÇÃO DE 06 DE JANEIRO DE 1978.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data, MOEMA GONÇALVES BUENO, para exercer o emprego em comissão, símbolo EC-05, de Chefe da Divisão de Serviço Social no Campo da Saúde do Departamento de Educação para a Saúde e Assistência, desta Fundação.

Brasília, 06 de janeiro de 1.978.

NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
Diretor-Presidente.

INSTRUÇÃO DE 06 DE JANEIRO DE 1978.

O DIRETOR—PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Dispensar, a partir desta data, EDIVARDES VIANA PEREIRA, matrícula 376, do emprego em comissão símbolo EC-02, de Chefe da Assessoria de Programação e Controle Orçamentário, desta Fundação.

Brasília, 06 de janeiro de 1978.

NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
Diretor-Presidente

INSTRUÇÃO DE 09 DE JANEIRO DE 1978.

O DIRETOR—PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Autorizar a servidora VALMIRA FARIAS FERREIRA, Assistente Social I, matrícula 775 da TEP, a viajar à cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos dias 11, 12, 13 14 e 15.01.78, em objeto de serviço desta Fundação, concedendo-lhe 05 (cinco) diárias.

Brasília, 09 de janeiro de 1978.

NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
Diretor-Presidente

INSTRUÇÃO DE 09 DE JANEIRO DE 1978.

O DIRETOR—PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Autorizar a servidora MARIA SOARES DE LEMOS, Assistente Social II, matrícula 546 da TEP, a viajar à cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos dias 11, 12, 13, 14 e 15.01.78, em objeto de serviço desta Fundação, concedendo-lhe 05 (cinco) diárias.

Brasília, 09 de janeiro de 1978.

NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
Diretor-Presidente

INSTRUÇÃO DE 10 DE JANEIRO DE 1978.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data, ALTINA RODRIGUES COSTA, Auxiliar de Atendimento Social, matrícula 341 da TEP, para responder pelo emprego em comissão, símbolo EC-14, de Chefe da Seção Administrativa da Coordenação de Ação Comunitária de Planaltina, do Departamento de Ação Comunitária, desta Fundação.

Brasília, 10 de janeiro de 1.978.

NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
Diretor-Presidente

CONSELHO DELIBERATIVO

Atos do Presidente

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 08/77 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1977

Altera o Orçamento Sintético da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para o exercício de 1977.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 19, do Estatuto da Fundação do Serviço Social aprovado pelo Decreto nº 3.272, e 07 de junho de 1976 e tendo em vista o que consta do Processo nº 930/76.

RESOLVE:

«Ad-referendum» do Conselho Deliberativo da Fundação do Serviço Social, alterar o Orçamento Sintético da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 1977, na forma dos quadros nºs 01. 02, e 03 constantes do processo FSSDF Nº 930/76

2. Esta Resolução entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de dezembro de 1977.

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA 1.977

SITUAÇÃO NOVA

QUADRO Nº 01 A QUE SE REFERE A RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 08 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1.977

RECEITA			DESPESA			
FONTES			FUNÇÃO	PROGRAMA -SUBPROGRAMA -PROJETO -ATIVIDADE		
1.0.0.00	- RECEITAS CORRENTES	46.830.222	FUNÇÃO	15	- Assistência e Previdencia	
1.2.0.00	- Receita Patrimonial	180.000	PROGRAMA	81	- Assistência	
1.4.0.00	- Transferência Correntes	42.890.222	SUBPROGRAMA	21	- Administração Geral	
			FSSDF/2.047		- Manutenção das Atividades da FSSDF	51.923.490
1.5.0.00	- Receitas Diversas	3.760.000	FSS/1.09		- Plano Especial de Aplicação dos Recursos do Serv.Público de Parqueamento	3.600.000
2.0.0.00	- RECEITAS DE CAPITAL	22.371.076				
2.2.0.00	- Operações de Créditos	8.000.000	SUBPROGRAMA	15	- Edificações Públicas	
2.3.0.00	- Alienação de Bens Móveis e Imóveis	251.268				
2.4.0.00	- Amortização de Empréstimos Concedidos	10.000	FSS/1.095		- Construção e Ampliação de Unidades de Atendimento ao Menor e Desenv.Comunitário	13.677.808
2.5.0.00	- Transferências de Capital	14.109.808				
	TOTAL	69.201.298			TOTAL	69.201.298

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA 1977

SITUAÇÃO NOVA

QUADRO Nº 02 A QUE SE REFERE A RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 08 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1977

CR$ 1,00

CÓDIGO	- ELEMENTO E SUBELEMENTO DA DESPESA	FSS/2.047	FSS/1.095	FSS/1.09	TOTAL
3.1.1.1.	- Pessoal Civil	22.731.000			22.731.000
3.1.2.0	- Material de Consumo	3.920.000			3.920.000
3.1.3.2	- Outros Serviços de Terceiros	3.022.000			3.022.000
3.1.4.0	- Encargos Diversos	573.000			573.000
3.1.5.0	- Despesas de Exerc.Anteriores	215.000			215.000
3.2.3.0	- Transferências de Assist. e Previdencia Social	21.222			21.222
3.2.4.2	- Juros de Empréstimos	432.000			432.000
3.2.5.0	- Contribuições de Prev.Social	2.786.000			2.786.000
3.2.7.6	- Pessoas	3.532.000			3.532.000
3.2.7.9	- Diversos	6.090.000			6.090.000
4.1.1.0	- Obras Públicas		13.677.808		13.677.808
4.1.2.0	- Serviços em Regime de Programação Especial			3.600.000	3.600.000
4.1.3.0	- Equipamentos e Instalações	551.268			551.268
4.1.4.0	- Material Permanente	50.000			50.000
4.3.1.2	- Amortização de Emprestimos	8.000.000			8.000.000
	TOTAL	51.923.470	13.677.808	3.600.000	69.201.298

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA 1.977

SITUAÇÃO NOVA

QUADRO Nº 03 A QUE SE REFERE A RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 08 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1.977

CÓDIGO	PROJETO / ATIVIDADES	ORIGEM DOS RECURSOS			TOTAL
		PRÓPRIOS	FUNDESE	G D F	
FSS/2.047	- Manutenção das Atividades do Serviço Social do Distrito Federal	1.033.268	-0-	50.890.222	51.923.490
FSS/1.095	- Construção e Ampliação de Unidades de Atendimento ao Menor e Desenvolvimento	7.568.000	2.459.808	3.650.000	13.677.808
FSS/1.09	- Plano Especial de Aplicação dos Recursos de Serviços Público de Par-queamento	3.600.000	-0-	-0-	3.600.000
	TOTAL.	12.201.268	2.459.808	54.540.222	69.201.298

SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS

CONSELHO DE ADMINISTRACÃO

RESOLUÇÃO Nº 686/77 - C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade.

RESOLVE:

« Deferir, por unanimidade, a solicitação do Senhor MANOEL FILGUEIRA MARTINS - Processo nº 103.212/77, devendo o interessado ser atendido de acordo com as normas e disponibilidades da Empresa»

Brasília, 21 de dezembro de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro-Relator

RESOLUÇÃO Nº 695//77 - C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade.

RESOLVE:

« Indeferir por unanimidade as solicitações dos Senhores JOSÉ DOS REIS LOURENÇO - Processo nº 105.982/77 e CARLOS GERALDO VALADARES CORREIA - Processo nº 105.260/77.

Brasília, 21 de dezembro de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro-Relator

HUHO SCHMIDT
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº 696/77 - C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade.

RESOLVE:

« Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores ADAUTO RIBEIRO LOPES - Processo nº 047.624/77, JOSIMARIO FERREIRA CUNHA-Processo nº 091.749/77 e FLÁVIO RIBEIRO e Senhora IRENE MARTINS RIBEIRO-Processo nº 100.254/77, mantendo as decisões anteriores
Brasília, 21 de dezembro de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro-Relator

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

RESOLUÇAO Nº 006/78 C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DECIMA-TERCEIRA Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade.

RESOLVE:

"INDEFERIR, por unanimidade , as solicitações dos Senhores JOAQUIM LUCIO DE VASCONCELOS - Processo nº 102.329/77, JOÃO ALVES DE MOURA - Processo nº 106.094/77, BRAZ INOCENCIO DE BARROS - Processo nº 106.052/77 e da Senhora CECILIA PAULO DA SILVA -Processo nº 106.093/77".

Brasília, 09 de janeiro de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro- Relator

HUGO SCHMIDT
Conselheiro.

RESOLUÇÃO Nº 007/78 C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade,

RESOLVE:

« Indeferir por unanimidade, e contrariamente ao Voto do Relator, a solicitação da Senhora GEROSINA SERRADOR BARRETO - Processo nº 064.986/76.

Brasília, 09 de janeiro de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro-Relator

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº 028/78 - C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III do Contrato Social da sociedade.

RESOLVE:

« Deferir, por maioria, a solicitação do Senhor JOSÉ MATHIAS MENDES - Processo nº 093.873/77, devendo o interessado ser atendido de acor-

do com as normas e disponibilidades da Empresa» .

Brasília, 13 de janeiro de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro-Relator

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

RESOLUÇAO Nº 029/78 C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos ítens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA- Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade.

RESOLVE:

« INDEFERIR, por maioria, e contrariamente ao Voto do Relator, a solicitação do Senhor JOSE PESSOA SOBRINHO - Processo nº 098.440/77» .

Brasília 13 de janeiro de 1.978.

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro-Relator

DEMOCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Conselheiro

RESOLUÇAO Nº 030/78 C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos ítens I a XVI, da Cláusula DECIMA—TERCEIRA Capítulo III Título III do Contrato Social da Sociedade.

RESOLVE:

« DEFERIR, por maioria, e contrariamente ao Voto do Relator, a solicitação do Senhor FRANCISCO DIAS LEITAO — Processo nº 101.917/77, devendo o interessado ser atendido de acordo com as normas e disponibilidades da Empresa» .

Brasília, 13 de janeiro de 1.978.

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro - Relator

DEMOCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº 031/78-C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos ítens I a XVI, da Cláusula DECIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade,

RESOLVE:

« INDEFERIR, por unanimidade, as solicitações dos Senhores CRISPIM FERNANDES RIBAS — Processo nº 099.076/77, MANUEL JOSE LEAL — Processo Nº 108.699/78 e da Senhora MARIA DE FATIMA RIBEIRO DOS SANTOS — Processo nº 087.368/77» .

Brasília., 13 de janeiro de 1.978.

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro-Relator

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº 032/78-C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade,

RESOLVE:

« DEFERIR, por unanimidade, as solicitações dos Senhores ANTONIO FELIX SOBRINHO — Processo nº 107.933/78, GERALDINO LUIZ GUERREIRO — Processo nº 096./77 e MANOEL CASTRO OLIVEIRA — Processo nº 104.622/77, devendo os interessados serem atendidos de acordo com as normas e disponibilidades da Empresa» .

Brasília, 13 de janeiro de 1.978.

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro-Relator

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº 034/78-C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade.

RESOLVE:

« DEFERIR, por unanimidade, as solicitações da Senhora CATIA RIBEIRO — Processo nº 106.071/77, nos termos do Voto do Relator , e do Senhor JUVENIL BATISTA DOS SANTOS — Processo nº 102.575/77, devendo os interessados serem atendidos de acordo com as normas e disponibilidades da Empresa» .
Brasília , 13 de janeiro de 1978
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro —Relator

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

DEMOCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Conselheiro

ATA DA 336ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA .SHIS, REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 1977. (REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA) .

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de dezembro de 1977 (mil novecentos e setenta e sete) , às 08:00 horas, na Sala de Reuniões General DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA, situada no 5º andar do Edifício Sede da SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. — SHIS, localizado à Quadra 06, Bloco "A", do Setor Comercial Sul de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a 336ª Reunião do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da Sociedade, presidida pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Serviços Sociais, Major MARIVAL PEREIRA TAPIOCA, assistida por ANGELA DIAS TAVARES REHEM e com a presença dos Senhores Conselheiros: Engº. DILSON CARLOS REHEM, Gen. DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA, Engº. HUGO SCHMIDT, Dr. CARLOS BLACK PEREIRA, Dr. RUBEM FURTADO GUEIROS e Dr. ROBERTO PIRES BARBOSA. I — Lida e aprovada a Ata da Reunião anterior, o Senhor Presidente franqueou a palavra ao Conselheiro HUGO SCHMIDT, que assim dirigiu-se aos Conselheiros presentes: "Quero manifestar, em nome de todos, a satisfação que nós tivemos em participar da solenidade de entrega de prêmios da Maratona de Moral e Civismo, que muito nos emocionou, pelo que a iniciativa representa; iniciativa esta, que foi enaltecida sobremaneira no discurso final do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação NEY BRAGA, que sensibilizou profundamente a todos os presentes". O Conselheiro DILSON CARLOS REHEM então agradeceu, como Presidente da Comissão de Moral e Civismo em Brasília, Distrito Federal, as palavras do Conselheiro HUGO SCHMIDT. Posteriormente, o Conselheiro DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA tomou da palavra: "Nós estamos terminando mais um ano físico e de trabalho. Não poderíamos, portanto, deixar de, nesta última Reunião, congratularmo-nos com a Diretoria da SHIS, pelo êxito alcançado em todas as suas atividades desenvolvidas no presente ano, e com o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal — ELMO SEREJO FARIAS — por sua tão brilhante gestão". Ao término, a palavra foi cedida ao Conselheiro CARLOS BLACK PEREIRA: "Quero externar ao Senhor Presidente do Conselho, ao Senhor Superintendente da SHIS e ao corpo de funcionários a minha grande satisfação pela constatação que pude obter, na curta convivência — já que sou o mais novo Membro deste Conselho, da ação e atuação desta Empresa. A SHIS é hoje, com toda a certeza, a maior Empresa do Distrito Federal, uma das mais sérias e operosas que conhecemos, e sua importância é significativa na Política traçada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal. Posto isto, deixo assim consignadas as minhas congratulações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Serviços Sociais, ao Diretor Superintendente da SHIS e demais Membros da Diretoria pelos êxitos alcançados; ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal pela designação do Engº DILSON CARLOS REHEM para a direção desta Empresa e ao Excelentíssino Senhor Secretário de Serviços Sociais, Presidente deste Conselho, pelo discernimento e espírito de justiça com que o Egrégio Conselho de Administração desempenha suas funções". Os Conselheiros RUBEM FURTADO GUEIROS e ROBERTO PIRES BARBOSA elogiaram as palavras do Conselheiro CARLOS BLACK PEREIRA, endossando as mesmas. Em agradecimento às palavras proferidas pelo Conselheiro CARLOS BLACK PEREIRA, o Conselheiro DILSON CARLOS REHEM assim se expressou: "Quero externar aqui a minha satisfação por mais este ano de trabalho junto ao Conselho onde atuo com prazer, pelo clima de sinceridade e espírito de justiça dominante. Tenho a comunicar aos Senhores Conselheiros que graças à participação deste Conselho a SHIS entregou 14 (quatorze) mil casas, abrigando 70 (setenta) mil pessoas. O que temos resolvido aqui são casos específicos, que o computador, máquina fria e insensível não tem capacidade de captar. Assim, temos dado nossa contribuição para a fixação do homem no Distrito Federal, dando-lhes condições de moradia e melhor assistência a sua família. Quero agradecer, em nome da Diretoria e dos funcionários da Empresa, as palavras dos Conselheiros, dizendo que hoje, me orgulho de estar à frente desta Empresa, não mais desacreditada pela população. Gostaria também de acentuar que o êxito alcançado nestes três anos de administração é devido ao trabalho de toda uma equipe que me acompanha com dedicação". O Senhor Presidente endossou as palavras dos Conselheiros, ratificando as congratulações feitas à atuação da Diretoria da SHIS e agradeceu ao Conselheiro CARLOS BLACK PEREIRA as palavras de elogios a este Conselho. II — Em seguida, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos pertinentes à Pauta do Dia, os quais em sua totalidade versavam sobre pedidos de imóveis residenciais desta Sociedade, de acordo com a ordem adiante transcrita: CONSELHEIRO

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA: em concordância aos Votos do Relator, o Conselho resolve: RESOLUÇÃO Nº 684/77 — C. A.: "INDEFERIR, por unanimidade, as solicitações dos Senhores CIPRIANO ALVES DA SILVA — Processo nº 105.972/77, ANTONIO AURÉLIO ALVES — Processo nº 105.980/77 e das Senhoras JOSELITA ALMEIDA DA CUNHA — Processo nº 105.368/77, MARIA DO CARMO LUIZ — Processo nº 106.075/77 e CLEUZA CAMBUI LIMA — Processo nº 105.934/77". RESOLUÇÃO Nº 685/77 — C. A.: "INDEFERIR, por unanimidade, a solicitação do Senhor FIRMINO RUBEM BARRETO DOURADO — Processo nº 025.577/75, mantendo a decisão anterior"; RESOLUÇÃO Nº 686/77 — C.A.:

"DEFERIR, por unanimidade, a solicitação do Senhor MANOEL FILGUEIRA MARTINS — Processo nº 103.212/77, devendo o interessado ser atendido de acordo com as normas e disponibilidades da Empresa". III — CONSELHEIRO HUGO SCHMIDT: de acordo com os Votos do Relator, o Conselho resolve: RESOLUÇÃO Nº 687/77 — C. A.: "INDEFERIR, por unanimidade, as solicitações dos Senhores FRANCISCO DAS CHAGAS PACHECO VERAS — Processo nº 105.986/77, GERALDO RAFAEL DE SOUZA — Processo nº 105.981/77, FRANCISCO ANTUNES DE LIMA — Processo nº 105.971/77, MALAQUIAS JOSÉ DE ALMEIDA — Processo nº 105.987/77 e da Senhora MAGNÓLIA RIOS DA SILVA — Processo nº 105.991/77". RESOLUÇÃO Nº 688/77 — C. A.: "DEFERIR, por unanimidade, a solicitação do Senhor ADEL JUSTINIANO TEBAS — Processo nº 105.990/77, devendo o mesmo ser atendido de acordo com as normas e disponibilidades da Empresa". PROCESSOS Nº S 105.979/77 e 105.988/77:

tratam, respectivamente, de solicitações de moradia efetivadas pelos Senhores ADONIAS BRAGA DE SOUSA e JOAQUIM PEREIRA CUNHA. Concordando com os Votos preliminarmente ofertados pelo Relator, o Conselho converteu os presentes em diligência, para que se esclareça a real situação Sócio-Econômica dos interessados. IV — CONSELHEIRO CARLOS BLACK PEREIRA: de acordo com os Votos do Relator, o Conselho resolve: RESOLUÇÃO Nº 689/77 — C. A.: "INDEFERIR, por unanimidade, as solicitações dos Senhores ILDOMAR PEREIRA CHAGAS — Processo nº 105.045/77 e JAIME PINHEIRO CAMPOS — Processo nº 105.050/77".

RESOLUÇÃO Nº 690/77 — C. A.: "DEFERIR, por unanimidade, a solicitação do Senhor FRANCISCO GODINHO DE OLIVEIRA — Processo nº 003.390/67, devendo o requerente ser atendido de acordo com as normas e disponibilidades da Empresa". V — CONSELHEIRO RUBEM FURTADO GUEIROS: acatando aos Votos do Relator, o Conselho resolve: RESOLUÇÃO Nº 691/77 — C.A.: "INDEFERIR, por unanimidade, as solicitações das Senhoras TEREZINHA DE SOUZA MELO — Processo nº 105.984/77 e IRAIDES ANTUNES DA SILVA — Processo nº 105.933/77". RESOLUÇÃO Nº 692/77 — C.A.: "INDEFERIR, por unanimidade, a solicitação do Senhor PEDRO SILVA — Processo nº 099.433/77, mantendo a decisão anterior". RESOLUÇÃO Nº 693/77 — C. A.: "Tornar sem efeito, por unanimidade, a Resolução nº 163/75 — C. A., de 04.04.75, para DEFERIR, a solicitação do Senhor ARCELINO ALVES CABRAL — Processo nº 013.127/75, devendo o postulante ser atendido de acordo com as normas e disponibilidades da Empresa". RESOLUÇÃO Nº 694/77 — C. A.: "DEFERIR, por unanimidade, as solicitações dos Senhores LUIZ RIBEIRO — Processo nº 105.989/77 e JOSÉ VIEIRA DE ANDRADE — Processo nº 105.935/77, devendo os interessados serem atendidos de acordo com as normas e disponibilidades da Empresa". PROCESSOS Nº S 106.076/77 e 105.932/77: encaminham solicitações dos Senhores JOÃO FAUSTINO DO NASCIMENTO e JOÃO PEDRO DE ARAÚJO, respectivamente. O Conselho determinou a conversão de ambos os casos EM DILIGÊNCIA, para efeito de Levantamento Sócio-Econômico dos interessados, VI — CONSELHEIRO ROBERTO PIRES BARBOSA: em consonância aos Votos do Relator, o Conselho resolve: RESOLUÇÃO Nº 695/77 — C. A.: "INDEFERIR, por unanimidade, as solicitações dos Senhores JOSÉ DOS REIS LOURENÇO — Processo nº 105.982/77 e CARLOS GERALDO VALADARES CORREIA — Processo nº 105.260/77". RESOLUÇÃO Nº 696/77 — C. A.: "INDEFERIR, por unanimidade, as solicitações dos Senhores ADAUTO RIBEIRO LOPES — Processo nº 047.624/76, JOSIMARIO FERREIRA CUNHA — Processo nº 091.749/77 e OFLÁVIO RIBEIRO e Senhora IRENE MARTINS RIBEIRO — Processo nº 100.254/77, mantendo as decisões anteriores". RESOLUÇÃO Nº 697/77 — C. A.: "INDEFERIR, por maioria, a solicitação do Senhor ANTONIO GOMES DOS SANTOS — Processo nº 104.032/77". RESOLUÇÃO Nº 698/77 — C.A.: "DEFERIR, por maioria e contrariamente ao Voto do Relator, a solicitação do Senhor JOÃO MENDES — Processo nº 105.369/77, devendo o interessado ser atendido de acordo com as normas e disponibilidades da Empresa". PROCESSO Nº 105.983/77: encaminha solicitação da Senhora ANTONIA DA SILVA OLIVEIRA. O Conselho determinou a conversão do caso em diligência, para efeito de Levantamento Sócio-Econômico da interessada. VII — SORTEIO: CONSELHEIRO DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA: Processos nº s 082.587/77, 036.507/75, 101.816/77, 099.317/77 (diligências) e 106.140/77; CONSELHEIRO HUGO SCHMIDT: Processos nº s 089.483/77, 093.869/77, 101.990/77, 102.327/77, 090.144/77, 084.237/77, 087.974/77 e 084.396/77 (todos diligências); CONSELHEIRO CARLOS BLACK PEREIRA: Processos nº s 92.256/77, 093.868/77, 091.205/77, 095.708/77 e 094.621/77 (todos diligências); CONSELHEIRO RUBEM FURTADO GUEIROS: Processos nº s 64.986/76 e 102.329/77 (diligências), 106.091/77, 106.092/77, 106.093/77 e 103.094/77; CONSELHEIRO ROBERTO PIRES BARBOSA: Processos nº s 099.359/77 e 092.262/77 (diligências) 084.516/77, 089.913/77, 106.138/77 e 106.198/77. E, por nada mais haver a tratar, às 10hs:30min, o Senhor Presidente deu por encerrada a Reunião, da qual eu, ANGELA DIAS TAVARES REHEM, lavrei a presente Ata que vai por mim subscrita e assinada por todos os Conselheiros.

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA-Presidente: DILSON CARLOS REHEM-Conselheiro; RUBEM FURTADO GUEIROS-Conselheiro; ROBERTO PIRES BARBOSA-Conselheiro; HUGO SCHMIDT-Conselheiro; CARLOS BLACK PEREIRA-Conselheiro; DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA-Conselheiro

---

ATA DA 337ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. — SHIS, REALIZADA EM 09 DE JANEIRO DE 1978. (REUNIÃO ORDINÁRIA).

Aos 09 (nove) dias do mês de janeiro de 1978 (mil novecentos e setenta e oito), as 14hs:30min, na Sala de Reuniões General DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA, situada no 5º andar do Edifício-Sede da SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. — SHIS, localizado à Quadra 06, Bloco "A", do Setor Comercial Sul de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a 337ª. Reunião do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da Sociedade, presidida pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Serviços Sociais, Major MARIVAL PEREIRA TAPIOCA, assistida por ANGELA DIAS TAVARES REHEM e com a presença dos Senhores Conselheiros: Engº DILSON CARLOS REHEM, Engº HUGO SCHMIDT, Dr. CARLOS BLACK PEREIRA, Dr. RUBEM FURTADO GUEIROS e Dr. ROBERTO PIRES BARBOSA, consignando-se a ausência tempestivamente justificada do Conselheiro DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA. I — Lida e aprovada a Ata da Reunião anterior, o Senhor Presidente solicitou à Secretária a leitura do cartão de Boas Festas do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal ELMO SEREJO FARIAS e Senhora, em retribuição aos votos enviados por este Conselho e do OF. nº 09081/77-COHAB-SP, datado de 22.12.77 e remetido pelo Diretor Presidente da COHAB-SP — JOSÉ CELESTINO BOURROUL — ao Presidente deste Conselho, adiante transcrito: "Vimos, pelo presente, acusar o recebimento do amável telegrama, datado de 15.12.77, através do que Vossa Senhoria faz lisonjeiras referências à Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, motivadas pelo relato do carissimo companheiro Dilson Carlos Rehem, do Encontro Nacional de COHAB's, realizado, recentemente, nesta Capital. Na mesma oportunidade em que agradecemos a gentileza da remessa do aludido telegrama e as bondosas expressões do eminente Presidente do Conselho de Administração da SHIS, de todo imerecidas e que representam, tão sòmente, o transbordamento do coração generoso de Vossa Senhoria, desejamos expressar toda a nossa admiração pela eficientíssima administração que vem sendo imprimida à SHIS-DF, que se tornou, graças à atuação singular de seus dirigentes, um paradigma e um exemplo, notáveis, para todas as demais COHAB's brasileiras". Finda a leitura, o Senhor Presidente cedeu a palavra ao Conselheiro DILSON CARLOS REHEM que deu os votos de boas vindas aos Conselheiros a mais um ano de trabalho conjunto que ora se inicia. O Senhor Presidente reiterou as palavras de boas vindas emitidas e fez votos para que, neste ano que se inicia, o Conselho tenha uma atuação tão brilhante quanto a do ano anterior. III — Em seguida, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos pertinentes à Pauta do Dia, os quais, em sua totalidade, versavam sobre pedidos de imóveis residenciais desta Sociedade de acordo com a ordem adiante transcrita: CONSELHEIRO HUGO SCHMIDT: em aprovação aos Votos do Relator, o Conselho resolve: RESOLUÇÃO Nº 001/78-C.A.: "INDEFERIR, por unanimidade, as solicitações dos Senhores VALENTIN MANUEL DA SILVA — Processo nº 084.237/77, NATANAEL ALMEIDA RODRIGUES — Processo nº 102.327/77 e de DEIR DE JESUS OLIVEIRA e ANDRELINO CARDOSO DE OLIVEIRA — Processo nº 093.869/77 e de RAIMUNDA LOPES CONCEIÇÃO FREITAS e CESÁRIO PEDRO DE FREITAS — Processo nº 090.144/77". RESOLUÇÃO Nº 002/78-C.A: «DEFERIR, por unanimidade, as solicitações do Senhor JONAS SOUZA PIRES — Processo nº 087.974/77, nos termos do Voto do Relator, e do Senhor NIVALDO RODRIGUES MARQUES — Processo nº 101.990/77, devendo os interessados serem atendidos de acordo com as normas e disponibilidades da Empresa. RESOLUÇÃO Nº 003/78-C.A.: "INDEFERIR, por unanimidade e contrariamente ao Voto do Relator, a solicitação da Senhora LENI RIBEIRO DOS SANTOS e SEBASTIÃO RIBEIRO-Processo nº 084.396/77.PROCESSO Nº .0089.483/77: encaminha solicitação do Senhor PEDRO ALVES DA SILVA. Tendo em vista que a diligência e entrevista não satisfizeram a recomendação especial do Relator, foi solicitada por este a comprovação jurídica da dependência da genitora e de cinco irmãos menores, pelo interessado IV-CONSELHEIRO CARLOS BLACK PEREIRA: apoiando aos Votos do Relator, o Conselho resolve: RESOLUÇÃO Nº 004/78 - C.A.: "INDEFERIR, por unanimidade, as solicitações dos Senhores JOSÉ ALVES BATISTA — Processo nº 092.256/77 e RUBENS ALVES DE CARVALHO-Processo nº 094.621/77: RESOLUÇÃO Nº 005/78 - C.A.: "DEFERIR, por unanimidade as solicitações dos Senhores JOSÉ DE SOUZA GONÇALVES-Processo nº 091.205/77, GERALDO ORDONES OZORIO — Processo nº 093.868/77 e da Senhora ALICE ALEXANDRINA DA SILVA — Processo nº 095.708/77, devendo os interessados serem atendidos de acordo com as normas e disponibilidades da Empresa V — CONSELHEIRO RUBEM FURTADO GUEIROS: acatando os Votos do Relator, o Conselho resolve: RESOLUÇÃO Nº 006/78 - C.A.: "INDEFERIR, por unanimidade, as solicitações dos Senhors JOAQUIM LUCIO DE VASCONCELOS — Processo nº 102.329/77, JOÃO ALVES DE MOURA — Processo nº 106.094/77, BRAZ INOCÊNCIO DE BARROS — Processo nº 106.052/77 e da Senhora CECÍLIA PAULO DA SILVA — Processo nº 106.093/77". RESOLUÇÃO Nº 007/78 - C.A.: "INDEFERIR, por unanimidade, e contrariamente ao Voto do Relator, a solicitação da Senhora GEROSINA SERRADOR BARRETO - Processo nº 064.986/76".

PROCESSO Nº 106.091/77: encaminha solicitação do Senhor LUIZ RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO. O Conselho determinou, por unanimidade, e contrariamente ao Voto do Relator, a conversão do caso em diligência, para efeito de Levantamento Sócio-Econômico e comprovação dos dados fornecidos pelo mesmo. VI — CONSELHEIRO ROBERTO PIRES BARBOSA: anuindo aos Votos do Relator, o Conselho resolve: RESOLUÇÃO Nº 008/78 - C.A.:

"INDEFERIR, por unanimidade, as solicitações do Senhor FRANCISCO FERNANDES DE SENA — Processo nº 092.262/77 e das Senhoras IRACEMA MACEDO DE ARAÚJO - Processo nº 106.138/77, MARGARIA GARCIA GOMES — Processo nº 106.198/77, MARIA JOSÉ MARTINS ARGENTINO — Processo nº 084.516/77 e MARIA DAS GRAÇAS DA PAZ — Processo nº 085.913/77". RESOLUÇÃO Nº 009/78 - C.A.: DEFERIR, por unanimidade, a solicitação da Senhora MARIA CHAVES DE JESUS SANTOS — Processo nº 099.359/77, devendo a interessada ser atendida de acordo com as normas e disponibilidades da Empresa. VII — SORTEIO: CONSELHEIRO HUGO SCHMIDT: Processos nº 107.637/77, 107.639/77, 107.775/77, 107.924/78, 107.925/78, 108.187/78, 057.274/76, 094.400/77 e 106.268/77: CONSELHEIRO CARLOS BLACK PEREIRA: Processos nº s:

105.311/77, 106.207/77, 106.209/77, 106.693/77, 106.694/77, 107.571/77, 107.828/77, 107.889/78 e 107.922/78; CONSELHEIRO RUBEM FURTADO GUEIROS: Processos nº s: 099.882/77, 102.311/77 (diligências) e 107.638/77, 107.774/77, 108.183/78, 094.451/77, 100.436/77, 106.208/77, 108.331/78; e, CONSELHEIRO ROBERTO PIRES BARBOSA: Processo nº s: 106.695/77, 106.742/77, 107.011/77, 107.475/77, 107.476/77, 107.570/77, 107.574/77, 107.921/78 e 108.473/78 (matéria prioritária). E, por nada mais haver a tratar às 17:00 horas, o Senhor Presidente deu por encerrada a Reunião da qual eu, ANGELA DIAS TAVARES REHEM, lavrei a presente Ata que vai por mim subscrita e assinada por todos os Conselheiros presentes.

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA - Presidente; DILSON CARLOS REHEM - Conselheiro; CARLOS BLACK PEREIRA - Conselheiro; ROBERTO PIRES BARBOSA - Conselheiro; RUBEM FURTADO GUEIROS - Conselheiro e HUGO SCHMIDT - Conselheiro.

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 025 DE 26 DE janeiro DE 1978.

Aprova o Regulamento do Terminal Rodoviário da Região Administrativa de Planaltina (RA-VI).

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 30, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975, combinado com o inciso I, do artigo 4º, do Decreto nº 2.998, de 5 de setembro de 1975,

R E S O L V E:

1- Aprovar o Regulamento do Terminal Rodoviário da Região Administrativa de Planaltina (RA-VI) que a esta acompanha.

2- A presente Portaria integra o Livro V, da Consolidação das Normas de Organização Administrativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 6º, do Decreto nº 1.891, de 21 de dezembro de 1971.

3- Esta Portaria entrará em vigor 10 dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, 26 de janeiro de 1978.

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos
do Distrito Federal

REGULAMENTO DO TERMINAL RODOVIÁRIO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA (RA-VI)

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A execução das atividades relativas à administração do Terminal Rodoviário da Região Administrativa de Planaltina (RA-VI), dar-se-á de acordo com o que determina o presente Regulamento e demais normas legais pertinentes.

CAPÍTULO II

DO FUNCIONAMENTO

Art. 2º - O horário de funcionamento do Terminal e o de suprimento de mercadorias aos estabelecimentos comerciais serão fixados em ato próprio a ser baixado pelo Administrador Regional.

Art. 3º - Os permissionários deverão manter em funcionamento o seu local de comércio, de acordo com as necessidades da Estação Rodoviária.

Art. 4º - É obrigatório, para os empregados e prepostos dos permissionários, o uso de uniforme, de conformidade com o modelo aprovado pela Administração Regional.

CAPÍTULO III

DA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

Art. 5º - Aos permissionários cumpre zelar pela limpeza e asseio do ambiente, assim como pelo uso adequado das instalações.

Art. 6º - É obrigatorio o uso de copos de papel para servir sucos, refrigerantes, cafezinhos e similares, os quais após sua utilização deverão ser, imediatamente, inutilizados.

Art. 7º - O lixo e detritos sólidos das lojas, dos boxes e das demais áreas serão, obrigatóriamente, depositados em sacos plásticos, de acordo com padrão estabelecido no Anexo II, da Portaria nº 39/74-SSP, os quais deverão ser fechados e transportados para a lixeira geral.

Parágrafo Único - É vedada a permanência de lixo e detritos, mesmo ensacados, no recinto das áreas cedidas.

Art. 8º - A limpeza e conservação geral das áreas de uso comum, serão feitas pela administração do Terminal, diretamente ou por firma especializada.

Art. 9º - Os permissionários deverão manter todos os equipamentos e instalações existentes, nas áreas ocupadas, em perfeitas condições de funcionamento e de higiene.

CAPÍTULO IV

DO RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO

Art. 10 - É dever do permissionário:

I - atender aos usuários do Terminal, com correção e urbanidade;

II - apresentar-se asseado e decentemente trajado;

III - dispensar atenção especial aos turistas propiciando-lhes todas as informações e indicações de que dispuser;

IV - observar, rigorosamente, os preços das mercadorias estipulados pelos órgãos competentes;

V - zelar pela boa qualidade, higiene e apresentação das mercadorias;

VI - observar, rigorosamente, as disposições deste Regulamento.

Art. 11 - É dever dos empregados dos permissionários, bem como dos servidores do Terminal:

I - conduzir-se com atenção e urbanidade no trato com os usuários;

II - apresentar-se devidamente trajados e asseados;

III - zelar pela limpeza e higiene das dependências e instalações do Terminal;

IV - observar, rigorosamente, as disposições deste Regulamento.

CAPÍTULO V

DO ESTACIONAMENTO DE ÔNIBUS, EMBARQUE E DESEMBARQUE DE PASSAGEIROS

Art. 12 - O estacionamento de ônibus na Estação Rodoviária, só será permitido para embarque e/ou desembarque de passageiros.

Art. 13 - O estacionamento de ônibus de linhas interestaduais, para embarque de passageiros deverá ocorrer com antecipação máxima de 30 (trinta) minutos, do horário de partida.

Art. 14 - O embarque e/ou desembarque de passageiros serão realizados nas plataformas, em locais previamente determinados pela administração do Terminal.

Art. 15 - As plataformas de embarque e/ou desembarque de passageiros são privativas para os ônibus das empresas transportadoras devidamente credenciadas.

Art. 16 - Os motoristas dos ônibus não poderão deles se afastar, quando estes estiverem estacionados no Terminal.

Art. 17 - A fiscalização da execução das permissões dos serviços de transporte coletivo urbano e de táxis será procedida pelos agentes da Secretaria de Serviços Públicos.

CAPÍTULO VI

DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES COLETIVOS

Art. 18 - É vedada a utilização de guichês destinados à venda de passagens, para a guarda de volumes.

Art. 19 - Todas as empresas são obrigadas a apresentar mensalmente, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao vencido, à administração do Terminal, relatório e estatística do movimento de passageiros e de ônibus.

CAPÍTULO VII

DAS PROIBIÇÕES

Art. 20 - No Terminal Rodoviário, é vedado:

I - a utilização de fachadas e áreas de uso comum, para colocação de cartazes, salvo com autorização expressa da administração do Terminal;

II - a venda de bebidas alcoólicas;

III - a venda de mercadorias, inclusive bilhetes de loteria, fora dos boxes ou das lojas cedidas à exploração comercial, excetuando-se a venda de jornais e revistas, através de pequenos jornaleiros, devidamente uniformizados, em número determinado pela Administração Regional, com área de atuação pré determinada e sob a responsabilidade do permissionário de Banca de Jornais e Revistas instalada no Terminal;

IV - o serviço de engraxate avulso;

V - o uso de buzina;

VI - a prática de aliciamento de hóspedes para pensões, hotéis e similares;

VII - a oferta, diretamente, aos usuários de qualquer meio de transporte pago;

VIII - lavagem, limpeza e reparo de qualquer tipo de veículo;

IX - o depósito de volumes nas áreas de uso comum;

X - a guarda ou depósito de inflamáveis ou explosivos;

XI - o uso pelos permissionários de espaços situados fora dos limites das áreas previstas nos respectivos Termos de Ocupação;

XII - a utilização das plataformas destinadas a embarque e/ou desembarque de passageiros por veículos que não sejam os ônibus das empresas autorizadas;

XIII - o uso de qualquer aparelho sonoro em alto volume, bem como fazer algazarras, distúrbios e ruídos;

XIV - ao permissionário admitir qualquer empregado sem o devido exame médico, e deixar de providenciar sua renovação periódica, nos termos do artigo 167, da CLT;

XV - ao permissionário expor ou vender mercadorias não condizentes com o seu ramo de atividade;

XVI - ao permissionário alterar as instalações da área cedida, sem a aprovação do órgão competente da Administração Regional;

XVII - o exercício de qualquer atividade não autorizada pela autoridade competente;

XVIII - a colocação de placas, letreiros e anúncios, sem prévia autorização do órgão próprio da Administração Regional.

CAPÍTULO VIII

DOS SERVIÇOS AUXILIARES

Art. 21 - As atividades de carregador e de fotógrafo somente serão exercidas por pessoas maiores de 21 e menores de 70 anos, mediante prévia e expressa autorização da Administração Regional.

Parágrafo Único - O exercício das atividades previstas neste artigo dependerão de atestado de saúde, bem como de sua renovação periódica, e serão concedidas a título precário.

Art. 22 - O número máximo de autorização a que se refere o artigo anterior, será fixado por ato próprio do Secretário de Serviços Públicos, mediante proposta da Administração Regional.

Art. 23 - Os preços a serem cobrados pelo transporte de volumes e pelos serviços fotográficos, deverão obedecer, rigorosamente, às tabelas elaboradas pela Administração Regional e aprovadas pelo Secretário de Serviços Públicos, ouvidos os órgãos competentes.

Art. 24 - Quando em serviço, os carregadores e fotógrafos deverão trajar uniforme de acordo com o modelo aprovado pela Administração Regional.

Art. 25 - Os serviços de guarda-volumes e de informações a serem prestados ao público serão mantidos pela administração do Terminal.

Art. 26 - A exploração de propaganda comercial será exclusiva do Distrito Federal, que poderá executá-la diretamente, ou arrendá-la a terceiros, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO IX

DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 27 - Os serviços de assistência social são da competência dos órgãos próprios da Secretaria de Serviços Sociais, devendo a administração do Terminal prestar a colaboração que se fizer necessária ao seu perfeito desempenho.

CAPÍTULO X

DO POLICIAMENTO

Art. 28 - As atividades de policiamento são da competência dos órgãos próprios de Segurança, devendo a administração do Terminal prestar aos seus agentes todo o apoio administrativo que se fizer necessário ao desempenho de suas funções.

CAPÍTULO XI

DA DISCIPLINA

Art. 29 - Cumpre aos permissionários, seus empregados ou prepostos, aos carregadores e fotógrafos, acatar as ordens da administração do Terminal e dos servidores credenciados.

Art. 30 - Qualquer irregularidade, tráfico de influência, advocacia administrativa ou abuso de autoridade, deverá ser comunicada, por escrito, à administração do Terminal.

Art. 31 - A administração do Terminal poderá impedir a permanência de qualquer pessoa que julgar prejudicial à ordem e à moralidade nas dependências da Rodoviária, inclusive empregados e prepostos dos permissionários.

Art. 32 - Os permissionários deverão determinar, dentro de 24 horas, o afastamento de qualquer de seus empregados ou prepostos, quando solicitado pela administração do Terminal.

CAPÍTULO XII

DAS PENALIDADES

Art. 33 - Os infratores às disposições deste Regulamento estão sujeitos, sem prejuízo de outras cominações legais, às seguintes penalidades:

a) multa;

b) rescisão contratual ou cancelamento da autorização.

Art. 34 - As penas obedecerão à seguinte gradação:

a) primeira infração - multa correspondente a 1 (um) Valor de Referência, previsto na Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1 975, vigente no Distrito Federal;

b) segunda infração - multa correspondente a 2 (dois) Valores de Referência;

c) terceira infração - rescisão contratual ou cancelamento da autorização.

Art. 35 - O infrator terá o prazo de 10 (dez) dias, para o pagamento da multa, contados do recebimento da intimação a que se refere o artigo 47.

Parágrafo Único - O não recolhimento da multa, no prazo estipulado, determinará a remessa do processo para inscrição do débito em Dívida Ativa.

Art. 36 - A multa deverá ser recolhida a órgão arrecadador da Secretaria de Finanças ou a Banco credenciado, mediante guia fornecida pela administração do Terminal.

Art. 37 - As multas previstas neste Regulamento serão aplicadas pelo servidor encarregado da administração do Terminal.

Art. 38 - O pagamento da multa não exime o infrator da obrigação de reparar os danos resultantes da infração, nem do cumprimento das exigências regulamentares que lhe deram causa.

Art. 39 - A pena de rescisão operar-se-á pela Procuradoria Geral, mediante proposta da administração do Terminal Rodoviário ao Administrador Regional.

CAPÍTULO XIII

DA AUTUAÇÃO, DA DEFESA E DOS RECURSOS

Art. 40 - O Auto de Infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá:

I - mencionar dia e hora da lavratura;

II - conter o nome do infrator e das testemunhas, se houver;

III - indicar o número da loja ou do "box", se for o caso;

IV - descrever o fato que constituiu a infração e indicar o dispositivo regulamentar violado;

V - ser assinado pelo autuante.

Art. 41 - A lavratura do Auto far-se-á em 3 (três) vias de igual teor, devendo o infrator exarar o ciente na primeira via.

Parágrafo Único - Havendo recusa do infrator em atender o disposto neste artigo, o autuante mencionará o fato no campo próprio.

Art. 42 - A primeira via do Auto de Infração será protocolada dentro de 24 horas, contadas da autuação, encaminhando-se a segunda via ao autuado e a terceira ao arquivo.

Art. 43 - A intimação para a defesa será feita na pessoa do infrator ou de seu representante legal, quando da entrega da segunda via do auto de infração, contra recibo.

Art. 44 - O autuado apresentará defesa escrita, acompanhada das provas que entender necessárias, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da intimação.

Art. 45 - Apresentada a defesa, falará o autuante no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data do seu recebimento.

Art. 46 - Findo o prazo previsto no art. 44 ou no art. 45, o servidor encarregado da administração do Terminal, proferirá a decisão, no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Único - Se não se considerar habilitado a decidir, o servidor mencionado neste artigo, poderá converter o julgamento em diligências e determinar a produção de novas provas.

Art. 47 - Aplicada a multa, o autuado será intimado para efetuar o pagamento, no prazo previsto no artigo 35.

Art. 48 - Da multa imposta na forma do artigo anterior, caberá recurso voluntário, sem efeito suspensivo, ao Administrador Regional.

§ 1º - O recurso voluntário será interposto dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação da pena.

§ 2º - O recurso será apresentado à autoridade recorrida, que o encaminhará com o respectivo processo, ao Administrador Regional.

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49 - Os projetos de instalações nas áreas cedidas, bem como suas alterações, serão aprovados pela Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras - DRLFO

Art. 50 - A administração do Terminal zelará pelo fiel cumprimento deste Regulamento, através de rigorosa fiscalização.

Art. 51 - O presente Regulamento aplica-se a todos os permissionários, seus empregados ou prepostos, bem como àqueles que efetuarem os serviços de fotógrafos ou de carregadores.

Art. 52 - Este Regulamento entrará em vigor 10 (dez) dias após sua publicação.

Brasília-DF, 26 de janeiro de 1978.

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos
do Distrito Federal

PORTARIA Nº 004 DE 17 DE JANEIRO DE 1978

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IX do artigo 1º e IV do artigo 30 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 032.115/77,

RESOLVE:

Conceder o título de perpetuidade requerido por ALUIZIO BASTOS RAMOS, ao jazigo nº 14, Quadra 108, do Cemitério "Campo da Esperança", situado no Plano Piloto desta Capital, onde se encontra sepultada sua filha JULIANA BARBOSA RAMOS, já que cumpridas as formalidades legais previstas no artigo 15 do Regulamento Geral dos Cemitérios do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 263 de 02 de dezembro de 1963.

Distrito Federal, 17 de janeiro de 1978.

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA Nº 005 DE 17 DE JANEIRO DE 1978

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IX do artigo 1º e IV do artigo 30 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 031.945/77,

RESOLVE:

Conceder o título de perpetuidade requerido por ERVINO TEÓFILO WERBERICK ao jazigo nº 01, Quadra 310, do Cemitério "Campo da Esperança, situado no Plano Piloto desta Capital, onde se encontra sepultada sua filha SONIA MOSTARDEIRO WERBERICK, já que cumpridas as formalidades legais previstas no artigo 15 do Regulamento Geral dos Cemitérios do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 263 de 02 de dezembro de 1963.

Distrito Federal, 17 de janeiro de 1978.

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA Nº 006 DE 17 DE JANEIRO DE 1978.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IX do artigo 1º e IV do artigo 30 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 030.962/77,

RESOLVE:

Conceder o título de perpetuidade requerido por GERALDO MOREIRA BARBOSA, ao jazigo nº 337, Quadra 107, do Cemitério «Campo da Esperança», situado no Plano Piloto desta Capital, onde se encontra sepultada sua mãe JANUÁRIA ROSA DE JESUS, já que cumpridas as formalidades legais previstas no artigo 15 do Regulamento Geral dos Cemitérios do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 263, de 02 de dezembro de 1963.

Distrito Federal, 17 de janeiro de 1978.

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA Nº 007 DE 17 DE JANEIRO DE 1978.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IX do artigo 1º e IV do artigo 30 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 034.654/77,

RESOLVE:

Conceder o título de perpetuidade requerido por OLGA FERREIRA GOMES, ao jazigo 262, Quadra 201, do Cemitério "Campo da Esperança", situado no Plano Piloto desta Capital, onde se encontra sepultado seu pai JOSÉ FERREIRA NUNES, já que cumpridas as formalidades legais previstas no artigo 15 do Regulamento Geral dos Cemitérios do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 263, de 02 de dezembro de 1963.

Distrito Federal, 17 de janeiro de 1978.

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA Nº 008 DE 17 DE JANEIRO DE 1978.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IX do artigo 1º e IV do artigo 30 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 034.483/77

RESOLVE:

Conceder o título de perpetuidade requerido por DEOCLECIANO DE FREITAS, ao jazigo nº 84, Quadra 106, do Cemitério "Campo da Esperança", situado no Plano Piloto desta Capital, onde se encontra sepultada sua filha EDITE ELCI DE FREITAS, já que cumpridas as formalidades legais previstas no artigo 15 do Regulamento Geral dos Cemitérios do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 263 de 02 de dezembro de 1963.

Distrito Federal, 17 de janeiro de 1978.

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA Nº 009 DE 17 DE JANEIRO DE 1978.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IX do artigo 1º e IV do artigo 30 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 034.241/77,

RESOLVE:

Conceder o título de perpetuidade requerido por EVERLIM FIDELIS DOS SANTOS, ao jazigo nº 06, Quadra 614, do Cemitério "Campo da Esperança", situado no Plano Piloto desta Capital, onde se encontra sepultada sua mãe MARIANA DE MEDEIROS SANTOS, já que cumpridas as formalidades legais previstas no artigo 15 do Regulamento Geral dos Cemitérios do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 263, de 02 de dezembro de 1963.

Distrito Federal, 17 de janeiro de 1978.

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Atos do Diretor

Ordem de Serviço «DAG», de 23 de novembro de 1977

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência de que trata a Ordem de Serviço nº 14/76-SLU, de 14 de outubro de 1976, e o constante do processo nº 337.720/77,

RESOLVE:

RESCINDIR, a partir desta data, de acordo com o art. 487 da CLT, o contrato de trabalho com JANDIR C. COSTA, Gari, EP/03, matrícula 75.295 da TEP/SLU.

Brasília, 23 de novembro de 1977.

MANOEL MARQUES DA CRUZ
Divisão de Administração Geral
Diretor — Substituto

ORDEM DE SERVIÇO «DAG», DE 12 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência de que trata a Ordem de Serviço nº 14/76-SLU, de 14 de outubro de 1976, e o constante do processo nº 335.127/78

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, Ordem de Serviço DAG de 15.12.77, que demitiu o servidor JOSÉ ANTONIO DA COSTA, Gari EP-03, matrícula 75.184 da TEP/SLU.

Brasília, 12 de janeiro de 1978

LANDULFO DA SILVA CARVALHO
Divisão de Administração Geral
Diretor

SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA - TCB

INSTRUÇÕES DE DESIGNAÇÃO E ADMISSÕES DE PESSOAL NAS TABELAS DE EMPREGOS EM COMISSÃO E PERMANENTES, DESTA SOCIEDADE, DE ACORDO COM AS PORTARIAS:

22/12/77 — DESIGNAR o servidor VICENTE TOLENTINO DE ARAUJO, Chefe do Setor de Controle da Produção, do Serviço de Recauchutagem da Gerência Industrial, da Diretoria Técnica, para, sem prejuízo de suas atuais funções, responder pelo titular do Serviço de Recauchutagem, no período de 02 a 21/01/78, quando em gozo de férias daquela chefia.

ADMISSÕES:

01/12/77 — De DOEMIR BORGES DE ALENCAR, na função de Ajudante de Posto, com o salário mensal de Cr$ 1.638,00, na vaga deixada por João Alves de Trindade;
de PEDRO ALVES DE ARAUJO SOBRINHO, na função de Ajudante de Posto, com o salário mensal de Cr$ 1.638,00 na vaga deixada por Serafim Campos de Andrade;
de RAIMUNDO RIBEIRO SOARES, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por João Batista de Oliveira;
de JOSÉ ADAMIR SOUZA SILVA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Hélio Jorge de Oliveira;
de AILTON ALVES PIMENTA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Walmir Vieira Teixeira.

05/12/77 — De ANTONIO DEUSDEDITE DE OLIVEIRA MAIA, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$1.540,00, na vaga deixada por José Carvalho de Morais;
de MARCOS ANTONIO PEREIRA DA SILVA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Francisco Batista da Silva.

06/12/77 — De JOVELINO JOAQUIM DOS SANTOS, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Antonio Gomes da Costa;
de JEU ANTONIO DE OLIVEIRA, na função de Recauchutador, com o salário mensal de Cr$1.947,00, na vaga deixada por Eduardo Gabriel dos Santos;
de SINDONIL BOREL DO AMARAL, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Francisco das Chagas Santos;
de VILMAR FRANCISCO ROMANO, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Bernardo Israel de Santana;
de JOÃO RODRIGUES DOS SANTOS, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Waldomiro Moreira dos Santos;
de LUIZ ANTONIO CATARINO, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por João Batista de Fátima Pereira.

07/12/77 — De JOÃO ALVES PINTO, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$2.485,00, na vaga deixada por Pedro Avelino da Cunha;
de ELUIZA MELO D'AZEVEDO, na função de Telefonista com o salário de Cr$ 2.131,00;
de CLAUDIO JOSÉ FRAGA DA SILVA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$2.485,00, na vaga deixada por Laedson Flor de Lima;
de ELIAS MANGUEIRA DA SILVA, na função de Cobrador com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Alfreu José dos Santos;
de JUAREZ ALVES, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$2.485,00, na vaga deixada por Jorge da Cunha;
de FRANCISCO HONORATO DA SILVA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$2.485,00, na vaga deixada por Elizário Crisóstomo Pereira.

12/12/77 — De ANTONIO DONIZETE FELIZARDO, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Adelino Maria da Silva;
de ELIAS FERREIRA DE SOUZA, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por José Aroldo Cotrim;
de DOMICIO ARAUJO PINTO, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$1.540,00, na vaga deixada por José Hélio de Oliveira;
de CORNELIO PINTO DE OLIVEIRA, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$1.540,00, na vaga deixada por Almir Euripedes da Silva;
de ILMAR MARQUES DE CARVALHO, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$1.540,00, na vaga deixada por José Cândida Florêncio;
de LUCIO AMORIM DE SOUSA, na função de Soldador, com o salário mensal de Cr$ 2.366,00;
de VILSON RIBEIRO DA ROCHA, na função de Bombeiro Hidráulico, com o salário mensal de Cr$ 2.359,00:
de FRANCISCO VALDIR DE SOUZA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por José Renato Ferreira;
de AERCIO JORGE RIBEIRO, na função de Aj. de Lanterneiro, com o salário mensal de Cr$ 1.714,00;
de JOVIANO FRANCISCO DE BESSA, na função de Vigilante, com o salário mensal de Cr$ 2.190,00;
de RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$2.485,00, na vaga deixada por Trajano Pereira dos Santos;
de PAULO DINIZ NOGUEIRA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Dorival José Eugênio.

13/12/77 — De ANTONIO PAULO DE ARAUJO, na função de Aj. de Lanterneiro, com o salário mensal de Cr$ 1.714,00:
de MILTON MARCELINO DA SILVA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Agostinho Ferreira dos Anjos;
de DÁRIO NUNES DOS SANTOS, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Euripedes Rodrigues de S. Júnior;
de SÉTIMO DOS SANTOS, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Sebastião Alves Rosa;
de JURACY DA CRUZ, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Francisco de Assis Coellho da Silva.

14/12/77 — De EVARISTO BIZERRA DA SILVA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00.

15/12/77 — De JORGE TERTULIANO DA FONSECA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por José Rosevelt Vieira;
de FRANCISCO MARQUES DA SILVA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$2.485,00, na vaga deixada por Antonio Alves Teixeira;
de CARLOS ROGERIO DE OLIVEIRA CARNEIRO, na função de Aj. de Posto, com o salário mensal de Cr$ 1.638,00, na vaga deixada por Ademar Barroso Parreira;
de JOSUÉ RODRIGUES DE ALMEIDA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$2.485,00, na vaga deixada por Temihiro Matsunaga;
de VICENTE GONÇALVES FERNANDES, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$2.485,00, na vaga deixada por Joaquim Fonseca Melo;
de VALDEMAR GOMES DE MELO, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Alirio José Pereira.

18/12/77 — De EDGAR ALVES DOS SANTOS, na função de Ajudante de Mecânico, com o salário mensal de Cr$ 1.849,00, na vaga deixada por Francisco Severo da Silva.

19/12/77 — De AFONSO PEREIRA DOS SANTOS, na função de Ajudante de Posto, como salário mensal de Cr$ 1.638,00;
de CLAUDIONOR DE SOUZA CRUZ, na função de Servente, com o salário mensal de Cr$ 1.106,40, na vaga deixada por Antonio Armando da Costa.

20/12/77 — De ANTONIO FLORENTINO NETO, na função de Servente, com o salário mensal de Cr$ 1.106,40, na vaga deixada por José Bosco Dias;
de MOZART ALVES DOS SANTOS, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00;
de JOÃO BATISTA MATEUS DIAS, na função de Motorista,

com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Aimoré Afonso;

de GERALDO SOARES NETO, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Jeremias Leandro Dias;

de OSMARIM DE AZEVEDO RAMOS, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Osalmi dos Santos.

21/12/77 — De MARIA SOUZA DA SILVA, na função de Servente, com o salário mensal de Cr$ 1.106,40, na vaga deixada por Manoel do Espírito Santos;

de ANTONIO PEREIRA RIBEIRO, na função de Mecânico, com o salário mensal de Cr$ 2.366,00.

27/12/77 — De MARCELINO ANTONIO NETO, na função de Cobrador, com o salário mensal de Cr$ 1.540,00, na vaga deixada por Dorenilson Vieira Tavares;

de JOAQUIM VAZ DE ARAUJO, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por Antonio Pedro Marques;

de JOSÉ NUNES DE ARAUJO, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por José Roberto Ribeiro;

de JOÃO COUTINHO DOS SANTOS, na função de Motorista com o salário mensal de Cr$ 2.485,00.

28/12/77 — De ADILON INACIO DOS SANTOS, na função de Ajudante de Eletricista, com o salário mensal de Cr$ 1.849,00;

de AMAURICIO FREIRE DA COSTA, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por João Francisco Filho;

de JOSÉ RODRIGUES BEMERÃES, na função de Servente, com o salário mensal de Cr$ 1.106,00, na vaga deixada por José Vieira da Silva;

de JOÃO ALVES CABRAL, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$ 2.485,00, na vaga deixada por José Aurélio Leitão Filho;

de ARISTIDES FERREIRA DOS SANTOS, na função de Motorista, com o salário mensal de Cr$2.485,00, na vaga deixada por Leônidas José dos Santos.

DIRETORIA

A Diretoria da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Limitada TCB - composta pelos Senhores Dalmo Pimentel dos Santos, Vicente de Paula Pinto e Halton Moyses Vieira Ferreira, respectivamente, Diretores Superintendente, Administrativo e Técnico, sob a presidência do primeiro reuniu-se para tratar de assuntos de interesse da Empresa, conforme as Atas das reuniões e decidiu:

ATA DA 361ª (TRICENTÉSIMA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA) REUNIÃO REALIZADA 06/12/77.

1. Processo 774354/77 - Autorizar a criação de mais 05 (cinco) vagas do emprego de Fiscal de Tráfego, EP-22, no Serviço de Operação de Tráfego, da Gerência de Tráfego, da Diretoria Técnica, desta Sociedade.

2. Processo 773941/77 - Autorizar, a partir de 1° /janeiro/1.978, a promoção da funcionária Evandireis Celino de Souza - do emprego de Cobradora para o de Auxiliar de Administração.

3. Processo 773994/77 - Autorizar, a partir de 1° de janeiro de 1.978, a promoção do empregado Francisco Viana das Chagas, do emprego de Operador de Tráfego para o de Caixa.

4. Processo 774007/77 - Autorizar, a partir de 1° /janeiro/78, a promoção do servidor Carlos Alberto Rodrigues da Rocha - do emprego de Cobrador para o de Caixa.

5. Processo 773866 e 774017/77. - Autorizar, a partir de 1° /janeiro/78, as promoções dos empregados Francisco de Assis Chagas - do emprego de Cobrador para o de Operador de VHF e de Manoel Messias Teixeira - do emprego de Servente para o de Recauchutador

6. Processo 774050/77 - 1 - Autorizar a dispensa de licitação dos materiais a serem adquiridos na praça de São Paulo, para distribuição entre os empregados da Empresa e seus dependentes, por ocasião do Natal/77;

2-Autorizar seja empenhada a importância de Cr$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), em nome de Irene Ferretti, importância esta à conta do orçamento da Empresa, que deverá ser concedida na forma de adiantamento;

3-Determinar seja submetida, posteriormente, à Diretoria, a discriminação dos presentes e forma de distribuição entre os empregados e seus dependentes.

ATA DA 362ª (TRICENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEGUNDA) REUNIÃO REALIZADA 13/12/77.

1.-Processo 174050/77 - Delegar, ao Senhor Superintendente, poderes para estabelecer os critérios e forma de distribuição de presentes de Natal, entre só empregados da TCB e seus dependentes.

2.-Processo 774020/77 - Autorizar, a partir de 1° /janeiro/78, a promoção da funcionária Marluce Goes Pereira - do emprego de Cobradora para o de Auxiliar de Administração.

3. Processo 773713/77 - Autorizar, a partir de 01/janeiro/1.978, a promoção do empregado Jerônimo Martins dos Santos - do emprego de Cobrador para o de Fiscal de Tráfego.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 17 DE JANEIRO DE 1978

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Designar os Engenheiros Agrônomos JOAQUIM ALFREDO DA SILVA TAVARES, mat. n° 18.300-GDF, Chefe de Gabinete da Secretaria de Agricultura e Produção, MARLÉNIO JOSÉ FERREIRA OLIVEIRA, matrícula n° 91.024-FZ, Chefe de Gabinete da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, LUCAS MEDEIROS DANTAS, matrícula n° 92.472-FZ, Chefe do Serviço de Análise e Controle de Projetos, do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, EIMAR VIEIRA DE ALMEIDA, matrícula n° 92.789-FZ e o Advogado JÉSUS JACOMO MANZAN, matrícula n° 91.399-FZ, Chefe da Procuradoria Jurídica da F.Z.D.F., para constituírem comissão, sob a presidência do primeiro, incumbida de elaborar expedientes e de propor as medidas necessárias à implantação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal EMATER/DF dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação da presente portaria.

Distrito Federal, 17 de janeiro de 1978

PEDRO DO CARMO DANTAS
Secretário

DESPACHO

PROCESSO N°: 033.128/77
INTERESSADO: Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda.- SHIS
ASSUNTO: Reconhecimento de dívida de exercícios anteriores.

DESPACHO:

Reconheço a dívida de que se trata o presente processo no valor de Cr$ 19.314,37 (dezenove mil, trezentos e quatorze cruzeiros e trinta e sete centavos), a favor da Sociedade de Habitações de Interesse Social — SHIS, nos Termos do Art. 1°, parágrafo único, item III, do Decreto n° 62.115 de 15 de janeiro de 1968.

Publique-se este reconhecimento e faça retornar estes autos à Secretaria de Finanças para as providências complementares.

Brasília, em 19 de janeiro de 1978.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Secretário de Agricultura e Produção

FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL

Atos do Presidente

INSTRUÇAO DE SERVIÇO N° «P» 14 DE 13 DE JANEIRO DE 1978..

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o item V, do Artigo 22, do Estatuto da Entidade,

RESOLVE:

Designar a servidora VANY PIRES DE AGUIAR SOBREIRA DE ARAUJO, Assessora de Administração, matrícula n° 92.192-FZDF, para substituir o Chefe da Seção de Expediente do Departamento Financeiro, no período de suas férias regulamentares, de 01 a 30.01.78.

PEDRO DO CARMO DANTAS.
Diretor Presidente.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N° "p" 15 de 19 de janeiro de 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o ítem V, do Artigo 22, do Estatuto da Entidade,

RESOLVE:

Conceder à Gratificação de Representação de Gabinete, no valor de Cr$606,00 (seiscentos e seis cruzeiros), a partir de 1° .02.78, ao servidor ERALDO DA SILVA PEREIRA, Porteiro, matrícula n° 92.605-FZ

PEDRO DO CARMO DANTAS
Diretor Presidente

CONSELHO DELIBERATIVO

SESSAO DE 13 DE JANEIRO DE 1978

Processo n° 624046/77 -FZ
Interessado : FRANCISCO LOPES DE ALMEIDA
Assunto: Requer a transferência do Contrato de arrendamento do lote n° 72, da Colônia Agropecuaria Taquara Pipiripau.

Relator: UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO

RESOLUÇAO N° 017

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, um sua 240ª, Sessão Ordenária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto n° 2.739, de 16 de outubro de 1974;

considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

considerando os pareceres favoráveis da Procuradoria Jurídica da Entidade, e do Senhor Relator do processo, Conselheiro : UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO

RESOLVE:

a) anuir na transferência de Contrato de arrendamento do lote n° 72, da Colônia Agropecuária Taquara Pipiripau, para FRANCISCO LOPES DE ALMEIDA;

b) determinar ao DTR que acrescente à cláusula primeira do Contrato de arrendamento o PARAGRAFO UNICO com a redação sugerida pela Procuradoria Jurídica, às peças 46/49 deste processo conforme o disposto no artigo 19 do Decreto n° 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS- Presidente; JAYME LEIRO VILAN -Conselheiro; JOAO ALCIDES HOMAR- Conselheiro;UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO ; Conselheiro.

RUY DE ARAÚJO CALDAS- Conselheiro

Sessão de 17 de janeiro de 1978

Processo n°: 6037/72-FZ
Interessado: ERASTO VILLA VERDE DE CARVALHO
Assunto: Requer o arrendamento da Area Isolada n° 01, Santa Rita.

Relator: UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO

RESOLUÇÃO N° 018

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 240ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto n° 2.739, de 16 de outubro de 1974;

considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro: UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento da Área Isolada n° 01, Santa Rita com 215,40 hectares, ao Sr. ERASTO VILLA VERDE DE CARVALHO, condicionando a lavratura do respectivo contrato a liberação da Área pela Companhia de Água e Esgotos de Brasília-CAESB, Conselho de Arquitetura e Urbasnismo-CAU e a aprovação do projeto por Sua Excelência o Senhor Governador do Distrito Federal, nos termos do artigo 3°, parágrafo 3° e 4° do Decreto n° 2.739/74, alterado pelo Decreto n° 3.301, de 07.07.76.

PEDRO DO CARMO DANTAS - Presidente; JAYME LEIRO VILAN - Conselheiro; JOÃO ALCIDES HOMAR - Conselheiro; UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO - Conselheiro; RUY DE ARAUJO CALDAS - Conselheiro.

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA, E A FIRMA POLIENGE S/A -SANEAMENTOS E CONSTRUÇÕES, OBJETIVANDO A CONSTRUÇÃO DE 02 (DUAS) ESCOLAS (TIPO COLORIDAS) E SUAS URBANIZAÇÕES, BEM COMO DA URBANIZAÇÃO DE 02 (DUAS) PRAÇAS, SITUADAS NA QNN-17/19 e QNN-19/21, EM CEILANDIA, NA CIDADE SATELITE DE TAGUATINGA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 24 dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Palácio do Buriti, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador, Senhor ELMO SEREJO FARIAS, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, ítem XII, da Lei nº 3 751, de 13 de abril de 1960, pelo Senhor EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Educação e Cultura, substituto, e pelo Senhor VITAL DE MORAES ANDRADE, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Administrador Regional de Taguatinga, e, do outro, a firma POLIENGE S/A-SANEAMENTOS E CONSTRUÇÕES, estabelecida em Brasilia à SQS 110/111, sobrelojas 6 a 11, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 00.337.824/000-51, doravante denominada simplesmente EMPREITEIRA, neste ato representada pelo Senhor MAURILIO BORGES BERNARDES, brasileiro, casado, Tec.em Administração, residente e domiciliado nesta Capital, tendo em vista o resultado da Tomada de Preços nº 35/77-CL-RA-III, cujo Edital, Anexos, Especificações Projetos, Pranchas e Proposta da firma vencedora passam a integrar este ajuste, como se nele transcritos fossem, têm entre si ajustado o seguinte: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento obriga-se a EMPREITEIRA a executar para o DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, sob o regime de empreitada por preço global, a construção de 02 (duas) Escolas Classes (TIPO COLORIDAS) com 1.700m2 (hum mil e setecentos metros quadrados), cada, compostas de 12 (DOZE) salas de aula, administração, sanitários, vestiários, cantina, caixa d'água, casa do zelador, páteo coberto e mais detalhes que compõem o projeto de arquitetura e especificações; urbanização de 02 (duas) praças, situadas na QNN-17/19 e QNN-19/21, em Ceilândia, na Cidade Satélite de Taguatinga, Distrito Federal. PARÁGRAFO ÚNICO - As obras mencionadas nesta cláusula serão executadas, no que couber, na conformidade do disposto no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 73.140, de 09 de novembro de 1973, Normas Técnicas (ABNT), Decreto nº 52.147, de 25 de junho de 1963, Código de Edificações das Cidades Satélites do Distrito Federal, Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº 1.850, de 17 de novembro de 1971, bem como das Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA SEGUNDA - Importa o presente contrato em Cr$ 10.099.312,00 (dez milhões, noventa e nove mil, e trezentos e doze cruzeiros), valor este que se entende desde logo, fixo e irreajustável, sob qualquer hipótese. PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos para fazer face à execução do presente contrato são procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício - Lei nº 6.488, de 6 de dezembro de 1977, correndo à conta do Elemento 4.1.2.0 - SERVIÇOS EM REGIME DE PROGRAMAÇÃO ESPECIAL, conforme Nota de Empenho nº 009/77-SEC, no valor de Cr$ 10.099.312,00 (dez milhões, noventa e nove mil, e trezentos e doze cruzeiros), emitida pela Secretária de Educação e Cultura. CLÁUSULA TERCEIRA - Os pagamentos dos recursos mencionados na cláusula anterior serão efetuados pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, à EMPREITEIRA, de acordo com o cronograma físico-financeiro das obras, aprovado pelo DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, em parcelas, mediante a apresentação de fatura devidamente atestada pelo executor deste contrato. PARÁGRAFO PRIMEIRO - A caução inicial no valor de Cr$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) e o respectivo reforço somente poderão ser levantados após o recebimento definitivo das obras, que deverá verificar-se no prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento provisório. PARÁGRAFO SEGUNDO - Não serão devolvidos a caução inicial, respectivo reforco e multas parciais, no caso de rescisão do contrato por culpa exclusiva da EMPREITEIRA, sem prejuízo da indenização por perdas e danos porventura devidos ao DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga. PARÁGRAFO TERCEIRO - Será descontado de cada fatura 5% (cinco por cento) a título de reforço da caução. PARÁGRAFO QUARTO - A soma das retenções relativas à caução inicial e seu reforço não vencerá juros. CLÁUSULA QUARTA - Impenderá à EMPREITEIRA o pagamento de todo material necessário à execução das obras, salários e seus complementos, tributos, responsabilidade civil por quaisquer danos causados ao DISTRITO FEDERAL e a terceiros, encargos sociais, enfim, toda e qualquer despesa necessária ao fiel cumprimento das obrigações ora assumidas. CLÁUSULA QUINTA - A EMPREITEIRA designará, em caráter permanente, um engenheiro legalmente habilitado para dirigir à execução das obras, bem como um encarregado geral e auxiliares de comprovada competência profissional. CLÁUSULA SEXTA - O prazo para conclusão dos serviços é de 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do contrato. PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo mencionado nesta cláusula só poderá ser prorrogado nos seguintes casos: I) paralização dos serviços por causa de chuvas, devidamente comprovada pela Fiscalização; II) quando houver paralização ou restrição na execução dos trabalhos, por determinação expressa da Administração Regional de Taguatinga; III) quando houver falta de elementos técnicos cujo fornecimento seja de responsabilidade da referida Administração. CLÁUSULA SÉTIMA - O recebimento provisório da obra dar-se-á a requerimento da EMPREITEIRA, no término do serviço, por Comissão, para tal fim, designada pelo DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, tornando-se definitiva até 60 (sessenta) dias, após, sem prejuízo do disposto no aritgo 1.245, do Código Civil. CLÁUSULA OITAVA - A EMPREITEIRA incumbirá providenciar: I) Alvará de Construção, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da Ordem de Execução de Serviço; II) recolher os emolumentos decorrentes das obrigações assumidas, regulamentos e posturas; III) fornecer todo material e mão-de-obra necessários à execução dos serviços objeto deste contrato; IV) pagar as multas porventura impostas pelas autoridades, inclusive aquelas que, por força de dispositivos legais sejam aplicadas ao DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA NONA - Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, sujeitar-se-á a EMPREITEIRA às penalidades previstas no artigo 57 e seguintes do Decreto nº 1703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº 1.850, de 17 de novembro de 1971, sem prejuízo das demais sanções previstas no Edital nº 35/77-CL-RA-III. PARÁGRAFO ÚNICO - A EMPREITEIRA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura do contrato, contados da data da convocação, sob pena, pelo não atendimento, da perda da caução inicial e pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato. CLÁUSULA DÉCIMA - Operar-se-á de pleno direito a rescisão automática deste ajuste, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades previstas na cláusula anterior, quando ocorrerem: I) falência ou dissolução da EMPREITEIRA; II) transferência no todo ou em parte, do objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL, através da Administração REgional de Taguatinga; III) embargo ou impedimento a que fiscais do DISTRITO FEDERAL, designado pelo órgão competente tenham livre acesso às obras; IV) não ressarcimento por perdas e danos, causados a terceiros, resultantes da execução dos serviços; V) retardamento do início das obras dentro de 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento da Ordem de Execução de Serviços; VI) paralização dos trabalhos, sem justificativa aceita pelo DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, por período igual ou superior a 10 (dez) dias; VII) recusa em prestar os serviços objeto deste contrato, no todo ou em parte; VIII) atraso na entrega das obras até 30 (trinta) dias ulteriores ao prazo previsto na Cláusula Sexta, sem que, o DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, aceite a justificativa do retardamento; IX) descumprimento das obrigações estipuladas no Edital nº 35/77-CL-RA-III. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ocorrendo uma das hipóteses previstas para rescisão do contrato as instalações e equipamentos pertencentes à EMPREITEIRA e que integram o canteiro de obras serão entregues ao DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para garantir a continuidade dos serviços. PARÁGRAFO SEGUNDO — Este contrato poderá, também, ser rescindido por mútuo acordo de vontades. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os débitos para com o DISTRITO FEDERAL; decorrentes do presente instrumento serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O DISTRITO FEDERAL.

através da Administração Regional de Taguatinga, designará um executor para o presente contrato, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. PARÁGRAFO ÚNICO - A supervisão técnica dos serviços a serem executados caberá à Divisão Regional de Fiscalização e Licenciamento de Obras, da Administração Regional de Taguatinga, nos termos das Normas de Execução Orçamentária e Financeira em vigor. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O presente contrato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da EMPREITEIRA, expirando-se após o integral cumprimento das obrigações ora assumidas. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07(sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL :(as.) _____
Elmo Serejo Farias

_____
Emerson José de Almeida Santos

_____
Vitall de Moraes Andrade

PELA EMPREITEIRA :(as.) _____
Maurílio Borges Bernardes

TESTEMUNHAS :(as.) _____
FRANCISCO RAMOS CAMELÔ

_____
BRAZ ANTONIO MACIEL PINHEIRO

V I S T O.
Em, 25.01.1978

JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO
1º Subprocurador-Geral do DF
Substituto

(DAR, de 20.01.78 - .. 1.035,00)

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A EMPRESA DEMÉTRIO, PROMOÇÕES ARTÍSTICAS, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE UM SHOW ARTÍSTICO, NO GINÁSIO DE ESPORTES "PRESIDENTE MÉDICI", NO DIA 14 DE JANEIRO DE 1978.

Aos 14 dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete do Departamento de Turismo, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor CARLOS BLACK PEREIRA, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Diretor daquele órgão, autorizado pelo artigo 3º, inciso IV, do Regimento do DETUR, aprovado pelo Decreto nº 1.745, de 12 de junho de 1971, e do outro, a Empresa DEMÉTRIO, PROMOÇÕES ARTÍSTICAS, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, estabelecida no Rio de Janeiro - RJ, à Rua General Espírito Santo Cardoso nº 200, apto. 405, no ato representada pelo Senhor DEMÉTRIO ANTONIO AJARA, brasileiro, casado, portador do CPF nº 264586327-20, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro-RJ, tendo em vista a programação dos festejos carnavalescos de 1978, resolvem firmar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento, obriga-se a CONTRATADA a realizar para o DISTRITO FEDERAL, através do DETUR, um Show Artístico no Ginásio de Esportes "Presidente Médici", no dia 14 de janeiro de 1978, a partir de 20 (vinte) horas, com a participação dos seguintes artistas: Jair Rodrigues e Fafá de Belém, com seus respectivos conjuntos musicais, conforme proposta constante do processo nº 035410/77, que passa a integrar este ajuste independentemente de transcrição. CLÁUSULA SEGUNDA - Importa o presente contrato em Cr$. 160.000,00(cento e sessenta mil cruzeiros), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício Lei nº 6.488, de 06 de dezembro de 1977, correndo à conta da seguinte dotação orçamentária - ELEMENTO: 3.1.4.0 - Encargos Diversos, Subitem: 14 - Promoções Turísticas, Recreativas e Desportivas; Função 11 - Indústria, Comércio e Serviços; Programa 065 - Turismo; Subprograma 363 - Promoção do Turismo; TUR/2.005 - Promoções e Divulgações Turísticas do Distrito Federal, conforme Nota de Empenho nº 074/78, emitida pelo DETUR, no valor de Cr$ 160.000,00 (cento e sessenta mil cruzeiros). PARÁGRAFO ÚNICO - A importância mencionada nesta Cláusula será paga pelo DISTRITO FEDERAL à CONTRATADA, após a realização do "show", mediante a apresentação da fatura devidamente atestada pelo executor deste ajuste. CLÁUSULA TERCEIRA - Serão de responsabilidade do DISTRITO FEDERAL, através do DETUR, as despesas com (20) vinte passagens aéreas, sendo: (09) nove passagens - São Paulo-Brasília e Brasília-São Paulo; (11) onze passagens - Rio Brasília - Rio, bem como pagamentos dos Direitos Autorais, liberação do show nas repartições competentes, assim como estadas e alimentação por (24) vinte e quatro horas, para (20) vinte pessoas que integrarão o elenco do referido show. CLÁUSULA QUARTA - O DISTRITO FEDERAL, através do DETUR, não se responsabilizará por quaisquer danos que porventura ocorram com os participantes do espetáculo. CLÁUSULA QUINTA - A inadimplência de qualquer das cláusulas deste instrumento implicará na sua automática rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, ficando a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas no artigo 56 e seguintes do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº 1.850, de 17 de novembro de 1971. CLÁUSULA SEXTA - Os débitos para com o DISTRITO FEDERAL, decorrentes do presente ajuste serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados mediante execução nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA SETIMA - O DISTRITO FEDERAL, através do DETUR, designará um executor para o presente instrumento, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA OITAVA - O presente ajuste entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da CONTRATADA, expirando-se após o integral cumprimento das obrigações ora contraídas. CLÁUSULA NONA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL : (as.) _____
CARLOS BLACK PEREIRA

PELA CONTRATADA : (as.) _____
DEMÉTRIO ANTONIO AJARA

TESTEMUNHAS : (as.) _____
DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS

(as. _____
BRAS ANTONIO MACIEL DE OLIVEIRA

V I S T O.
Em, 25.01.1978

JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO
1º Subprocurador-Geral do DF
Substituto

(DAR, de 16.01.78 - .. 895,00)

DISTRATO DO CONVENIO QUE, ENTRE SI, MANTEM A «FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL» E O «LAR FABIANO DE CRISTO» PARA ADMINISTRAÇAO DO CENTRO INTEGRADO DE ATENÇAO AO MENOR DO GAMA, EM REGIME DE SEMI-INTERNATO.

PROCESSO: — Nº 606405/77 — FSSDF
PRAZO: — INDETERMINADO
VALOR: — —
PUBLICAÇAO : — A CONTA DA "FUNDAÇAO"
DATA DA ASSINATURA:
PARTES:

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES
P/"FUNDAÇAO"

BERNADINA M. DA SILVA
P/"LAR"
TESTEMUNHAS:

1. CARLOS DANILO BARBUTO CABRAL DE MENDONÇA

2.MARIA GORETI SOUSA DE MEDEIROS.

CONVENIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL E A FUNDAÇAO DAS PIONEIRAS SOCIAIS — DELEGACIA DE BRASILIA, OBJETIVANDO A PRESTAÇAO, PELA SEGUNDA PARA O PRIMEIRO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA CONSISTINDO EM REABILITAÇÕES, NA FORMA ABAIXO.

Aos 17 dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete do Comando-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Coronel ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, na qualidade de Comandante-Geral daquela Corporação, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 373.021/77, e do outro, a FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS, Delegacia de Brasília, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, aqui representada pelo seu Delegado Regional, Coronel GERALDO DA SILVA ROCHA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, resolvem firmar o presente convênio, mediante as seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA — A CONTRATADA, dentro de suas atribuições, assume o compromisso de, mediante GUIA DE ATENDIMENTO, expedida em duas vias pelo DISTRITO FEDERAL, através da Polícia Militar, executar a prestação de assistência médica, consistindo em reabilitações que lhe forem solicitados pelo Centro Médico Social da Polícia Militar do Distrito Federal, nos policiais militares da Corporação e seus dependentes, durante o ano de 1978.

CLAUSULA SEGUNDA — Os atendimentos serão feitos pela CONTRATADA no Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek, na forma seguinte: a) o paciente deverá ser encaminhado ao Setor de Registro pelo Centro Médico Social da Polícia Militar do Distrito Federal; b) a orientação das reabilitações caberá, exclusivamente à CONTRATADA.

CLAUSULA TERCEIRA — A CONTRATADA deverá apresentar até o dia 10 (dez) do mês subseqüente ao vencido, as contas referentes aos serviços executados no mês anterior, juntamente com uma das vias da GUIA DE ATENDIMENTO e o DISTRITO FEDERAL, através da Polícia Militar terá 10 (dez) dias úteis para examiná-las e efetuar o pagamento.

PARAGRAFO UNICO — Examinadas as contas e verificado que o faturamento é irregular, o DISTRITO FEDERAL, através da Polícia Militar, procurará à CONTRATADA para a devida correção, não sendo levadas em consideração as notas cujas GUIAS DE ATENDIMENTO não tenham sido expedidas pela Polícia Militar.

CLAUSULA QUARTA — Obriga-se também, a CONTRATADA, quando solicitada pelo DISTRITO FEDERAL, através da Polícia Militar, a emitir pareceres e laudos para produzirem efeitos jurídicos.

CLAUSULA QUINTA — Para cobrança dos serviços prestados serão obedecidas as tabelas em unidade de serviço (US) fixadas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

PARAGRAFO UNICO — Todos os encargos sociais e trabalhistas, emprego de equipamentos, materiais e outros, necessários à execução dos serviços, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

CLAUSULA SEXTA — O valor estimativo do presente convênio é de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício, Lei nº 6488, de 06 de dezembro de 1977, correndo à conta do seguinte Elemento: 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros, conforme Nota de Empenho nº 010/78-PMDF, emitida por estimativa pela Polícia Militar.

CLAUSULA SETIMA — O presente convênio poderá ser prorrogado, renovado, alterado, aditado ou rescindido de comum acordo entre as partes, devendo a parte interessada manifestar-se a respeito com antecedência mínima de 90 (noventa) dias antes de seu término.

CLAUSULA OITAVA — A inadimplência de qualquer das cláusulas integrantes deste instrumento acarretará sua automática rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

CLAUSULA NONA — Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas integrantes deste ajuste, sujeitar-se-á a CONTRATADA às penalidades previstas no artigo 56 e seguintes do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº 1.850, de 17 de novembro de 1971.

CLAUSULA DÉCIMA — O DISTRITO FEDERAL, através da Polícia Militar, designará um executor para o presente convênio, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — O presente convênio entrará em vigor na data de publicação no DIARIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, às expensas da CONTRATADA, expirando-se em 31 de dezembro de 1978.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA — Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1ª Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE - Cel

PELA CONTRATADA: (as.) GERALDO DA SILVA ROCHA

TESTEMUNHAS: (as.) FRANCISCO RAMOS CAMELO; DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS

VISTO. Em, 18.01.78

JOSÉ DE LOURDES BRANDAO
1º Subprocurador-Geral do DF
Substituto

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS - D.F.
OBRA DO HOSPITAL DAS DOENÇAS DO APARELHO LOCOMOTOR - HDAL
COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA OBRA - CLO

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/78 - C L O

A V I S O

A Comissão de Licitações da Obra do Hospital das Doenças do Aparelho Locomotor - HDAL, torna público, para conhecimento dos interessados que às 9:00 horas do dia 13 de fevereiro de 1978, estará reunida para receber e abrir os envelopes da documentação e das propostas referentes à Tomada de Preços em epígrafe.

OBJETO: Aquisição de tábuas de pinho de 1ª, chapas compensadas, pontaletes e peças de pinho do sul, destinadas à Obra do HDAL, situada no S.M.H.S - Quadra 301/501 Sul, de propriedade da Fundação das Pioneiras Sociais.

LOCAL DA LICITAÇÃO: S.M.H.S. - Quadra 301 Sul, canteiro da Obra (entrada pela rua frontal ao Edifício Pioneiras Sociais).

O EDITAL - Acha-se a disposição dos interessados a partir do dia 27 de janeiro de 1978, durante o horário normal de expediente, no Escritório do Canteiro da Obra, situado no S.M.H.S. - Quadra 301 Sul, na sala da Comissão de Licitações (entrada pela rua frontal ao Edifício Pioneiras Sociais)

Brasília-DF, 25 de janeiro de 1978.

ENGº J.F. CAMBRAIA
Presidente da CLO/HDAL
Fundação das Pioneiras Sociais

DAR de 25.01.78 - Cr$ 660,00) Dias 27 e 31

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/78

EDITAL Nº 001/78—CPL—FHDF— CONCORRÊNCIA PARA ALIENAÇÃO DE PEÇAS DA LINHA FORD.

O Presidente da Comissão de Licitação, faz público para conhecimento dos interessados que no dia 23.02.78, às 9:00 horas, na sala de reuniões situada no Ed. Pioneiras Sociais 7º andar, sala 703, nesta Capital, reunir-se-á a referida Comissão a fim de receber documentação de habilitação e proposta de interessados para a concorrência acima epigrafada.

Cópias dos Editais poderão ser obtidos na Seção de Compras da Divisão do Material, no endereço acima mencionado, sala 709, no horário comercial.

Brasília, 23 de janeiro de 1978

ANTONIO RAIMUNDO DA SILVA
Comissão Permanente de Licitação
Presidente, em exercício

(Dias 26, 27 e 30)

PREÇO DESTE EXEMPLAR - Cr$ 4,00